

JULHO
DEZEMBRO
2010
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

**INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS**

Línguas e instrumentos linguísticos 26 Campinas: Capes-Procad -
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2010 :
Unicamp, 1997-2010

Semestral.
ISSN 1519-4906

1. Língua - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos
3. Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD - 410.05
- 412.05
- 900

Copyright © 2010 dos Autores para efeito desta edição e posteriores.
Direitos cedidos com exclusividade para publicação em
língua portuguesa para o Projeto História das Ideias Linguísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, reprodução, apropriação ou estoque em sistema de banco de dados,
ou processo similar, mesmo a partir do site www.revistalinguas.com, seja por
meio eletrônico, fotocópia, gravação de qualquer natureza está condicionado
à expressa permissão do Projeto História das Ideias Linguísticas.

Coordenação Editorial: Editora RG

Editoração Eletrônica e Diagramação: Marcelo Dobelin

Capa: Marcelo Dobelin sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Ideias
Linguísticas

Editora RG
Fone: 19 3289.1864
rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com

2012
IMPRESSO NO BRASIL

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS



2010

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp) Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unesp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Univás), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França)

Comitê de Redação: Carolina Zucolillo Rodriguez, Claudia Pfeiffer, José Horta Nunes, Lauro Baldini, Mónica Zoppi-Fontana, Sheila Elias de Oliveira, Suzy Lagazzi

Secretaria de Redação: Sheila Elias de Oliveira e Lauro Baldini

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano dos fascículos: julho e dezembro 2010

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número seqüencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número cinco até o final.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Intervenção da Escrita: a Questão da Língua do Brasil em “O Escravo Negro na Vida Sexual e de Família do Brasileiro” por Gilberto Freyre em <i>Casa Grande & Senzala</i> <i>Wilton James Bernardo-Santos</i>	9
“Gli uomini come Benvenuto non hanno da essere ubrigati alla legge”: arte, direito e política na <i>Vita</i> de Cellini <i>Romain Descendre</i>	29
Padronização das Línguas Nacionais de São Tomé e Príncipe <i>Gabriel Antunes de Araujo e Ana Livia dos Santos Agostinho</i>	49
A Produção do Saber sobre a Língua: um Estudo do Dicionário Cuiabanês <i>Joelma Aparecida Bressanin</i>	83
Crônicas e Controvérsias Argumentação: em Busca de um Conceito <i>Débora Massmann</i>	99
Resenha SERIOT, Patrick. Structure et Totalité: les Origines Intellectuelles du Structuralisme en Europe Centrale et Orientale. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, 353 pp. <i>Carolina S. Lisowski, Caroline M. Schneiders, Juciele P. Dias, Larissa M. Cervo e Taís S. Martins</i>	113

APRESENTAÇÃO

O número 26 de Línguas e Instrumentos Linguísticos traz textos que se dedicam ou às idéias e políticas lingüísticas ou ainda ao modo como a língua é trabalhada na construção de ideias sociais ou na construção de uma experiência social.

No artigo *Intervenção da Escrita: a Questão da Língua do Brasil em “O Escravo Negro na Vida Sexual e de Família do Brasileiro” por Gilberto Freyre em Casa Grande & Senzala*, Wilton James Bernardo-Santos analisa, em um capítulo da obra de Gilberto Freyre, os sentidos de “formação do nacional”, focalizando uma mudança na ação descrita pela qual diferentes povos são postos em relação na enunciação sobre a língua nacional do Brasil.

Em “*Gli uomini come Benvenuto non hanno da essere ubrigati alla legge*”: arte, direito e política na *Vita de Cellini*, Romain Descendre faz um estudo filológico-político da autobiografia “Vita”, de Benvenuto Cellini, artista florentino do final do século XVI. O autor identifica na língua do Direito empregada por Cellini um modo de se igualar aos Príncipes e na circulação ampla da língua do Direito nos meios de poder da Florença da época, não um idioma técnico e obscuro, mas a língua de uma “experiência” social e política.

Padronização das Línguas Nacionais de São Tomé e Príncipe analisa uma política lingüística de Estado: a proposta ortográfica unificada do Alfabeto Unificado para a Escrita das Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe (ALUSTP). Gabriel Antunes de Araujo e Ana Livia dos Santos Agostinho se posicionam favoravelmente à padronização, mobilizando em seus argumentos tanto a relação entre sons e escrita das línguas envolvidas quanto aspectos culturais relativos aos povos que as falam.

Em *A Produção do Saber sobre a Língua: um Estudo do Dicionário Cuiabanês*, Joelma Aparecida Bressanin apresenta a análise de um instrumento lingüístico de descrição regional: o Dicionário Cuiabanês, de William Gomes. O prefácio e alguns verbetes conduzem à identificação de regularidades discursivas que indicam, juntas, um gesto político de descolonização lingüística em relação ao Estado brasileiro.

A seção Crônicas e Controvérsias traz o texto *Argumentação: em Busca de um Conceito*, de Débora Massmann. A autora analisa o *Trata-*

do da Argumentação: *A Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), a *Teoria da Argumentação na Língua*, de Anscombe e Ducrot (1983), e o *Modelo Cognitivo da Argumentação* de Vignaux (1988), a partir dos quais dá visibilidade à heterogeneidade das perspectivas que têm orientado os estudos argumentativos desde o restabelecimento do interesse acadêmico pela argumentação a partir da década de 1950.

A resenha deste número tem como objeto um livro de Patrick Sériot, publicado na França e ainda inédito no Brasil: *Structure et Totalité: les Origines Intellectuelles du Structuralisme en Europe Centrale et Orientale*. Carolina S. Lisowski, Caroline M. Schneiders, Juciele P. Dias, Larissa M. Cervo e Taís S. Martins percorrem o fio argumentativo deste texto, no qual Sériot propõe que “o pensamento holístico pode ser interpretado de duas maneiras: de um lado, segundo a concepção saussuriana de que “o ponto de vista faz objeto”; de outro, conforme pensamento oriundo do Círculo de Praga, logo, de Jakobson e Troubetzkoy, tem-se que a própria realidade é sistêmica.” Sériot nos leva a questionar o quanto a leitura do Curso de Linguística Geral realizada pelo Círculo de Praga tem relação com um determinado contexto russo eurasista do qual faz parte um modo de conceber as comunidades humanas. Sua hipótese nos leva a considerar novos elementos para compreender a relação entre Ocidente e Oriente tal como ela toma corpo na história da linguística.

Com este conjunto de textos que tratam seja do pensamento que se constrói no Brasil, seja do pensamento que se constrói na Europa acerca da língua e/ou, por meio da língua e da reflexão sobre ela, acerca da sociedade, este número 26 de Línguas e Instrumentos Lingüísticos espera contribuir para o aprofundamento dos estudos em História das Ideias Lingüísticas.

Os Editores

INTERVENÇÃO DA ESCRITA: A QUESTÃO DA LÍNGUA DO BRASIL EM “O ESCRAVO NEGRO NA VIDA SEXUAL E DE FAMÍLIA DO BRASILEIRO” POR GILBERTO FREYRE EM CASA GRANDE E SENZALA

Wilton James Bernardo-Santos¹
UFS

RESUMO: *Este artigo analisa o modo de significar a “formação do nacional” em um acontecimento enunciativo de um capítulo de Casa Grande e Senzala: uma mudança da ação descrita, pela qual entra na enunciação a “origem” (europeia) e a “influência” (africana) na demarcação de fronteiras dos sentidos para a formação do brasileiro. A análise dá visibilidade aos efeitos do deslizamento de uma abordagem histórico-cultural para uma dimensão natural da língua e da entrada do ensino e da gramática, que leva o embate com as línguas africanas para o domínio europeu.*

ABSTRACT: *This article looks into the construction of the meanings to the “formation of the national” in an enunciation event in one chapter from Casa Grande e Senzala: a change in the action described, by which the (European) “origin” and the (African) “influence” come into the enunciative scene in the demarcation of boundaries to the meanings of the formation of the Brazilian subject. The analysis shows the effects of slipping from a historical-cultural to a natural dimension of the language, and of the introduction of education and grammar, which transfers the confrontation with the African languages in Brazil to the European domain.*

A “questão da língua” aparece de modo central em *Casa Grande e Senzala* (1933) em seu Capítulo IV *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro* (p.366-497)². De modo efetivo, consideramos na análise duas regiões do capítulo: uma preambular com dois trechos, ou seja, uma região do capítulo em que a questão da língua ainda não é o objeto de refe-

rência, mas já se avizinha e uma segunda região central com três trechos³. Já a partir do título da obra, a enunciação traz uma ordem hierárquica implicada pela sequência “X & Y”. A partir do título do capítulo, o movimento de sentidos constrói uma relação de pertencimento implicada na ordem “o X em tal que é do Y”. Onde “Y” é uma totalidade (o brasileiro) que se distingue de outras justamente por aquilo que ela não é, mas “traz” em si, o negro: contraparte na constituição dessa totalidade.

O texto é aberto nessa direção:

(1) **Todo** brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, **traz** na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil - **a sombra** ou pelo menos **a pinta**, do indígena ou do negro (...) **a influência direta**, ou **vaga** e **remota**, do africano (p.367).

A cena oferece, em tempo presente, a trajetória histórica de uma “totalidade” influenciada pelo negro como uma “sombra”.⁴ Nas páginas seguintes, o lugar do negro africano é construído num longo percurso em que pesam distinções psicológicas e culturais. À página 396, os sentidos deslizam para os “característicos físicos dos negros” e daí passam (a partir da p.398) à questão da sexualidade; e, nela, a moral, as formas de luxúria e de amor.

Desse lugar (a partir da p.405), os sentidos deslizam para a “feitiçaria” e a “magia sexual” e, justamente nesse ponto, um fato de linguagem torna visível uma dimensão histórica no sentido da gramatização das línguas.⁵ Vejamos.

Fronteiras dos sentidos para a “formação do brasileiro”

Operando com uma leitura investida pelo ponto de vista histórico, o exame do enunciado a seguir torna possível compreender o acontecimento de uma ruptura enunciativa e com ela uma mudança na constituição do sujeito:

(2) A frequência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de origem exclusivamente africana. **Entretanto**, o primeiro volume de documentos relativos às atividades do Santo Ofício no Brasil registra vários casos de bruxas portuguesas (p.405-406).

Para além de uma concepção benvenistean (1966, 1974), centrada na atividade do locutor, observamos no “entretanto” uma dimensão enunciativa que extrapola os domínios da relação adverbial local, da

união de sentidos contrastantes tão em acordo com os modelos locucionais de argumentação. Compreendemos o “entretanto” como marca de uma mudança da ação descrita, como marca dos processos de gramatização (Auroux, 1992) ⁶ das línguas no Brasil, como marca de uma *disjunção adverbial histórica* (Guimarães, 1987; 1995; 2002).

Ou seja, não vemos aí apenas o sentido de uma dimensão adverbial que remete para um intervalo de tempo fora do texto, que remete para o tempo histórico da colonização. A meu ver, essa disjunção constitui uma “quebra” na linearidade. O “entretanto” remete à questão da existência da gramática não apenas em relação ao sistema linguístico, mas nos leva ao sentido forte da dimensão histórica da escrita.

Nesse ponto, interessa situar o sujeito com relação ao significante donde a “ilusão pela qual nós nos pensamos como fonte dos nossos pensamentos, das nossas palavras e dos nossos atos tem qualquer coisa a ver com a sintaxe. Para ser preciso, com a existência da sintaxe” (Henry, 1992, p.172). Isso porque “no deslocamento da frase a identidade do sujeito da enunciação presente sob o sujeito do enunciado não é mais assegurada” (ibidem, p.180). O que sustenta a identidade é a linearidade do discurso, e “a ‘seqüência do significante’ não é qualquer linearidade, mas aquela do discurso de um sujeito universal ou, pelo menos, de um sujeito considerado como englobando o ‘emissor’ e o ‘receptor’” (ibidem, p.180).

Na própria materialidade da linguagem, há uma instrumentação específica da gramatização demarcando fronteiras para certos sentidos e abrindo passagem para outros. Nessa instrumentação, é decisivo o fato da abertura para outra dimensão que escapa à linearidade temporal da fala. E o que está no cerne dessa abertura é a escrita enquanto razão gráfica⁷ aqui vista especificamente como parte do jogo político enunciativo para a constituição da língua nacional. Com isso, a partir do “entretanto”, os pesos dos papéis históricos são alterados, de tal forma que o jogo político-enunciativo entra então em um processo decisivo e esse percurso tem seu ponto alto no trecho onde é tratada a “questão da língua”.

Origem europeia e influência africana

Justamente como parte desse acontecimento, dessa mudança da ação descrita, entram os “sentidos da origem (europeia)”. Observemos essa movimentação de sentidos operada num processo enunciativo de domínio europeu: uma “ordem enunciativa”. À margem desse processo, mas como parte constitutiva indispensável, o negro entra significado pela “influência”: origem europeia → influência africana. Vejamos algumas seqüências do primeiro trecho preambular (p.405-410):

(3) A freqüência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de **origem** exclusivamente africana (p.405).

(4) Suas práticas podem ter recebido **influência** africana: em **essência**, porém, foram expressões do satanismo europeu que ainda hoje se encontra **entre nós, misturado** à feitiçaria africana ou indígena (p.406).

(5) A feitiçaria de direta **origem** africana aqui desenvolveu-se em **lastro** europeu (p.407).

(6) Uma série de práticas em que as **influências** africanas **misturaram-se**, muitas vezes descaracterizados, traços de liturgia católica e sobrevivências de rituais indígenas (p.407).

(7) Mas o grosso das crenças e **práticas** de magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram **coloridas pelo** intenso misticismo do **negro** (p.407).

Também como efeito da abertura para “os sentidos da origem da formação do brasileiro”, o objeto de análise é segmentado em sua “ordem natural”: o “recém-nascido”, a “criança” e a “gente grande”. Como efeito de busca da “origem”, da “essência” e do “lastro” (europeu), a enunciação traz nessa ordem temporal uma abertura para tais sentidos e com isso diferentes pesos específicos para a constituição do sujeito. Na posição de coadjuvante, mas como parte constitutiva do jogo político enunciativo da “formação”, o negro vem pelos sentidos da “influência”, da “mistura” e do “colorido” (a cor local), e também do “enriquecimento” e do “acréscimo”.

(8) **Historias africanas**, principalmente de bichos – bichos confraternizando com as pessoas, falando como gente, casando-se, banqueteando-se-, **acrescentaram-se às portuguesas** (p.414).

(9) Tradições portuguesas trazidas pelos colonos brancos (...) foram aqui **modificadas** ou **enriquecidas** pela influência da escrava africana (p.409-410).

Mas, como parte constitutiva do processo, às portas do território linguístico em que a “questão da língua” é objeto central do ensaio, entram efeitos de sentido que deslizam do “enriquecimento” e “acréscimo”, para

a “modificação”, a “alteração” e a “adaptação”. O que definitivamente altera a demarcação das fronteiras para a constituição do nacional.

(10) Também as canções de berço portuguesas, **modificou-as** a boca da ama negra, **alterando** nelas palavras; **adaptando-as** às condições regionais; ligando-as às crenças dos índios e às suas (p.410).

(11) As histórias portuguesas sofreram no Brasil **consideráveis modificações** na boca das negras velhas ou amas de leite (p.413).

Como dissemos, de forma direta, ou seja, como objeto de referência central, a “questão” aparece numa passagem de três trechos em seis páginas, dez parágrafos. Passemos então a uma descrição de especificidades enunciativas desses trechos.

A dimensão corpórea da língua

Se nos trechos preambulares a enunciação traz o negro em sua “função”, no “gênero de vida” e na “profissão de contar histórias”, os sentidos logo deslizarão para uma dimensão corpórea. Como nos primeiros parágrafos os sentidos vão deslizando de “canções de berço” para “cantar e contar histórias”, é pela oralidade que entra a “questão da língua”. Desse ponto, justamente pelos sentidos que incluem o corpóreo, a enunciação traz um peso específico para o negro no jogo político de constituição da “língua nacional” em relações de sentidos naturalistas.

(12) Também as canções de berço portuguesas, modificou-as a **boca da ama negra** (p.410).

(13) As histórias portuguesas sofreram no Brasil consideráveis modificações **na boca das negras** velhas ou amas de leite (p.413).

(14) Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência **da boca africana** (p.414).

(15) Os nomes próprios (...) dissolvendo-se deliciosamente **na boca dos escravos** (p.414).

Essas relações metonímicas produzem sentidos de ausências e é parte da dimensão histórica da gramatização das línguas em que a “origem” [europeia] ganha peso. Nesse processo, vão sendo constituídos os senti-

dos que contornam a representação enunciativa do negro: os “sem-história”, posto que são sem escrita (ver p.ex. **De boca**. Sem comprovação por escrito; oralmente. **Falar da boca pra fora**. Falar sem convicção, ou sem maior preocupação com a verdade; falar por falar, como encontramos no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, em edição/impressão de 1999). Como vemos a seguir:

(16) São entretanto **vocábulos órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura**; que deixamos que subissem, com os moleques e as negras, das senzalas às casas-grandes (p.416).

Essa construção enunciativa que propõe uma interpretação numa dimensão orgânica produz uma metáfora para a história da língua como um processo alimentar. É o que vemos nos dois pontos seguintes.

A língua objeto de degustação: a consistência natural

Se “não há história”, a relação metonímica oferece caminhos a seguir: a *boca* traz o sentido da língua enquanto linguagem (oral), mas traz também o sentido orgânico. A língua como resultante de um fazer natural/orgânico.

(17) A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles (p.414).

Na relação palavras/comida, as línguas são então significadas na dimensão de certa “consistência degustativa”. Para significar essa dimensão, entra na enunciação “o processo de reduplicação da sílaba tônica”: “o dói dos grandes tornou-se o dodói dos meninos” num processo de “amaciamento”, “amolecimento” das palavras: “cacá, pipi, bumbum, tentem, nenem, tatá, papá, papato, lilí, mimí, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha”. A reduplicação das sílabas produz certo sentido de movimento corpóreo da língua como órgão da cavidade bucal: a imagem da mastigação. A língua é sentida.

(18) Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, **dissolvendo-se deliciosamente na boca** dos escravos. As Antonias ficaram Dondons, Toninhas, Totonhas; as terezas Tetés; os Manuéis, Nezinhos, Mandús, Manés; os Franciscos, Chico, Chiquinho; os Pedros, Pepés; os Albertos, Bebetos,

betinhos. Isto sem falarmos das Iaiás, dos Ioiôs, das Sinhás, das Manús, calús, bembens, Dedes, marocas, Nocas, Nonocas, Gegês (p. 414).

Com essa imagem, os sentidos deslizam para uma direção tal que a língua, em formação, será significada pelo efeito orgânico de determinadas substâncias, por sua palatabilidade positiva, notadamente por propriedades ligadas à consistência. Várias sequências enunciativas abrem espaço para, digamos, “um momento histórico de degustação” numa relação atravessada por um efeito de sentido letárgico que abriga a valorização do selvagem, do exótico.

(19) Assim, a velha canção ‘escuta, escuta, menino’ aqui **amoleceu-se** em ‘durma, durma, meu filhinho’ (p.410).

(20) A linguagem infantil também aqui se **amoleceu** ao contato da criança com a ama negra (p.414).

(21) Algumas **palavras**, ainda hoje **duras** ou **acres** quando pronunciadas pelos portugueses, **se amaciaram** no Brasil (p.414).

(22) É uma das falas mais **doces** desse mundo (p.414).

(23) Palavras que só faltam **desmanchar-se** na boca da gente (p.414).

(24) Os nomes próprios foram os que mais **se amaciaram**, perdendo a solenidade, **dissolvendo-se** na boca da gente (p.414).

(25) Um **amolecimento** de resultados às vezes **delicioso** para o ouvido (p.415).

(26) Nas Antilhas e na Louisiana ‘bonnes vieilles négresses’ **adocicaram** o francês (p.415).

(27) No sul dos Estados Unidos as ‘old mammies’ deram ao ranger das sílabas ásperas do inglês uma **brandura oleosa** (p.415).

(28) Nas ruas de Nova-Orleães, nos seus velhos restaurantes, ainda se ouvem anunciar **nomes de bolos, de doces, de comidas num francês mais lírico** que o da França: “Pralines de Pracanes”, “bom café tout chaud”, “blanches tablettes à la fleur d’ oranger”. Influência das “bonnes vieilles négresses (p.415).

(29) As línguas africanas (...) **dissolveram-se** nela, enriquecendo-a; de expressivos modos de dizer; de toda uma série de **palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor** (p.416).

(30) Palavras em que não sentimos o menor **sabor** arrevesado do exótico (p.416).

(31) São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à nossa **experiência**, ao nosso **paladar**, aos nossos **sentidos**, às nossas **emoções** (p.417)

Essa “ingestão” é mais concentrada entre as páginas 414 e 416. Mas já à página 415, entram sentidos de um resultado histórico da letargia degustativa inicial. Com essa relação em que falar significa comer, a enunciação constitui a língua como um corpo em processo alimentar sofrendo alterações, constituindo um “estado de faltas”.

Efeitos [da digestão] da língua

Tomada a história da língua como um processo alimentar, ou seja, nas condições de um sujeito constituído em estado de efeito químico orgânico, os sentidos das relações entre as línguas deslizam no trecho seguinte para um território institucional europeu. E, aqui, é oportuno marcar a importância dos efeitos de sentido produzidos pelas relações de tempo na enunciação.

(32) Caldcleugh, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, **deliciou-se com o português colonial. Um português gordo, descansado**. Distingui-o logo do da metrópole. A pronúncia dos brasileiros pareceu-lhe **menos** nasal que a dos portugueses; e **menos** judia (“not so Jewish”) na maneira de pronunciar o s; “and on the whole is a more agreeable language than in the mouth of a native” (123). (p.415).

Constituída essa posição futura de quem transcorreu o tempo da colonização e observa o “resultado histórico da letargia degustativa inicial”, marcada pelos sentidos da discursividade do paradisíaco, os sentidos logo deslizam para as “faltas” da língua. “A pronúncia **menos** nasal; e **menos** judia (...) **sem** a mesma rigidez” (faltas constituídas pelos efeitos da gramatização). E com a entrada de sentidos dos efeitos do clima na formação do “corpo” social, a enunciação traz para o jogo político a constituição de um “estado patológico da língua” numa relação metonímica “**um português gordo, descansado**”.

(33) Fato que Caldcleugh atribuiu exclusivamente ao clima. Ao calor dos trópicos. O clima lhe pareceu agir sobre a fala, como sobre a atividade mental dos brasileiros, no sentido de uma grande **lassidão** (p.415).

Observemos que é fundamental ver em **lassidão** um percurso de sentidos que vão de prostração de forças, cansaço, fadiga, fastio, enfatiamento, frouxo, fraco, abatido, debilitado, mórbido, doentio e nessa direção, inimigo; mas também, voluptuoso, sensual.

(34) Curioso, porém, que tão atento à influência dos judeus sobre a pronuncia reinol do s, Caldcleugh não tivesse reparado na influência dos negros sobre o português no Brasil. Quando os negros foram maiores **inimigos** que o clima dos ss e dos rr; maiores **corruptores** da língua no sentido da **lassidão** e do **langor** (p.415).

(35) Da boca africana aliada ao clima – outro **corruptor** das línguas européias, na fervura por que passaram na América tropical e sub-tropical (p.414).

E a ressonância que vem em **langor**, languidez e lânguido desliza para sem forças, sem energia; e, logo nesse percurso naturalista passa para, em **corromper**, tornar podre, estragar, decompor. Constituído por essa via, ao sujeito são denegadas outras formas de existência: culturais, históricas etc.

Da criação ao ensino da língua: a consistência institucional

Na passagem do primeiro para o segundo trecho, como um lugar de tensão em que da “consistência frágil”, do “estado patológico da língua” (no sentido da sobrevivência) a partir de suas distinções, diversidades, disparidades, a enunciação constitui então divisões, separações e dualidades significadas em práticas: “mães negras criaram um português”, “os jesuítas tentaram ensinar um português”, “padres mestres (...) opondo-lhe um português”; ou significadas pelo espaço social: “a língua das casas-grandes”, “a língua das senzalas”, ou ainda “a língua escrita /a falada no Brasil/ a língua do povo/ a língua de uso corrente”. E na constituição dessas diversidades vêm os sentidos do ensino e da gramática com outra consistência para a língua: a institucional. Tomemos duas sequências:

(36) Mães negras e mucamas, aliadas aos meninos, às meninas, às moças brancas das casas grandes, **criaram** um **português diverso do hirto e gramatical** que os jesuítas **tentaram ensinar** aos

meninos índios e semibrancos, alunos de seus colégios; do **português reinol** que os padres tiveram o sonho vão de **conservar** no Brasil. Depois deles, mas sem a mesma **rigidez**, padres-mestres e capelães de engenho procuraram contrariar a influencia dos escravos, opondo-lhe um **português quase de estufa**. Mas quase em vão (p.415).

(37) Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a **disparidade**, a que já aludimos, entre a língua escrita e a falada no Brasil: a escrita recusando-se com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contacto com a falada; com a do povo; com a de uso corrente. Mesmo a língua falada **conservou-se** por algum tempo **dividida** em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas (p.415-417).

Nessa passagem, entre trechos, a entrada de diversidades e, fundamentalmente, da oposição criação e ensino da língua permite uma descrição de relações da língua portuguesa com as africanas, mas ao abrigo do território institucional europeu. É o que temos a seguir.

O discurso da condescendência: desfazer oposições, sentir a língua; não as línguas

Nos quatro parágrafos seguintes (o segundo trecho específico, p.415-417), em meio às oposições vistas na seção anterior, a enunciação constitui então outra língua na mesma língua. Uma concepção pragmático-argumentativa tomada pelas intenções do autor entenderia as seqüências como exposição de uma análise que constata a “dissolução das línguas africanas no português por simples relaxamento, por falta de motivos”. Vejamos:

(38) No ambiente relasso da escravidão brasileira, **as línguas africanas, sem motivos** para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, **dissolveram-se nela** [língua portuguesa] (p.416).

Ou talvez, certas pragmáticas entendessem o enunciado como um “ponto fraco” do processo argumentativo. Ou seja, o autor deveria trazer detalhadamente “os **motivos**, as razões do contexto histórico para tal situação”. Mas, do ponto de vista enunciativo, entram em cena sentidos de um processo histórico de “desfazimento de oposições” constitutivo do jogo político dos fatos de linguagem em questão, regulado por um discurso de confraternização:

(39) Mas a **aliança** da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o muleque **acabou com essa dualidade** (p.416).

(40) Não foi possível **separar** a cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão freqüente e íntimamente **confraternizam** (p.416).

Sentidos positivos para as línguas africanas

Se uma pragmática argumentativa entende o “momento” como “fraqueza do autor”, examinemos os fatos de linguagem como acontecimento enunciativo na medida em que as oposições são desfeitas pelos sentidos que constituem o processo de gramatização das línguas. O acontecimento é justamente a abertura na enunciação para sentidos que constituem as línguas africanas numa dimensão positiva relativamente à portuguesa.

O ponto “fraco”, ou seja, a “falta de explicação” para o desaparecimento das línguas africanas é recoberto então por essa discursividade da confraternização em que pesam sentidos de certa condescendência. As línguas africanas não “subsistem à parte”, mas diluem-se positivamente no interior da língua portuguesa. Nessa compensação, o jogo político desfaz oposições e logo entram em cena sentidos que deslizam para um “não sentimento de línguas e sim de língua”:

Desfazendo contradições: as línguas não sentidas

(45) As palavras africanas hoje do nosso uso diário, palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras (p. 416).

(46) Que brasileiro – pelo menos do Norte – sente exotismo nenhum em palavras como caçamba, canga, dengo, cafuné, lubambo, mulambo, caçula, quitute, mandinga? (p.416).

(47) Ou acha mais jeito em dizer “mau cheiro” do que “catinga”? Ou “garoto” de preferência a “muleque”? Ou “trapo” em vez de “mulambo”? (p.417).

Observemos que “não sentir o menor sabor arrevesado do exótico” e “não sentir exotismo nenhum em palavras” significam a não “subsistência à parte” de línguas africanas. Mais: o “não sentir” significa a “purificação” da língua, o que é fundamental para a constituição de sua nacionalidade, e ao mesmo tempo significa também sua condescendência

para com as línguas africanas significada pela perda de sua exotividade já compensada no jogo por sentidos positivos.

Dos sentidos de distinções, diversidades, disparidades, divisões, separações e dualidades, a enunciação traz sentidos de desfazimento de oposições, de confraternização. E o acontecimento enunciativo é o movimento contraditório que “desfaz contradições”.

O domínio europeu

Para fechar a seção, lembremos que a enunciação vem construindo o real do processo histórico num amplo território de domínio europeu: “as línguas africanas dissolveram-se na língua portuguesa”, houve uma “onda absorvente da influência negra” em que “os vocábulos africanos penetraram na língua portuguesa”.

Compreendamos então esses enunciados como parte fundamental da ruptura enunciativa, como parte do acontecimento de mudança na constituição dos sentidos, marca de mudança da ação descrita, como marca dos processos de gramatização das línguas, marca de instrumentações específicas da gramatização demarcando fronteiras para certos sentidos e abrindo passagem para outros. Ainda sobre o mesmo trecho, vejamos na próxima seção alguns sentidos decisivos desse processo histórico.

Escrita, família, religião/educação: escrúpulo, vergonha e indignação.

Para instituir uma língua entre várias, entram mais fortemente na tensão do jogo político efeitos de sentidos da gramatização construindo o reconhecimento da não existência de outras línguas. E fundamental nesse processo é o entrecruzamento de sentidos próprios de instituições europeias: a escrita, a família e a religião/educação.

(48) A [língua] escrita recusando-se, com **escrúpulos** de donzelona, ao mais leve contacto com a falada (p.415).

(49) Os menos puristas, escrevendo ou falando em público, já não têm como outrora, **vergonha** de empregá-las[as palavras africanas] (p.416).

(50) Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama era um dos que **se indignavam** quando ouvia ‘meninas galantes’ dizerem ‘mandá, ‘buscá, ‘comê, ‘mi espere, ‘ti faço’(p.417).

Na seção *A língua objeto de degustação: a consistência natural*, vimos a língua sentida como objeto de degustação. Aqui, os sentidos

deslizam para um sentir especificamente religioso: escrúpulo, vergonha, indignação (e condescendência). Não tratemos aqui dos chamados “campos semânticos”, pois as palavras fazem percursos que escapam à via pura e simples da etimologia, mas em (48), (49) e (50) os efeitos de sentido são muito específicos do cerne da religião (Benveniste, 1995, p.267-281).

Em (51), o real do processo histórico da gramatização das línguas vem significado por discursividades da religião e da família. Vejamos:

(51) [As palavras africanas] É como se nos tivessem vindo de Portugal, dentro dos dicionários e dos clássicos; com genealogia latina, árabe ou grega; com pai ou mãe ilustre. São entretanto vocábulos órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura; que deixamos que subissem, com os muleques e as negras, das senzalas às casas-grandes (p. 416).

Produzido o efeito de desfazimento de contradições, construída toda essa relação religiosa com as línguas africanas, a enunciação constitui um forte domínio europeu, mas com uma abertura tal que os sentidos constituem novas fronteiras no território da língua.

A língua na língua: a posse do território

Com os sentidos deslizando em direção às línguas africanas nos dois primeiros trechos, justamente com a aliança, a confraternização e a dissolução das línguas no português, os sentidos vêm abrindo uma fronteira na relação com a língua europeia, ou melhor, uma diferença da língua na própria língua: o português do Brasil no português europeu.

(52) João Ribeiro, mestre em assuntos de português e de língua nacional (...) É certo que as diferenças a separarem cada vez mais o português do Brasil do de Portugal não resultaram todas da influencia africana (p.416).

E essa abertura já torna possível o lançamento das “primeiras estacas” para a demarcação do território da língua nacional brasileira na língua europeia, a posse:

(53) As palavras africanas hoje do **nosso** uso diário, palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras (p.416).

(54) São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à **nossa** experiência, ao **nosso** paladar, aos **nosso**s sentidos, às **nossas** emoções (p.417).

Observemos essa demarcação operada em tempo presente. Vejamos também que esse território é aberto trazendo uma posição muito específica para o sujeito (enunciativo) do nacional: o aprendiz.

(55) Para Frei Miguel – padre-mestre às direitas – era com os portugueses ilustres e polidos que **devíamos aprender a falar**, e não “com tia Rosa”, nem mãe Benta; nem com nenhuma preta da cozinha ou da senzala (p.417).

(56) **Meninos e moças deviam** fechar os ouvidos aos “oxentes” e aos “mi deixe” e **aprender o português correto**, do Reino. Nada de expressões bundas nem caçanjes (p.417).

Essa posição de aprendiz é parte dos sentidos de ação e reação de sujeitos sociais sobre a língua que chegam a uma cena configurada como decisiva no processo histórico enunciativo para construção do nacional. Nesse embate, a enunciação traz certo sentido heroico para a influência africana o que afasta o colonizador do centro e “romantiza” a relação: é a ação natural criadora do “sem-história”, do indefinido, mas resistente contra a ação cultural educadora ilustre, polida e prestigiada do “com-história” e por isso inflexível e imperativo: violento.

(57) Os padres mestres e os capelães de engenho, que, depois da saída dos jesuitas, tornaram-se os principais responsáveis pela **educação** de meninos brasileiros, tentaram **reagir** contra a onda absorvente da influência negra, subindo das senzalas às casas grandes; e **agindo** mais poderosamente sobre a língua dos sinhô-moços e das sinhazinhas do que eles, padres mestres com todo o seu latim e com toda sua gramática; com todo o **prestígio** das suas varas de marmelo e das suas palmatórias de sucupira (p.417).

(58) Frei Miguel do Sacramento Lopes gama era um dos que se indignavam quando ouvia “meninas galantes” dizerem “mandá”, “buscá”, “comê”, “mi espere”, “ti faço”, “mi deixe”, “muler”, “coler”, “le pediu”, “cadê ele”, “vigie” “espie”. E dissesse algum menino em sua presença um “pru mode” ou um “oxente”; veria o que era beliscão de frade zangado (p. 417).

Como vimos, a abertura do território é uma operação enunciativa em tempo presente, mas nos dois últimos parágrafos do trecho num efeito de “último ato da história”, a enunciação constrói com a cena certo sentido resumitivo de um passado em andamento: “subindo, agindo, se indignavam”.

Fim da formação

Inicialmente destacamos três pontos que diferem o trecho final dos anteriores: a) se os dois outros trechos trabalharam o domínio morfológico da língua, o trecho final (p.417-419) traz uma análise da sintaxe; b) outra distinção é que até então a língua foi considerada em sua diferença para menos; agora, a enunciação traz uma diferença para mais: um excesso; e c) se nos trechos anteriores a constituição da língua nacional relaciona as línguas africanas à língua portuguesa (do prazer degustativo à corrupção e daí ao escrúpulo, à vergonha e à indignação; das distinções, diversidades, disparidades, divisões, separações e dualidades à confraternização e à aliança), nesse último trecho os sentidos retornam à (diversidade) variedade, mas tomando a língua definitivamente como nacional constituída na relação com a língua portuguesa europeia.

Vácuo temporal e um corpus mínimo para a construção da língua nacional

A partir do “último ato”, a enunciação produzirá um efeito de afastamento no tempo histórico de tal forma a significar o fim da formação e, com isso, abre em direção a um relato do ocorrido, uma interpretação da história construída definitivamente em uma posição de tempo presente.

(59) **Sucedeu**, porém, que a língua portuguesa nem se **entregou** de todo à **corrupção** das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou **acalafetada** nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres mestres. **A nossa língua nacional resulta** da interpenetração das duas tendências. **Devemo-la** tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras (p.417).

As relações de tempo, fundamentais na construção da interpretação, constituem abruptamente um estreito vácuo temporal entre o passado: “sucedeu, entregou, conservou”; e o presente: “resulta, devemo-la”. É um vácuo entre a língua portuguesa e a língua nacional. Nesse vácuo, não por vontade do autor, a enunciação encontra lugar para jogar politicamente com a dispersão de sentidos históricos na construção do nacional

ao longo desse último trecho: “corrupção”, “espontaneidade de expressão”, “conservação”, “interpenetração de duas tendências”, “variedade de antagonismos”, “riqueza dos antagonismos equilibrados”, “modos antagônicos de expressão”, “potencialidade da cultura brasileira”, “valores e experiências diversas”, a “personalidade no desenvolvimento de cultura no mestiço”.

Todo esse excesso vem para acrescentar uma tentativa de “interpretação histórico-cultural” dado ao “exame psicológico” do “caso dos pronomes” posto por João Ribeiro. O modo “doce” do brasileiro de colocar os pronomes: dos escravos aliados aos meninos das casas-grandes em oposição ao modo “antipático” do português na boca dos senhores, ou seja, de uma hierarquia na família para ordem própria na construção da língua nacional.

Quando resume o objeto a um “*corpus* mínimo”, a operação enunciativa produz um efeito de “parada do tempo”, o que torna possível, nessa estreiteza, os sentidos deslizarem para uma generalização.

(60) “um exemplo, e dos mais expressivos, que nos ocorre, é o caso dos pronomes” (p. 417)

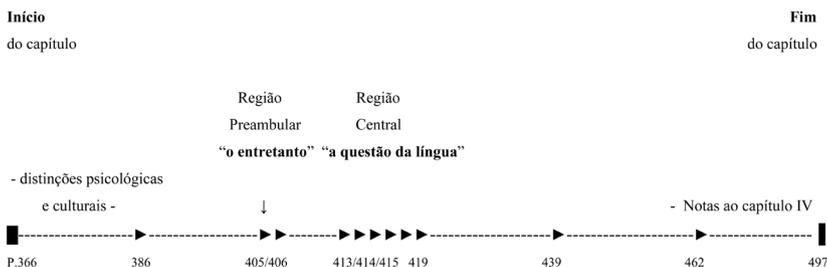
Esse sentido do “exemplo que resume” significa no sujeito um passo em direção a uma ruptura instaurando uma contradição na ordem. O enunciado “que nos ocorre” é exatamente efeito dessa operação metonímica. Nesse caso já estamos em plena discussão sobre a constituição do sujeito e, nele, a existência da sintaxe. Os sentidos de relações hierárquicas entre membros da família deslizando para as relações constitutivas da formação de uma língua nacional.

Constituído o que é e o que não é o nacional no jogo de generalização a partir do “*corpus* mínimo”, ao finalizar esse “último ato”, a enunciação desfaz o efeito de afastamento no tempo histórico de tal forma a significar a continuação do processo de “completude” do “desenvolvimento cultural no mestiço”, tomando a “questão da língua” como fato dessa direção e, com isso, abrindo para um relato do que ocorre em direção ao “futuro”.

Diagrama da Linearidade Paginar

Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre

Capítulo IV. *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro* (pp. 366-497).⁸



Notas

1 Doutor em Linguística pelo IEL/Unicamp em (2008). E-mail: wjames@uol.com.br

2 Este artigo é uma reformulação de parte das reflexões desenvolvidas em minha tese de doutoramento (Bernardo-Santos, 2008).

3 Dois trechos da região preambular: p. 405-410 e p. 410-413/414. E três trechos da região central onde a “questão da língua” é tratada de modo específico: três trechos específicos: p. 413/414-415, 5 parágrafos, p. 415-417, 4 parágrafos e p. 417-419, 2 parágrafos (ver Diagrama da Linearidade Paginar, p. 18, deste artigo; lembrando que a edição de referência é a 49ª de 2004).

4 Cena enunciativa (Guimarães, 2002, p.23) “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas (...) é um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento”.

5 Esse método de compreensão da disposição das materialidades tomei a partir de Lucien Febvre em “Deux philosophies opportunistes de l’histoire: de Spengler à Toybee”. In: *Combats pour l’histoire*. Paris, Armand Colin, 1953, p. 119-43. Ele leva em consideração o fato qualitativo, atento ao que é efetivado na paginação, tendo em vista o que significa o dado quantitativo. Tal investida articulei também a Orlandi (2001), e suas reflexões a respeito dos efeitos das materialidades do discurso na textualização, tomando o texto como unidade de análise, porção do imaginário mobilizado na textualização no acontecer de uma nova versão de discursos que circulam em formas materiais constitutivas e estruturantes da relação sujeito/língua na história, mecanismos que marcam os efeitos de sentido das relações entre locutores. O texto como versão de discursos em circulação incessante.

6 A gramatização que tornou possível a dominação ocidental e européia em relação ao resto do mundo “é o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.” (Auroux, 1992, p. 65).

7 A razão gráfica “distingue-se através de possibilidades que são interditas a linguagem simplesmente oral. Algumas vêm imediatamente ao espírito e podem parecer triviais: fixação, objetivação e conservação (...). O traço mais marcante da razão gráfica é a

bidimensionalidade, a utilização do espaço plano. A escrita não é o único suporte transposto da fala humana, mas é o único que é de natureza espacial e que dispõe da fixidade. Sem o escrito não há geometria” (Auroux, op. cit., p.74). Também aí está implicada no fato, a abertura própria da heterogeneidade da linguagem (Authier-Revuz, 1998) e os processos discursivos na inscrição do sujeito (Pêcheux, 1998, p.86-139).

8 Temos dois trechos preambulares (p.405-410) e (p.410-413); e três específicos (p.414-415, cinco parágrafos); (p.415-417, quatro parágrafos); (p. 417-419, dois parágrafos).

Referências Bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP, Editora da Unicamp.
- AUROUX, S. (1998). *Filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (1992). *A Revolução tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- BARTHES, R. (1953). *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- BENVENISTE, Émile. (1966). *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- _____. (1974). *Problemas de Lingüística Geral II*. 4ªed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BERNARDO-SANTOS, W. (2008). *Intervenção da escrita: um estudo do político enunciativo na institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil*. Tese (doutorado). Orient. Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: IEL/UNICAMP.
- FREYRE, G. (2004). *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª ed. São Paulo: Global.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. (1995). *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1987). *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes.
- FEBVRE, L.(1953).“Deux philosophies opportunistes de l’histoire: de Spengler à Toybee . In: *Combats pour l’histoire*. Paris: Armand Colin, p. 119-43. Trad. Bras. Maria Elisa Mascarenhas; vol. 2 org. Carlos Guilherme Mota. Coleção Grandes Cientistas Sociais, coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1992.
- HENRY, P. (1992). *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso* [trad. Maria Fauta Pereira de Castro]. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ORLANDI, E. (2001). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et all. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. (Coleção Repertórios).

Palavras-chave: o brasileiro, história, sentido
Key-words: the Brazilian, history, meaning

**“GLI UOMINI COME
BENVENUTO NON HANNO DA
ESSERE UBRIGATI ALLA LEGGE”
ARTE, DIREITO E POLÍTICA NA VITA
DE CELLINI**

Romain Descendre

ENS Lyon/Institut Universitaire de France/UMR 5206

RESUMO: Este artigo, fundamentado na Filologia Política, estuda o funcionamento da dimensão jurídica e jurídico-política na autobiografia “Vita”, de Benvenuto Cellini. A reflexão, que inscreve a obra de Cellini no sistema jurídico da Idade Média e do início da Idade Moderna, permite compreender como esta obra reivindica, através da língua do Direito, uma imagem de artista soberano, que coloca Cellini acima da lei e em paridade com os grandes príncipes.

ABSTRACT: This paper, based upon Political Philology, examines the functioning of the juridical and juridical-political dimension of “Vita”, Benvenuto Cellini’s autobiography. The reflection, which inscribes Cellini’s work in the juridical system of the Middle Age and the early Modern Age, allows us to understand how this work claims, through the language of Law, an image of sovereign artist, which places Cellini above the law and side by side with the great princes.

1. O objeto deste estudo é a dimensão jurídica e jurídico-política em funcionamento na obra *Vita*. A hipótese que a sustenta se articula em três pontos:

- a. A *Vita* manifesta uma constante exigência de reparação que se exprime notadamente por uma onipresença de questões e de episódios tendo como cerne a administração e a obtenção da justiça.
- b. Sem ser em caso algum um profissional do direito, Cellini foi um prático tão assíduo das instituições judiciárias que o seu co-

nhecimento do mundo jurídico pôde ter um papel não negligenciável em sua produção literária.

c. Enfim, e insistirei mais particularmente sobre este último ponto, parece-me que, dentre outros procedimentos em funcionamento na obra *Vita*, Cellini construiu uma imagem do artista e quis firmar o seu estatuto simbólico com a ajuda de significativos empréstimos à língua e aos conceitos do direito comum público.

Assim, longe de ser absurda, a colocação em relevo dos aspectos jurídicos e jurídico-políticos presentes na autobiografia de Cellini pode ajudar a compreensão, entendida de uma perspectiva própria à história da literatura e à história da arte – e isto, *a fortiori*, se concordamos que as separações estanques entre história da literatura, da filosofia, do direito e da arte, são barreiras disciplinares artificiais que não têm grande sentido quando apreendemos as obras culturais, particularmente aquelas da Idade Média e do início da Idade Moderna.

Aliás, nos firmamos nesta direção por toda uma série de trabalhos. De maneira geral, é só mencionar a vitalidade dos estudos conduzidos sob a bandeira “direito e literatura”, os *law and literature* americanos tendo tido há um certo número de anos desenvolvimentos na Europa continental, na França e notadamente na Itália¹.

Concernente ao gênero literário que nos ocupa, poderíamos também lembrar que o paradigma jurídico foi recentemente convocado para apreender as especificidades próprias do relato autobiográfico². Mas, mais decisivo para o nosso assunto é a referência aos trabalhos de um jurista que, como outros representantes italianos do “humanismo jurídico do século XX”, se interessou pelas relações entre direito e literatura bem antes que um tal campo de estudos tivesse se desenvolvido de maneira específica³. É em sua qualidade de jurista – não menos do que isso – e ao mesmo tempo de escritor e intelectual apaixonado por arte e literatura – autor de vários romances, mas também de fundador e diretor da revista *Il Ponte* –, que Piero Calamandrei se inclinou rigorosamente sobre o artista escritor florentino, ao ponto de fazer progredir de maneira decisiva o conhecimento que temos de sua pessoa e de suas obras⁴. Para além das páginas memoráveis sobre a própria *Vita* – penso em particular em sua conferência de 1952, “Il Cellini uomo”, que continua a ser um dos textos mais justos sobre a natureza específica da autobiografia celliniana – ele estudou atentamente os inúmeros arquivos pessoais, judiciais e notariais relativos a Cellini e pôde mostrar que sua vida de ourives esteve acompanhada de incessantes relações com o mundo da justiça, tanto no civil como no penal. Se esteve envolvido sobretudo com os dados biográficos, Calamandrei os colocava frequen-

temente em relação com o texto da *Vita*, cujas diversas passagens o colocaram na pista de suas primeiras pesquisas arquivísticas. Desde 1930, ele escrevia o seguinte:

Senz'essere giurista, senza intendersi di leggi, Benvenuto ha assai di freqüente messo in moto le leggi e ha dato molto da fare ai notai ed ai giudici : e chi voglia studiar sul vivo gli istituti giudiziari del suo tempo a Firenze, o a Roma od anche a Parigi, non deve far altro che accompagnarlo nelle peregrinazioni di cui la *Vita* ci fornisce un colorito itinerario, per verdelo ad ogni passo alle prese coi giudici penali, sotto le accuse più gravi ed infamanti, dal ferimento al furto, dall'omicidio alla sodomia, ovvero accanito in aspre contese civili di cui sono pieni specialmente gli anni della sua vecchiaia⁵.

Se ele observava assim a importância do tema judiciário para a estrutura narrativa da *Vita*, Calamandrei chamava sobretudo a atenção para os elementos que podiam interessar o historiador do direito num texto que constitui, deste ponto de vista, um documento histórico de valor excepcional. Além disso, se ele assinalava o fato evidente de que Cellini não era um profissional do direito e de leis, ele mostrava que nosso homem era particularmente forte em matéria contratual, já que ele se encontrava na origem de um tipo novo de contrato, um verdadeiro contrato de edição, abrindo já o caminho para a noção moderna de direito de autor, por ocasião da publicação dos seus dois tratados sobre a ourivesaria e a escultura pelos tipógrafos Panizzi e Peri. Podemos, deste ponto de vista, ligar o sentido mesmo deste contrato a um episódio espantoso da *Vita*, que põe em cena a importância aguda que podia ter para um artista como Cellini a questão da propriedade intelectual sobre as suas obras.

Trata-se dos capítulos 60 e 61 do livro I: Pompeo de' Capitaneis, de início, depois os camareiros de Clemente VII querem tomar o cálice que Benvenuto demora a terminar e que o papa gostaria de recuperar para dá-lo a outro artista para aperfeiçoá-lo. Benvenuto se opõe vivamente e precisa: "Questa non è come la zecca, che me la possa torre ; ma sì ben e' cinquecento scudi, che io ebbi sono di sua Santità, i quali subito gli renderò: e l'opera è mia, e ne farò quanto m'è di piacere⁶⁷". Se o dinheiro necessário à produção deve ser restituído, a obra, ela mesma, não terminada, não pode em caso algum ser dada ao seu comandatário. Aos camareiros, Benvenuto precisa assim: "Signori, se io dessi l'opera a Sua Santità, io darei l'opera mia e non la sua⁷⁷". Exposta diante do governador e do procurador fiscal, a controvérsia jurídica aparece em pleno dia:

[...] parte mi esortavano parte mi consigliavano, dicendomi che *la ragione voleva*, che uno che fa fare una opera a un altro, la può ripigliare a sua posta, e in tutti i modi che a lui piace. Alle quali cose io dissi che questo *non lo prometteva la giustizia*, né un papa non lo poteva fare⁸.

Benvenuto pede então para acrescentar “quattro parole sopra le [sue] ragione”, uma curta defesa que consiste em fazer valer a diferença entre a obra de arte de um lado e a casa construída ou o conjunto de jóias do outro: se o arquiteto ou o joalheiro não dá satisfação ao comanditário, este pode se contentar de pagar pelo trabalho efetuado e recuperar a casa ou a jóia, “ma a questa cotal cosa, non c’è nessuno di questi capi⁹”. Certamente, Cellini não especificou nada mais além disso. Mas a sua posição é defensável e corresponde a uma regra de direito bem precisa, concernente a uma das formas de aquisição de posse a título originário: quem transforma um material para fazer uma obra se torna o proprietário originário, mesmo se no início este material não lhe pertencesse. Essa questão já existia no *Corpus juris civilis* de Justiniano e era resolvida segundo o tratamento que tinha sido infligido ao material original: se este pudesse ser recuperado, então ele deveria ser restituído ao seu proprietário inicial¹⁰ (é bem o caso do conjunto de jóias evocado). Benvenuto defende legitimamente seu direito já que ele considera que a modificação mesma dos materiais necessários à confecção do cálice e o fato mesmo de que eles sejam transformados em obra de arte implica em sua aquisição.

A sensibilidade de Cellini às questões de direito aparece portanto forte; mesmo que ele não tivesse nenhuma formação jurídica, isso não impediu que elas fossem objeto de uma atenção muito fina. Diversos episódios judiciais postos em cena na *Vita* fornecem uma outra demonstração, que nos contentaremos em evocar aqui muito rapidamente. Benvenuto se reveste com a toga de um perfeito advogado, tanto no capítulo I, 103, ao se defender de ter roubado uma parte do tesouro pontifical por ocasião do saque de Roma, como no capítulo II, 30, quando, diante do tribunal parisiense, deve se defender da acusação de sodomia. Em cada caso, ele constrói sua defesa não clamando por sua inocência, mas explorando seu domínio das leis¹¹, e até mesmo do próprio procedimento judiciário¹². Sua tática consiste em pegar os seus juizes em falta e, em cada caso, ele sai vencedor. Ora, é ainda este domínio do direito que, veremos, vai desempenhar um papel na concepção mesma de sua identidade de artista.

2. Ao longo de todo o livro o narrador propõe dizer e defender suas *ragioni*, ou seja, seu bom direito. Se esta defesa é para ele tão primordial, é porque ele não cessou, diz, de receber *ingiurie*. Trata-se de um outro termo jurídico que aparece muito frequentemente sob a pluma de Cellini¹³ e que deve ser entendido em seu sentido epistemológico, tal como ele aparece no *Digeste* de Justiniano: todo ato que causa um prejuízo é cometido não de acordo com o direito, mas contra o direito (D. 9, 2, 5, 1 : *quod non iure factum est, hoc est contra ius*). Como não se espantar de ver Cellini tão suscetível, tão envolvido em defender as suas *ragioni* e em denunciar as *ingiurie* recebidas, quando o que salta aos olhos do leitor é bem antes sua propensão a agir como bandido, a provocar e a pautar múltiplos litígios pela violência, a tender perpetuamente para a transgressão das normas e a se mostrar particularmente contestador da lei?

A respeito de sua relação com a lei, os críticos citam geralmente uma frase que é efetivamente decisiva, mas sobre a qual talvez não tenha sido dada toda a sua espessura. Trata-se, no capítulo I, 74, das palavras pronunciadas pelo papa Paulo III para justificar o salvo-conduto que ele atribui à Benvenuto, que é perseguido pelo assassinato de Pompeo: “Sappiate che gli uomini come Benvenuto, unici nella lor professione, non hanno da essere ubrigati alla legge¹⁴”. Esta fórmula, que coloca o herói fora campo da lei, longe de rejeitar o relato para o exterior e em oposição a toda dimensão jurídica – que seria uma leitura prematura e superficial – o conduz diretamente. Vulgarizando a língua mesma do direito e da teologia – lembremos que a *obligatio* faz parte da definição mesma da *lex*: segundo Tomás de Aquino, “a *lex* vem de fato de *ligare* já que ela obriga a agir”, *dicitur enim lex a ligando, quia obligat ad agendum*¹⁵ – a sentença de Paulo III atribui a Benvenuto uma posição privilegiada no cerne de uma configuração em que os três termos principais são o direito, a lei e o soberano, e ela oferece diversas chaves de leitura para interpretar a onipresença do jurídico nas tribulações cellinianas.

A frase pode ser explicitada de duas maneiras ou, antes, segundo dois estágios semânticos diferentes. O primeiro é evidente: o autor se serviria aqui de Paulo III para legitimar os comportamentos irregulares de Benvenuto. O leitor está habituado, posto que já quando do assalto do castelo Santo Ângelo, seguido do pedido de absolvição de seus pecados formulado pelo herói, o narrador atribuía a Clemente VII um ato extraordinário:

Alla qual cosa il Papa, alzato le mane e fattomi un patente crocione sopra la mia figura, mi disse che mi benediva, e che mi perdonava tutti gli omicidii che io avevo mai fatti e tutti quelli che mai io farei in servizio della Chiesa apostolica¹⁶.

A absolvição dos pecados por antecipação é evidentemente um ato sacrílego – ela ridiculariza, na verdade, o rito sacramental da penitência – mesmo se ela fosse pensada pelo bem da Igreja. Não é certeza que Cellini propusesse denunciar o comportamento do papa, nem sugerir a idéia de um “comércio com Satã”, como pôde afirmar Marziano Guglielminetti¹⁷, mesmo se ressoa bem aqui, desde a oitava esfera do Inferno, o terrível “finor t’assolvo” de Bonifácio VIII à intenção de Guido da Montefeltro¹⁸. Em revanche, Cellini assinala por essas palavras a prática de uma verdadeira razão da Igreja, que pode parecer mais grave ainda que toda forma de razão do Estado. Assim, tanto no domínio do foro interno (pecados passados e a vir) com Clemente VII, como no domínio do foro externo (leis positivas em vigor) com Paulo III, uma das funções dos papas na *Vita* é de criar para Benvenuto um regime derogatório em matéria moral e jurídica. É provável que Cellini intente através disso enviar uma mensagem à corte ducal e, mais particularmente, a Cosme I: se, por diversas vezes, a autoridade suprema, que é o pontífice romano, sublinhou que ele não deveria ser considerado com respeito às leis, o duque de Florença deveria pelo menos não ser rigoroso com os seus desvios de comportamento e suas infrações ao direito ordinário.

Importa, no entanto, ir mais longe e não concluir a partir dessas passagens que Cellini retrocedia sobre suas *ragioni*. Afirmar que a lei não obriga não significa que ele se situaria numa esfera exterior ao direito e à justiça, no sentido dado ordinariamente ao vocábulo “fora-da-lei”. É bem o contrário que é verdade, como o mostra a citação completa da passagem considerada em seu contexto. É de início o humanista Latino Giovenale de Manetti que o defende junto ao papa:

[...] aggiunse *tutte le mie ragione* molto favoritamente. Alle qual parole il Papa disse : “io non sapevo della morte di Pompeo, ma sì bene sapevo le ragioni di Benvenuto, sì che facciasigli subito un salvo condotto, con il quale lui stia sicurissimo¹⁹

E a frase em questão deve ser citada na íntegra:

Sappiate che gli uomini come Benvenuto, unici nella lor professione, non hanno da essere ubrigati alla legge : *or maggiormente lui, che so quanta ragione e’ gli ha*²⁰.

Longe de ser contra a *ragione* – *contra ius*²¹ – a não obrigação de Benvenuto à lei é apoiada pelo direito: matar Pompeo estava no seu direito. Insistindo sobre este ponto, Cellini mascara habilmente o fato, muito mais simples, de que Paulo III, que acabava de ser eleito, o havia

agraciado, como era o costume na ocasião de uma entronização. Cellini tinha se lançado sobre Pompeo de Capitaneis no dia seguinte da morte de Clemente VII, a fim precisamente de se beneficiar da graça do novo papa. Mas o essencial é sobretudo compreender a que se refere concretamente a *ragione* considerada por Paulo III. Não se trata aqui de um direito de legítima defesa, porque Cellini tinha tomado cuidado de descrever o ato como um homicídio cometido a sangue frio. Trata-se, de fato, de um ato de vingança, como a totalidade das violências e outros fatos de sangue confessados, ou melhor, reivindicados pelo narrador.

Vingar-se é, por definição, fazer justiça com as próprias mãos, *farsi ragione privatamente*. A vingança é a terceira palavra-mestra do universo jurídico do qual se banha o herói celliniano. Como a *ingiuria*, que ela deve necessariamente seguir, e a defesa de uma *ragione*, da qual ela é a principal atualização, a *vendetta* atravessa a totalidade da *Vita*. Ela é um dos principais recursos narrativos, como podemos constatar desde o início do livro: a causa da primeira partida de Florença do jovem Benvenuto é a dupla rixa que o opôs a seus rivais, os ourives Guasconti, para vingar sua honra ferida²². Desde esta primeira experiência, a vingança é preferida à justiça dos tribunais na medida em que ela lhe aparece mais eficaz e mais justa: é precisamente porque ele considera que a justiça deixada pelos Otto não lhe permitiu lavar a *ingiuria*, que ele retorna para se vingar ele mesmo²³.

Não se compreende grande coisa sobre os comportamentos de Benvenuto na *Vita*, nem sobre o hábito que o narrador tem de se glorificar de atos que nos parecem de uma grande gravidade, se não lembramos da natureza ético-jurídica da vingança nas sociedades pré-modernas. A reprovação de uma prática considerada como bárbara e arcaica não muda nada se é verdadeiro que se trata de uma instituição jurídica costumeira, reconhecida e enquadrada pela maioria dos *statuti* das comunas italianas, e que fazia parte plenamente da ordem jurídica da sociedade medieval. Os historiadores sublinharam o quanto o sistema vindicativo, em Florença particularmente, era valorizado, codificado e tinha uma importância de primeira ordem como forma de gestão dos conflitos tendo por fim sua resolução²⁴. Intimamente ligada aos ideais cavaleirescos e à questão – propriamente vital de um sistema social articulado em torno da família e do clã – da preservação da honra, não é um acaso se a vingança tem um papel ao mesmo tempo crucial e problemático em Dante, e se ela é um dos principais pontos de fixação das relações entre direito e literatura na Idade Média²⁵. Antes de ser mais geralmente condenada sob o efeito de uma moral evangélica que lhe era diametralmente oposta, antes de ser retransmitida pelo desenvolvimento de uma justiça penal que assumiu o seu principal objetivo (a

reparação de uma ofensa), a vingança foi defendida e promovida por cartas laicas de juristas importantes. É o caso em particular de Brunetto Latini, do qual me parece útil citar ao menos uma frase, de tão perfeitamente que ela se aplica ao universo moral de Benvenuto: “colui che non si commuove e non si adira per ingiurie o per offesa che sia fatta a lui o ai suoi parenti è uomo lo cui sentimento è morto”²⁶. Esta afirmação ressoa de uma maneira particularmente justa quando se lê o capítulo I, 51, em que Cellini descreve com uma fria e orgulhosa precisão o assassinato do mosqueteiro que matou seu irmão. A meu ver, este episódio não nos permite fazer de Benvenuto o “nero angelo di giustizia” do qual falava Guglielminetti, que havia interpretado segundo uma chave de leitura uniformemente demoníaca a sede de vingança do jovem ourives²⁷. Mais simplesmente, Benvenuto participa ainda plenamente, ao menos na primeira parte da *Vita*, de um universo onde alguns podiam chegar até a considerar que não vingar uma ofensa constituía uma injustiça: como o afirmava um autor anônimo do século XVI, “ingiuria fa quegli che ingiuria non vendica”²⁸.

Para Benvenuto, a vingança não é portanto uma forma de criminalidade, mas a figura de uma justiça perfeita. A *Vita* demonstra a resistência ativa de um homem face à substituição da vingança privada por esta forma de reparação pública que é o processo judiciário. Enquanto teve múltiplas disputas com os tribunais de todos os seus lugares de residência, Cellini procurou justificar seu comportamento e seus atos em função de uma ordem jurídica superior, não redutível à lei ou à administração estatal, mas, à sua maneira, intimamente ligada à esfera ética. Podemos nos perguntar se esta atitude não reflete a concepção, ainda completamente medieval, de um direito que, longe de se reduzir à lei como expressão da vontade do príncipe e de um poder de coerção centralizado, tinha uma natureza eminentemente plural²⁹. À sua maneira, Cellini não cessa de nos dizer que transgredir as leis não é *ipso facto* infringir o direito: ele é conduzido não somente por um mau caminho sobre o qual não tem controle, mas também em virtude de uma forte exigência de justiça – de uma justiça ainda pré-moderna.

É provável que, armado de uma tal concepção, ele tenha particularmente vivido mal a política judiciária rigorosa e autoritária trazida por Cosme I. Ora, isto foi sem dúvida também uma das razões que o obrigaram a cessar de resolver todos os seus conflitos por meio das armas. Podemos, em todo caso, salientar que a *Vita* retrata um caminho pessoal que conduz precisamente a um abandono progressivo da vingança, pelo menos daquela que implica necessariamente o uso de violência. Uma primeira virada se opera na segunda parte, quando o narrador, de maneira bastante excepcional, confessa uma falta, que é precisamente um

ato de vingança: “cognosco d’aver fatto errore a voler mi vindicare tanto istranamente con Pagolo Miccieri³⁰”. Mas a vingança pertence à *formamentis* de Cellini: no momento em que não faz mais o sangue derramar, ela prossegue por outros meios. Assim, depois de ter sido ofendido pelo “porcaccio” Bernadone, Benvenuto renuncia finalmente a acertar as contas à paulada, mas o narrador precisa: “io mi risolsi a fare le mie vendette innun altro modo³¹”. Ora, de maneira bastante significativa, este outro modo é literário: trata-se de uma forte zombaria exibida publicamente. Suas vinganças são doravante suas obras, como disse sobre o *Persée*: “spero con quella di ammazzare tutti i miei ribaldi nimici³²”. A *Vita* desenha assim um percurso que é como a passagem de um sistema vindicativo efetivo, combatido pela administração policial e judiciária de Cosme I, e sua transformação em sistema vindicativo metafórico, que se torna o horizonte mesmo da escritura da *Vita*. Esta é também a significação da passagem de um livre *fare* a um *dire* coagido, lembrado em diversas retomadas por Cellini: o livro, ele mesmo, pode ser interpretado sob o signo da vingança.

3. Além da recusa de se deixar fechar nos limites da legalidade, a reivindicação celliniana de uma não obrigação à lei reveste-se de uma outra significação. “Gli uomini come Benvenuto, unici nella lor professione, non hanno da essere ubrigati alla legge”: nessas palavras, um especialista de história do pensamento político não vê apenas a tentativa de justificar comportamentos ilegais, mas, talvez mas ainda, a tradução e adaptação de uma das máximas mais célebres do *Digeste: princeps legibus solutus est*, o príncipe é desligado das leis, ele não é obrigado à lei³³. Sem cessar comentada e retomada desde a redescoberta do direito romano e a época dos glosadores, a fórmula constituía um dos fundamentos de toda reflexão sobre a soberania. Ela era a expressão de um princípio absolutista, que contradizia frontalmente a concepção legalista do poder, também presente no *corpus* Justiniano e mais geralmente defendida pelos juristas da Idade Média. Até o século XVI, o pensamento jurídico se orientou na direção de conciliar esses dois princípios, um fundado sobre a máxima *princeps legibus solutus*, conceito abstrato de uma *potestas* a qual não pode se obrigar ou ser obrigada a observar uma ordem positiva que ela mesma tenha contribuído para criar, outro sobre a idéia do *princeps legibus alligatus*, que corresponde ao exercício mesmo do poder, a *potestas ordinária* ou *ordinata*, necessária à obrigação moral da *honestas*³⁴. Mas, na época do absolutismo nascente, a insistência sobre o *absolutio legibus* se faz sempre mais forte, particularmente nas chancelarias e cortes, onde a fórmula é muito popular. É notadamente o caso em Roma, onde a concepção da *plenitudo potestatis* dos papas impulsionou

mais cedo e mais longe o princípio absolutista, mas também na França sob os Valois ou ainda em Florença sob Cosme I.

Que relação tudo isso pode ter com Cellini, diremos? Se o eco do *príncipes legibus solutus* no *non hanno da essere ubrigati alla legge* não é uma elucubração vã, podemos pensar que Cellini se serve conscientemente da língua do direito para fundar o que ele tem de maior a defender, seu estatuto de artista soberano, o mesmo que o coloca, a seus olhos, em pé de igualdade com os grandes príncipes. A paridade do príncipe e do artista é reivindicada durante toda a *Vita*³⁵. Para valorizar suas *ragioni* face a Cosme, um príncipe que não lhe reconhecia seu justo valor, Cellini coloca em cena os soberanos mais prestigiados e mais poderosos – os papas ou um rei da França – que o tratam de igual para igual. É portanto, coerente que ele encarregue um papa de afirmar que ele também, a sua maneira, é *legibus solutus*. Segundo as palavras de Paulo III, são titulares desse direito de soberania os homens “unici nella loro professione”: é bem esta unicidade de sua arte que Cellini não cessa de reivindicar ao longo de todo o livro, e notemos que ele escolheu aqui o termo sempre empregado para falar de seu ofício de artista, “la mia professione”.

Alguns elementos devem ser trazidos para assegurar tal interpretação. Ela pode ser consolidada pela tese que Ernst Kantorowicz desenvolveu em um de seus primeiros artigos, escrito para o volume de *mélanges* dedicadas à Erwin Panofsky: “La souveraineté de l’artiste. Note sur quelques maximes juridiques et les théories de l’art à la Renaissance”³⁶. Ele mostra que “os escritos dos juristas da Idade Média – tanto os glosadores como os comentadores do direito romano e do direito canônico – puderam, em certa medida, ter um papel não negligenciável no desenvolvimento das teorias da arte no Renascimento”. E que um certo número de idéias fundamentais dessas teorias foram “prefiguradas (*foreshadowed*) pelos escritos dos juristas”³⁷. Os juristas em particular deveram resolver toda uma série de problemas ligados aos termos fundamentais para a ciência jurídica, *ars, natura, imitatio, inventio, fictio, veritas*. A *ars* que é o direito deve imitar a natureza por intermédio de uma ficção, quer dizer também uma invenção. Deste fato, o legislador, quer dizer, o príncipe, pôde ser conhecido como re-criador da natureza, e comparado ao criador divino, *sicut deus in terris*. É inicialmente no direito canônico e em torno da figura do papa que estas imagens foram expostas, notadamente para aqueles que mais desenvolveram a teoria da *potestas plena*, os decretalistas do início do século XIII. Assim, em torno de 1220, o canonista Tancredo glosava a idéia de Inocêncio III segundo a qual o papa é “vice-Deus” afirmando que “do nada ele faz alguma coisa, como Deus”, “age no lugar de Deus porque ele tem a plenitude do

poder sobre todas as coisas da Igreja”, “pode conceder dispensa acima do direito e contra ele”, “pode tornar injusto o que era justo corrigindo e mudando o direito³⁸”. As teorias da *plenitudo potestatis* inventaram a figura do criador divino que, alguns séculos mais tarde, tem um papel decisivo na literatura artística, que se pense no *Libro di pittura* de Leonardo da Vinci (o pintor « signore e Dio » capaz de criar todas as coisas), em Michelangelo, artista divino magnificado notadamente por Vasari, ou em Cellini, que apresenta a fonte do *Persée* como uma forma de criação sobrenatural, dando mesmo lugar a uma verdadeira ressurreição³⁹. Ao mesmo tempo, não há nada de estranho em que uma fórmula como *princeps legibus solutus* seja o plano de fundo da reivindicação da Cellini de não ser *ubrigato alla legge* e que ele se sirva precisamente de um papa para defendê-la.

Além disso, outras passagens da *Vita* corroboram esta idéia do artista soberano. Elas são bem conhecidas, mas vale a pena lembrá-las rapidamente. Já foi evocada a propensão do escultor em sublinhar de diversas maneiras uma dignidade igual àquela dos soberanos. Repetidas vezes, o narrador destaca com admiração ou satisfação o fato, por um artista, de viver “da signore”⁴⁰. Não há nenhum mal em relatar as numerosas ocasiões em que lhe foram reprovadas sua falta de respeito para com os poderosos, seu “poco conto d’un Papa” ou ainda sua insolência⁴¹. Ele não hesita em dar lição ao papa, chegando mesmo a inverter a relação de dominação⁴². Após a morte do assassino de seu irmão, que já era a qualidade de uma de suas obras, o fecho, que lhe valeu a proteção benevolente do papa, Clemente VII, para quem esse assassinato é uma cura⁴³.

De maneira significativa, o uso da língua do direito comum público aparece repetidamente. Após a primeira recusa de dar ao papa o cálice inacabado, o narrador precisa que é “con giusta causa” que essas palavras foram ditas a Pompeo. Para os civilistas como para os canonistas, a *iusta causa* era precisamente o critério indispensável dos atos derogatórios correspondentes à execução da *plenitudo potestatis*.⁴⁴ Mas, para nosso propósito, é muito mais decisivo constatar que Cellini se faz o eco, ainda à sua maneira, do debate sobre a tirania, que colocava diretamente o problema dos limites da soberania e se encontrava no cerne do pensamento republicano florentino, desde Savonarole até os *fuoruscitti* no meio dos quais Cellini tinha evoluído. Não é um acaso se a cada vez que a palavra *tiranno* aparece na *Vita* é a propósito dos Médicis: na boca de personagens republicanos, a propósito de Alexandre, o tirano por antonomásia de quem Lorenzo teria querido libertar Florença⁴⁵; na boca de Benvenuto, sobretudo, por ocasião de sua súplica face ao *governatore* e ao *provveditore fiscale* do papa, sempre a respeito do cálice inacabado que o papa gostaria de se apropriar:

[...] io dissi che questo non lo prometteva la giustizia, né un papa non lo poteva fare : e perché e' non era un papa di quella sorte che sono certi signoretti tirannelli, che fanno a' lor popoli il peggio che possono, non osservando né legge né giustizia : però un vicario di Cristo non può far nessuna di queste cose⁴⁶.

A aproximação com “certi signoretti tirannelli” nos conduz à passagem do sistema das *comuni* àquele dos *signorie* que, a partir do século XIV, levou a reflexão jurídica, a um objetivo anti-senhorial, à atribuir uma grande importância ao problema da tirania. Cellini dá aqui a definição mesma do tirano de exercício – o tirano *ex parte exercitii* a distinguir, notadamente a partir de Bartolo e seu tratado *De tyranno*, do tirano *ex defectu tituli*, em que o poder foi adquirido arbitrariamente – : é tirano o príncipe que “non osserva [...] né legge né giustizia”, ou seja, que não somente não cumpre as leis, mas viola o *ius*, em todas as suas dimensões. O tirano *ex parte exercitii* se define na verdade pela completa anti-juridicidade do exercício de seu poder, pelo fato de violar “il sacro ordine del mondo, la legge umana così come quella naturale e divina, delle quali essa è specchio se è *lex* e non *legis corruptio*”⁴⁷. Ora, desta ordem sagrada do mundo, destes “sacre sante legge” como Cellini os chama repetidamente⁴⁸, o papa, como o imperador, é o fiador supremo, enquanto autoridade universal. De onde o fato mesmo que o soberano pontífice, diz Benvenuto, “non può far nessuna di queste cose” – a não ser, teria podido lhe responder um canonista, que imponha uma *iusta causa* pontual e imperativa. Uma vez que lhe é confirmada a decisão do papa, Benvenuto diz ainda que ele não pode acreditar, já que é propriamente impossível que um papa prove uma injustiça: “io risposi che, da poi che io non avevo mai creduto insino a quell'ora che un santo Vicario di Cristo potessi fare un'ingiustizia, “però io lo voglio vedere prima che io lo creda”⁴⁹”. O papa é a partir daí obrigado a usar um estratagema: ele manda dizer a Benvenuto para lhe confiar o cálice em uma caixa selada que ele se compromete a não tocar. Isso faz rir o nosso homem, que aceita porque ele pretende “saper ragionare come [è] fatta la fede di un papa”. Clemente não mantém evidentemente a sua promessa e abre a caixa após ter tomado cuidado de preparar sua resposta sobre o mesmo terreno: “ il Papa disse : “Direte a Benvenuto che i papi hanno autorità di sciorre e legare molto maggior cosa di questa”⁵⁰”. A passagem escriturária aqui utilizada – Matheus, 16, 18-19: “Tu és Pedro [...] tudo o que ligares na terra será ligado nos céus e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus” – é um lugar comum para os canonistas e os teólogos encarregados de definir como propriedade particular a soberania dos papas sobre a Igreja e os fiéis; ela será ainda por muito tempo uma

ferramenta importante do pensamento jurídico-teológico, notadamente pela definição que Belarmino dará da *potestas indirecta* do papa nos negócios temporais dos príncipes⁵¹. Após esta demonstração da pouca fé dos papas, Benvenuto pode então ironizar: “alzai la voce e dissi : “Io ringrazio Idio, che io ora so ragionare comè fatta la fede de’ papi”⁵²”. Palavra de espírito, claro, que joga sobre o duplo sentido do termo *fede*, onde o papa aparece não somente injusto mas ímpio. Eco, pode ser também, do capítulo 18 de *O Príncipe: quomodo fides a principibus sit servanda*, “de que maneira os príncipes devem guardar sua fé”. Seja o que for, é evidente que Cellini tem um prazer maligno em empregar lugares comuns da língua jurídica e política para colocar em cena a defesa de seu bom direito face a um papa que se serve ele mesmo de ferramentas semelhantes para justificar um poder julgado opressor, tudo em um quadro narrativo que chama largamente à tradição do *motto* próprio à *novellistica* florentina.

Encontramos a prática de empréstimo ao formulário habitual da soberania absoluta em outras passagens. No capítulo I, 81, o episódio florentino de uma disputa opondo, em 1535, Benvenuto a Ottaviano de’ Medici é significativa. Depois de reclamar que Ottaviano tinha conscientemente misturado as moedas de seus escudos com as do velho mestre da moeda Bastiano Cennini, Benvenuto enfrenta este primo de Alexandre, com o acordo deste último:

[...] mostratogli la *ingiuria* che era fatto alle mie belle monete, lui mi disse asinescamente : “*Così ci piace di fare*”. Al quale io risposi che così non era il dovere, e non piaceva a me. Lui disse : “E se così piacessi al Duca ?” Io gli risposi : “non piacerebbe a me : ché non è giusto né ragionevole una tal cosa”.

Temos aqui o eco de uma outra célebre fórmula do *Digeste*, sempre retomada pelas teorias absolutistas ao mesmo título que *princeps legibus solutus est: quod principi placuit, legis habet vigorem* (D. I, 4, 1). A esta máxima, Benvenuto opõe a consideração da justiça e da *ratio* do ato – *non è giusto né ragionevole* – ainda numa atitude que lembra aquela dos comentadores: o que agrada ao príncipe tem força de lei, na condição, que fique claro, de que não seja *contra ius*. Poderíamos pensar que esta aproximação é forçada já que não está em questão aqui o príncipe, mas um de seus próximos. No entanto, este é o jogo mesmo da passagem: o narrador teria dito justo antes de Ottaviano que “pareva governassi ogni cosa”, subentendendo que ele se tomava, assim, pelo príncipe, no lugar de Alexandre. É bem a observação de Ottaviano, própria a um príncipe soberano, que explica a seguir a reação de Alexandre: ““Ottaviano ne

vuol troppo ; e tu arai ciò che tu vorrai : *perché cotesta è una ingiuria che si fa a me*⁵³”.

Enfim, é armado de todo este saber jurídico-político que Benvenuto chega até a dar lições de política aos *fuorusciti* por ocasião do assassinato de Alexandre. Aos republicanos, que lhe zombam de immortalizar os duques que eles mesmos “isducati”, ele prediz: “arete un altro Duca, forse molto peggiore di questo passato⁵⁴”. Uma vez advinda a eleição de Cosme, em 9 de janeiro de 1537, precisamos em Benvenuto “che gli [sc. Cosimo] era fatto con certe condizioni, le quali l’arebbono tenuto, che lui non arebbe potuto isvolazzare a suo modo”. Trata-se de uma alusão à soberania limitada que o senado dos Quarantotto e os membros mais autorizados da aristocracia florentina, no primeiro time dos quais Francesco Guicciardini e Francesco Vettori, acreditavam poder impor a Cosme. Entre 9 e 10 de janeiro foi notadamente decidido que não haveria mais o título de *duca*, mas unicamente o de *capo e primário del governo della città*, e que ele seria assistido de um adjunto (*vicario*) escolhido entre os Quarantotto⁵⁵. Benvenuto comenta então:

Cotesti uomini di Firenze hanno messo un giovane sopra un maraviglioso cavallo, poi gli hanno messo gli sproni e datogli la briglia in mano in sua libertà, e messolo in sun un bellissimo campo, dove è fiori e frutti e moltissime delizie ; poi gli hanno detto che lui non passi certi contrassegniati termini : or ditemi a me voi, chi è quello che tener lo possa, quando lui passar li voglia ? *Le leggie non si possono dare a chi è padron di esse*⁵⁶.

Certamente, trata-se de profecias *post eventum* bem fáceis. Mas elas são a ocasião, para Cellini, de se apresentar como mestre da coisa política, e elas testemunham uma atenção particular ao fato absolutista e, uma vez ainda, à língua que o define juridicamente. A última frase desta curta tirada tem a forma de uma máxima, seríamos quase tentados a ler em toda esta passagem uma forma de *ricordo* guichardiniano. Ele diz a evidência da dificuldade em pensar os limites constitucionais da soberania quando o príncipe se torna o único legislador, o único *padron* das *leggie*.

4. Esta sensibilidade ao fenômeno absolutista, Cellini a partilha com todos os historiadores florentinos contemporâneos, de qualquer partido que eles sejam – Filippo de’ Nerli, Bernardo Segni, Benedetto Varchi. Todos insistiram sobre o caráter absoluto do poder de Cosme e a novidade que ele representava em Florença. O artista escrevão sublinha, ele também, que o duque e a duquesa são “assoluti patroni della città di Fi-

renze⁵⁷”. O absolutismo dos Médici não é suficiente para explicar que ele tenha integrado a terminologia e os conceitos próprios aos juristas, nem que eles tenham contribuído para formar sua própria imagem de artista soberano. Mas se uma das questões principais da escritura da *Vita* era a de acertar suas contas com o duque, então uma tal operação apresenta uma certa coerência. Ela nos permite em todo caso colocar sob nova perspectiva a questão da cultura de Cellini. Não há como situá-lo como um leitor de textos jurídicos. Mas é muito provável que sua prática nos meios de chancelaria e de corte, que em Roma, Paris ou Florença eram compostos majoritariamente por homens da lei, tenha produzido seus efeitos. Pensamos, claro, na grande proximidade de Cellini com Varchi, cuja a formação era precisamente a de um jurista. Mas, deste ponto de vista, uma outra figura me parece ainda mais significativa, sobre aquela os especialistas de Cellini não se mantiveram.

Um dos homens mais poderosos do ducado era o *Primo Secretario* e *Primo Auditore* de Cosme, Lelio Torelli. Ele era a cabeça dos novos órgãos do governo diretamente ligados à pessoa do duque, ou seja, desta parte da administração que era a “*espressione immediata del suo potere assoluto*”⁵⁸. Mas ele era também e sobretudo o maior representante do humanismo jurídico florentino, o autor da edição *princeps* dos *Pandette florentine*, ou seja, do manuscrito do *Digeste* guardado em Florença desde o início do século XV. Ele estabeleceu a edição crítica e a publicou em 1553 pelo tipógrafo Lorenzo Torrentino, que ele mesmo mandou vir do ducado de Brabant para torná-lo o tipógrafo oficial do duque⁵⁹. Além disso, poeta e amante da arte, Torelli tinha uma importância de primeiro plano na vida cultural florentina: cônsul da Academia florentina, ele teve um papel crucial no nascimento da Academia de desenho⁶⁰. Ora, se Cellini conseguiu de alguma forma conservar um lugar em Florença, apesar dos conflitos financeiros e jurídicos que o opuseram diretamente a Cosme e a uma parte de sua administração, e apesar também dos inimigos, tais como Vasari e sobretudo Borghini, parece que é em grande parte a Torelli que ele o deveu. O jurista originário de Fano era na verdade um amigo próximo e, a partir de 1555, seu executor testamentário: ele foi, inclusive, em 1556, autor de uma carta a Cosme para lhe pedir a liberação de Cellini da prisão⁶¹. É possível pensar que a relação com tal homem, o mais poderoso e o mais sábio dos juristas em atividade em Florença, não foi sem conseqüências sobre nosso “povero orefice” – nenhuma dúvida de que há material para pesquisas posteriores.

Da mesma maneira que a cultura literária de Cellini, que alimenta com toda evidência a *Vita*, era inicialmente de natureza oral, sua cultura jurídica, que é uma das especificidades deste texto, provém não somente de uma grande prática dos tribunais penais e civis, como o demonstrou

Calamandrei, mas também de uma longa experiência de chancelarias, de cortes e de príncipes. Esta cultura não é livresca, ou pelo menos não o é diretamente: ela é essencialmente lingüística. Em menor grau, certamente, mas em uma mesma ordem de idéias, podemos sem dúvida dizer de Cellini o que foi dito de Maquiavel e de sua relação com a língua jurídica: “sembra in verità che egli abbia prestato ascolto alla lingua della giurisprudenza come lingua dell’esperienza del potere⁶². A *Vita* mostra, ela também, que no século XVI a língua do direito era natural nos meios de poder, não como o idioma técnico, especializado e frequentemente obscuro para o profano que ela se tornou desde então, mas como língua de uma *experiência*. É a este título que ela pôde modelar em parte a língua de um artista cuja passagem à escritura foi antes de tudo determinada pela exigência de uma redefinição de sua relação com o poder.

Tradução: Ana Cláudia Fernandes Ferreira - UNIVÁS

Notas

1 Podemos, notadamente, remeter aos dossiês consagrados a este tema por duas revistas: “Droit & Littérature” em *Europe*, 80, 876, 2002 e “Droit et littérature”, Maurizio Cau e Giuliano Marchetto (eds.), em *Laboratoire italien*, 5 – 2004.

2 Ver, em particular, o livro de Gisèle Mathieu-Castellani, *La scène judiciaire de l’auto-biographie*, Paris, PUF, 1996.

3 Paolo Carta, “Humanisme juridique Du XXe siècle”, *Laboratoire italien*, 5 – 2004, p. 13-37.

4 Piero Calamandrei foi notadamente um dos maiores especialistas em direito processual no século XX. Seus textos sobre Cellini foram reunidos por Carlo Cordié em Piero Calamandrei, *Scritti e inediti celliniani*, Florença, La Nuova Itália, 1971.

5 Piero Calamandrei, “Un contratto di edizione di Benvenuto Cellini” (1930), *op. cit.*, p. 39-52 (39).

6 Benvenuto Cellini, *La Vita*, a cura di Ettore Camesasca, Milano, Rizzoli, 1985, I, 60, p. 232. Cito doravante esta edição, indicando diretamente os números do livro, do capítulo e da página.

7 *Ibid.*

8 *Ibid.*, p. 234. Aqui e doravante sou eu quem sublinha.

9 *Ibid.*, p. 235.

10 *Institutions* 2, 1, 25 e *Digeste* 41, 1, 7, 7.

11 II, 30, p. 475.

12 I, 103, p. 342.

13 Entre inúmeras ocorrências, reteremos notadamente “io non sono uomo che sopporti ingiurie”, I, 66, p. 247.

14 I, 74, p. 265.

15 *Summa theologiae*. Ia IIae, *De lege*, quaestio 90, artículos I.

16 I, 37, p. 174.

17 Marziano Guglielminetti, *Memoria e scrittura: l’autobiografia da Dante a Cellini*, Torino, Einaudi, 1977, p. 292-386.

18 Dante Alighieri, *Inf.*; XXVII, 101.

19 I, 74, p. 264.

20 *Ibid.*, p. 265.

21 Concernente à equivalência semântica entre *ragione* e *ius* na Itália do século XVI, ver, por exemplo, a tradução em língua vulgar dos *Institutes* de Justiniano, obtida por Francesco Sansovino e dedicada em outubro de 1551 a Cosme I, em que o termo *ius* é sistematicamente traduzido por *ragione* (a começar pelo título *Corpo di ragione civile*): *L'Institutioni imperiali Del sacratissimo prencipe Giustiniano Cesare Augusto tradotte in volgare da M. Francesco Sansovino*, in Venetia appresso Bartolomeo Cesano l'anno 1552.

22 I. 16-18.

23 I, 17, p. 115.

24 Umberto Dorini, “La vendetta privata ai tempi di Dante”, *Giornale dantesco*, 29, 1933, p. 105-124; Anna Maria Enriques Agnoletti, “La vendetta nella vita e nella legislazione Fiorentina”, *Archivio storico italiano*, 91, 1933, p. 85-146 e 181-223.

25 Stefano Andres, “Oltre lo statuto. La vendetta nella letteratura toscana del Due-Trecento”, *Laboratoire italien*, 5 – 2004, p. 57-83.

26 *Il Tesoro di Brunetto Latini volgarizzato da Bono Giamboni*, Venezia, Gondohive, 1839, VI, 32, citado por S. Andres, art. cit., p. 64.

27 Marziano Guglielminetti, *Memoria e scrittura*, cit.

28 Frase extraída de la *Giunta* anonyme aux *Ammaestramenti degli antichi* de Bartolomeo da San Concordio, citada por S. Andres, art. cit., p. 80.

29 Paolo Grossi, *L'ordine giuridico medievale*, Roma-Bari, Laterza, 1999; Diego Quagliioni, *A une déesse inconnue. La conception pré-moderne de la justice*, trad. Marie-Dominique Couzinet, Paris, Publications de la Sorbonne, 2003.

30 II, 34, p. 482.

31 II, 89, p. 597.

32 II, 66.

33 *Digeste*, cit., 1, 3, 31.

34 Ennio Cortese, *La norma giuridica. Spunti teorici nel diritto comune classico*, vol. 2, Milano, Giuffrè, 1964; Diego Quagliioni, *La sovranità*, Roma-Bari, Laterza, 2004.

35 I, 46, p. 202; II, 22, p. 460; II, 55, p.526.

36 Ernst H. Kantorowicz, “The Sovereignty of the Artist. A Note on Legal Maxims in Renaissance Theories of Art” em *De Artibus opuscula XL: Essays in Honor of Erwin Panofsky*, ed. Millard Meiss, New York, New York University Press, 1961, p. 267-279. Traduzido uma primeira vez por Jean-François Courtine e Sylvie Courtine-Denamy sob o título “La souveraineté de l'artiste. Note sur les maximes juridiques et les théories esthétiques de la Renaissance”, *Poésie*, 18, 1981, p. 3-21, o texto foi objeto de uma nova tradução por Laurent Mayali, sob o título “La souveraineté de l'artiste. Note sur quelques maximes juridiques et les théories de l'art à la Renaissance”, publicado na coleção Ernst H. Kantorowicz, *Mourir pour la patrie et autres textes*, Paris, PUF, 1984, p. 31-57. De meu conhecimento, a tese do historiador alemão, estranhamente, não foi testada nem desenvolvida posteriormente, embora seja regularmente citada.

37 E. H. Kantorowicz, *Mourir pour la patrie*, cit., p. 33-35.

38 *Ibid.*, p. 43.

39 II, 77, p. 571-572.

40 I, 40, p. 181; I, 55, p. 219 (Clemente VII emite o desejo de oferecer a Benvenuto as terras, tão longe que sua vista possa alcançar).

41 I, 43, p. 189; I, 51, p. 221.

42 Assim, esta “orazioncina”: ““i buoni e virtuosi padri, similmente i padroni tali, sopra i loro figliuoli e servitori non debbono così precipitamente lasciar loro cadere il braccio addosso [...]””, depois daquela “il Papa, arrossito alquanto, fece segno di vergogniarsi”, I, 71, p. 258.

43 “Giunto al Papa, guardatomi così con l’occhio del porco, con i soli sguardi me fece una spaventosa bravata ; di poi atteso a l’opera, cominciandosi a rasserenare il viso, mi lodò oltre modo, dicendomi che io avevo fatto un gran lavorare in sì poco tempo ; da poi guardatomi in viso, disse : « or che tu se’ guarito, B, attendi a vivere”, I, 51, 212.

44 Ennio Cortese, *La norma giuridica*, cit, p. 227; Id., “Sovranità (storia)”, em *Enciclopedia del diritto*, XLIII, Milano, Giuffrè, 1990, p. 205-224 (216-220).

45 I, 88, p. 301; I, 89, p. 305.

46 I, 61, p. 234.

47 Diego Quaglioni, *Politica e diritto nel Trecento italiano. Il “De tyranno” di Bartolo da Sassoferrato (1314-1357). Con l’edizione critica dei trattati “De Guelphis et Gebellinis”, “De regimine civitatis” e “De tyranno”*, Firenze, Olschki, 1983, p. 9.

48 I, 103, p. 341, et I, 117, p. 377, em que ele se escandaliza por alguns dos mais autos prelados lhes ter “graffiato il viso”.

49 I, 62, p. 235.

50 *Ibid.*, p. 236.

51 Romain Descendre, “Géopolitique et théologie. Suprématie pontificale et équilibre des puissances chez Botero” *Il Pensiero politico*, 2000, 1, p. 3-37 ; Id., *L’Etat du monde. Giovanni Botero entre raison d’Etat et géopolitique*, Droz, Genebra, 2009, p. 309-314.

52 I, 62, p. 237.

53 I, 81, p. 281.

54 I, 89, p. 305.

55 Rudolf Von Albertini, *Firenze dalla repubblica al principato. Storia e coscienza politica*, Einaudi, Torino, 1995 (1955), p. 208-209; Furio Diaz, *Il Granducato di Toscana. I Medici*, Torino, UTET, 1976, p. 66-67.

56 I, 89, p. 305-306.

57 II, 59, p. 532.

58 F. Diaz, *op. cit.*, p. 89.

59 *Digestorum seu Pandectarum libri quinquaginta ex Florentinis Pandectis repraesentati*, Florentiae, In officina Laurentii Torrentini Ducalis typographi, 1553. Ver Giovanni Gualandi, “Per la storia della *editio princeps* delle pandette fiorentine di Lelio Torelli”, em *Le Pandette di Giustiniano. Storia e fortuna di un codice illustre. Due giornate di studio (Firenze, 23-24 giugno 1983)*, Firenze, Olschki, 1986, p. 143-198.

60 Eliana Carrara, “La nascita dell’Accademia del Disegno di Firenze: il ruolo di Borghini, Torelli e Vasari” em *Les Académies dans l’Europe humaniste: idéaux et pratiques*, Actes du colloque international de Paris (10-13 juin 2003), sous la direction de Marc Deramaix, Perrine Galand-Hallyn, Ginette Vagenheim, Jean Vignes (éd.), Genève, Droz, 2008, p. 129-162.

61 A carta de Torelli data de 21 de outubro de 1556. Ver P. Calamandrei, *op. cit.*, p. 187 et 328.

62 Diego Quaglioni, “Machiavelli e la lingua della giurisprudenza”, *Il Pensiero politico*, 1999, XXXII, p. 171-185, retomado em *Langues et écritures de la république et de la guerre. Études sur Machiavel*, por Alessandro Fontana, Jean-Louis Fournel, Xavier Tabet, Jean-Claude Zancarini (éd.), Genova, Name, 2004, p. 177-192 (183).

Palavras-chave : *política na Itália, língua do Direito, soberania do artista.*

Key-words : *politics in Italy, language of Law, sovereignty of the artist.*

PADRONIZAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE¹

Gabriel Antunes de Araujo
USP/CNPq
Ana Livia dos Santos Agostinho²
FAPESP

RESUMO: *Este artigo discute as relações entre a proposta ortográfica unificada do Alfabeto Unificado para a Escrita das Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe (ALUSTP) e as fonologias das línguas crioulas de base portuguesa de São Tomé e Príncipe: o Santomé, o Angolar e o Principense. Os autores analisam positivamente as políticas propostas, apesar dos problemas inerentes ao processo de padronização de línguas em espaços multilíngües, e ilustram seu ponto de vista pela descrição do processo bem-sucedido de padronização do Papiamentu, crioulo de base ibérica falado no Caribe.*

ABSTRACT: *This article discusses the relationship between the proposed unified orthography of the “Alfabeto Unificado para a Escrita das Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe (ALUSTP)” (Unified Alphabet for the Writing of Native Languages of St. Thomas and Prince) and the phonologies of Portuguese-based creole languages of Saint Thomas and Prince: the “Santomé”, the “Angolar” and the “Principense”. The authors take positively the policies put forward, despite the problems inherent in the process of standardization of languages in multilingual areas, and illustrate their view by describing the successful process of standardization of Papiamentu, the Iberian –based Creole spoken in the Caribbean.*

1 Introdução

O objetivo deste texto é discutir o anteprojeto da proposta de alfabeto unificado para as línguas crioulas de base portuguesa da República de São Tomé e Príncipe (ALUSTP) (Pontífice *et al.* 2010) e, a partir das estruturas fonológicas das línguas crioulas, o Santomé, o

Principense e o Angolar, correlacionar as escolhas ortográficas da proposta com as características dessas línguas. Em segundo lugar, ao mostrar o caminho percorrido no processo de padronização e popularização da escrita do Papiamentu (sobretudo a versão usada em Curaçao), apontarei a viabilidade do mesmo percurso para as línguas de STP. Para tanto, em primeiro lugar, farei uma breve exposição sobre a situação linguística em São Tomé e Príncipe (STP), em seguida, abordarei as dificuldades no estabelecimento de um padrão ortográfico, as propostas idiossincráticas de vários autores do fim do século XIX ao fim do século XX e as propostas ortográficas ‘científicas’ dos últimos quarenta anos. Na seção seguinte, discutirei ponto a ponto o anteprojeto ALUSTP, no que diz respeito à relação entre a proposta e alguns pontos da fonologia das línguas Santomé, Principense e Angolar. Em seguida, apresentarei o percurso do Papiamentu em direção à padronização e proporei alguns caminhos semelhantes para as línguas de STP.

2 Situação linguística de STP

A República de São Tomé e Príncipe é um país multilíngue. Atualmente, são faladas quatro línguas crioulas (uma dessas línguas, o Kaboverdiano, é nativa da Alta Guiné) e o Português. Embora as relações genéticas dessas línguas sejam aceitas na literatura, há divergências sobre a gênese de todas as línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné (cf. Ferraz 1979, Araujo 2010, Rougé & Schang 2010). Em número total de falantes, as línguas mais faladas são o Santomé (também conhecida como *Forro*, *Fôlo* ou São-tomense), o Kaboverdiano (ou Crioulo de Cabo-Verde), o Angolar (ou Ngola) e o Principense (ou Lung’iê)³. Precisar o número de falantes é uma tarefa complexa, pois os dados sobre o número de habitantes do país são conflitantes e as estimativas variam muito (cf. INE 2001). O CIA The World Factbook⁴ estimava, para julho de 2009, a população Santomé em 212.679 pessoas, das quais cerca de 99,6 mil teriam entre 0 e 14 anos, 105,6 mil teriam entre 15 e 64 anos e as demais, mais de 65 anos. Além disso, cerca de 61% da população ocupa as aglomerações urbanas, enquanto 39% habitam o meio rural. Já os dados oficiais, como a do Instituto Nacional de Estatística (INE) do governo são-tomense que estimava o total de 151.912 habitantes em 2006⁵ (cf. Cardoso 2007: 281) estão desatualizados. Embora as estatísticas sejam divergentes, pode-se calcular pela média das estimativas, que a população de São Tomé e Príncipe esteja na casa de 180 mil pessoas em 2010. Da mesma forma, os dados publicados sobre a situação sociolinguística datam de 2003 e precisam ser renovados. Na ocasião, o INE apontava⁶ que, basicamente, três línguas, o *Santomé*, o *Angolar* e o *Prin-*

cipense eram faladas, além do Português (o INE excluiu o cabo-verdiano do censo). Para o censo do INE, uma pessoa:

‘é considerada como [falante] de uma língua (estrangeira ou local) quando ela pode utilizá-la para comunicar oralmente e manter uma conversa com alguém. Quatro línguas foram explicitamente identificadas neste sentido (Português, Fôro, Lungwié, Francês). A população visada era aquela com 5 anos ou mais.’²⁷

O censo não oferece dados sobre o bilinguismo ou o multilinguismo, porém afirma que cerca de 98,9% da população são-tomense fala o Português (sem defini-lo como primeira língua, L1, ou como segunda língua, L2). Um total de 72,4% falaria o Santomé e 2,4%, o Principense. O grupo formado por ‘outras línguas’, incluídos o Angolar e o Kaboverdiano, perfaz o total de 12,8%. O Kaboverdiano é falado por milhares de pessoas, residentes, sobretudo, nas roças ou em propriedade rurais isoladas. Já o Angolar, falado basicamente no Distrito de Caué, pode ser falado por cerca de 5 mil pessoas. É certo, todavia, apontar que a língua Principense, como língua materna, possui uso muito restrito e está limitada à população da Ilha do Príncipe. Maurer (2009: 3, nota 2) afirma que embora o censo de 2001 tenha apontado 16,3% da população ou aproximadamente mil pessoas da Ilha do Príncipe como falantes do Principense, trata-se de um dado superestimado, a não ser que se considere o conhecimento passivo da língua como critério. Isso entraria em contradição com a própria definição de falante dada pelo censo, pois é mencionada explicitamente a capacidade de ‘manter uma conversa com alguém’ como característica do falante. Agostinho (em preparação) aponta, corroborando Maurer, que há menos de cinquenta falantes da língua Principense. Sendo assim, a segunda língua mais falada em STP (depois do Português) é o Santomé: o censo de 2001 mostrava que cerca de 72% da população é falante desta língua. Os níveis de domínio da língua variam, mas há claramente duas tendências em curso, observadas em trabalho de campo: o Santomé tem se tornado a língua crioula mais falada (mesmo pelos outros grupos minoritários) em STP e, cada vez menos, as pessoas o aprendem como língua materna, papel desempenhado pelo Português. Igualmente, o Santomé é a língua crioula que possui o maior número de falantes e que goza de maior prestígio na sociedade.

Atualmente, o Português é a língua oficial da República de São Tomé e Príncipe, empregada em todas as comunicações de Estado, na educação e na mídia. A norma portuguesa europeia é ensinada nas escolas e dominá-la é o objetivo do sistema escolar. No entanto, há variação

no país. Esta variação floresce no contexto de uma língua empregada pela população tanto como língua materna quanto segunda língua. O contexto multilíngue de STP, associado à forte migração campo/cidade, sobretudo nos últimos trinta anos, bem como ao sistema escolar não universalizado, favorece uma transmissão irregular do Português (para os falantes de Português L2) ou um afastamento da pressão da norma lusitana (para os falantes de Português L1). Duas consequências deste contexto podem ser observadas nas variantes regionais conhecidas como *Português dos tongas* (Rougé 1992, Lopes e Baxter 2010, *inter alia*) e no *Português vernacular são-tomense* (cf. Figueiredo 2009, MARTINIUK, Nathaschka 2010), isto é, exemplos de variantes reestruturadas do Português europeu. As variantes reestruturadas convivem com variantes próximas da ‘norma’ europeia, empregada pela pequena elite com acesso à língua culta portuguesa. Portanto, o uso generalizado do Português na mídia, como língua oficial, e na escolarização não pode ser descartado do contexto sociolinguístico de STP.

Neste ambiente multilíngue, contudo, não havia, até o momento, tentativas oficiais de normalização ortográfica das línguas nacionais. Portanto, as línguas nacionais ficaram limitadas ao mundo da oralidade, salvo raras exceções, comentadas na próxima seção.

3 Ortografia

Segundo Hosken (2003), descrever uma língua ortograficamente é importante por viabilizar a criação de documentos e o desenvolvimento de outras atividades ligadas à ortografia, tais como a literatura e o registro do Estado e de particulares (cf. para uma contextualização ampla dos processos de gramatização e padronização de línguas, ver Aurox 1992). Contudo, criar uma ortografia é um processo complexo, pois envolve aspectos técnicos, financeiros, políticos e culturais. Para se criar uma ortografia, é necessário uma boa descrição da língua, muito embora, haja casos em que a descrição parcial da língua é considerada melhor do que sua descrição total, devido às dificuldades que surgem no meio do processo. Basicamente, uma ortografia é considerada, entre outros fatores, como “*one of the ways that people write text in a particular language*” (Hosken 2003: 1). Além de gerar informações suficientes para se implementar um sistema de escrita, alguns aspectos devem ser levados em conta na criação da ortografia de uma língua (Hosken 2003):

- (1) Quantos falantes a língua tem? Os falantes funcionais da língua podem ser considerados potenciais usuários da ortografia?;

- (2) Qual a porcentagem de falantes alfabetizados (em outras línguas)? As comunidades linguísticas podem ter divisão social ou geográfica e seus falantes podem ser alfabetizados em diferentes ortografias, o que pode gerar vários tipos de uso ortográficos, sem levar em conta o nível de alfabetização na mesma;
- (3) A ortografia é atualmente usada, de que maneira e em qual medida? Saber se a ortografia é restrita apenas a alguns membros da comunidade linguística ou não, se há uma ortografia arcaica e outra mais moderna;
- (4) Qual porcentagem de falantes pode ser esperada para se tornar alfabetizada na ortografia? Os falantes da língua podem se tornar alfabetizados na ortografia baseados em diferentes divisões nacionais; e
- (5) Qual a atitude de cada comunidade em relação à ortografia? É importante no caso do grupo linguístico ter múltiplas comunidades para se saber a atitude de cada uma delas frente ao novo sistema.

Assim, é importante levar em consideração o contexto sociolinguístico no momento de elaboração de uma ortografia, pois através dele é que se terá o conhecimento necessário para se chegar à maneira ideal de criação desse sistema e também do potencial dos usuários dentro das comunidades linguísticas (Hosken 2003). Deve considerar, todavia, que a escrita não pode ser considerada uma representação da fala e não apresenta a capacidade de reproduzir vários fenômenos orais como a prosódia, os movimentos do corpo e dos olhos. A escrita, por sua vez, tem seus elementos próprios: o tamanho, o formato, a cor e o tipo da letra. Sendo assim, ambas as modalidades podem ser vistas não apenas como práticas, mas também como usos da linguagem. A escrita pode ser conservadora e, por ser registrada através de uma mídia temporal, pode atingir seu destinatário independentemente de sua época. Dessa maneira, o escritor é capaz de ordenar e expressar seus pensamentos com precisão e perenidade, ao mesmo tempo em que pode reduzir as situações de ambiguidade, em situações ideais.

De forma incontestável, na sociedade atual, a modalidade escrita é um bem social imperativo, que deve ser utilizada em todos os tipos de meio (rural ou urbano) e que se tornou essencial para o fortalecimento de línguas minoritárias, pois, muitas vezes, a manutenção de uma língua minoritária está associada ao seu prestígio frente às línguas majoritárias e a ortografia é um dos instrumentos que promove o prestígio das línguas.

A quem deve ser atribuída a tarefa de se propor uma ortografia? Ao longo da história, esta tarefa tem sido conduzida por indivíduos (sem conhecimento técnico), por linguistas (com conhecimento técnico) e/ou missionários ou sob encomenda de governos. No primeiro caso, um indivíduo ou indivíduos isoladamente, por iniciativa própria, cria(m) um sistema ortográfico, normalmente baseado(s) em um sistema de uma língua majoritária disponível pelo método da cópia do plano detalhado (cf. Diamond 1997). Em geral, são criados poucos novos símbolos ou até mesmo nenhum. As especificidades fonético-fonológicas da língua podem ou não ser levadas em consideração. No segundo caso, linguistas (ou outros profissionais) ou missionários criam um sistema que pode ou não ser baseado em um sistema majoritário previamente existente. Comumente, estes profissionais levam em consideração as características da língua, pois receberam algum tipo de treinamento prévio. No terceiro caso, o Governo ou alguma outra instituição encomenda estudos a um grupo de especialistas ou adota um sistema proposto por um especialista ou por grupos de especialistas. Em todos os casos, o sistema ainda precisa ser, *de facto*, utilizado pela população-alvo.

Nos primórdios da ortografia da língua portuguesa, por exemplo, a iniciativa de vários indivíduos criou sistemas que, embora com múltiplas diferenças, compartilhavam muitas características (cf. Cagliari 1994). No entanto, a publicação de gramáticas no século XVI, sobretudo a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540), e do épico 'Os Lusíadas' (em 1572) lançou as bases para um modelo ortográfico. Ainda assim, várias reformas (cf. Aguiar 2007) ortográficas não foram capazes de limar as pequenas diferenças entre as variantes do Português, como pode ser observado nas diferenças entre a norma lusitana e a brasileira. Portanto, a construção social da ortografia é aberta a reformas, posto que a ortografia é um instrumento de representação da língua e não a própria língua. Além disso, a língua muda ao longo do tempo e a ortografia pode acompanhar esta mudança.

Basicamente, portanto, as ortografias se dividem em dois grupos: as ortografias científicas e as não-científicas. As ortografias científicas são aquelas nas quais se busca a relação de univocidade entre a representação do som (fonema) e o grafema, ou seja, para cada som, uma letra. Portanto, sons distintos (exceto alofones) devem possuir símbolos diferentes. Normalmente, ortografias científicas são propostas por linguistas ou outros especialistas. Já as ortografias não-científicas têm as mais variadas origens, porém, em geral, não conseguem manter a relação de univocidade e usam vários símbolos para um mesmo som ou o mesmo som é representado por vários símbolos. Contudo, muitas ortografias científicas são obrigadas a fazer uma ou outra concessão. No

que diz respeito às línguas de São Tomé e Príncipe, há dificuldades em se representar as consoantes nasais, a oposição entre as vogais médias altas e baixas, o sistema tonal e o sistema acentual, até mesmo para as ortografias científicas.

4 Ortografias prévias das línguas crioulas de STP

Este trabalho trata da proposta de um alfabeto unificado para as três línguas crioulas do Golfo da Guiné: o Santomé, o Principense e o Angolar. Sobre esta última, não há evidências de ortografias prévias. Há, no que diz respeito ao Santomé, quase uma dezena de ortografias autorais prévias e, para o Principense, três. Contudo, em primeiro lugar, serão abordadas as propostas ortográficas prévias para o Santomé, seguidas pelas do Principense.

4.1 Santomé (Fôlo, Forro ou São-tomense)

Negreiros (1895) é o primeiro trabalho a empregar uma ortografia para o Santomé. Para representar os sons do Santomé, sua ‘gramática’ emprega um sistema ortográfico de inspiração lusitana, com pequenas modificações. Assim como as ortografias que surgiriam posteriormente, Negreiros enfrenta dificuldades na representação das vogais médias ([ɛ, e, ɔ, o]), da nasalidade, das consoantes palatais e ‘sibilantes’, e no acento prosódico. Assim, a vogal média-baixa posterior [e] é ora representada com o grafema <ê>, ora com o <e>, ao passo que a vogal média-alta posterior [ɛ] é representada com o grafema <é>⁸. A consoante fricativa alveolar surda [s] é representada, como no sistema Português, como <c> diante de <e> e <i>, <ç>, <s> e <ss>. Já a consoante africada alveolar surda pode ser representada como <ch>, <gi> e <s>. A consoante álveo-palatal surda [tʃ] é representada por uma combinação de grafemas inexistente no Português <ch>. O acento prosódico pode ser marcado com os diacríticos grave e agudo, ou até mesmo não ser marcado. O sistema ortográfico de Negreiros foi usado para documentar a língua Santomé no final do século XIX. Não há evidências que a gramática tenha sido utilizada com fins educacionais, nem a sua ortografia empregada por outros autores.

A ortografia de Negreiros pode ser observada nos exemplos a seguir:

(6) Exemplos ortográficos de Negreiros (1895):

sálu	‘sal’	[¹ sa.lu]
vêsp̃la	‘vespa’	[¹ ves.pla]
fê mangaçón	‘xingar’	[fɛ.mã.ga. ¹ sõ]
quentchi	‘quente’	[¹ kẽ.tʃi]
méssé	‘querer’	[mɛ. ¹ sɛ]

méssê	‘professor’	[ˈmɛ.se]
fleminga	‘formiga’	[fle.ˈmĩ.ga]
figiga	‘fisga’	[ˈfiʃ.ga]
chilola	‘ceroulas’	[ʃi.ˈlo.la]

Depois de um hiato de quase cem anos, Ferraz propõe uma nova ortografia para o Santomé. Ferraz (1979) afirma que, já nesta data, havia várias notações em materiais já publicados sobre o Santomé⁹, sendo que estes são largamente baseados na ortografia do Português, além do emprego de diacríticos e grafemas ‘mais do que o necessário’ (Cf. Ferraz 1979: 55). O autor propõe uma notação quase-científica, com pequenas concessões. A representação das vogais orais, por exemplo, mantém os grafemas <e> e <o> para as vogais médias [ɛ, e] e [ɔ, o], respectivamente. Ferraz assume que os pares /o/ e /ɔ/ e /e/ e /ɛ/ são minimamente contrastivos e, portanto, não há necessidade de diferenciá-los ortograficamente, seja através de diacríticos ou outros símbolos gráficos. As vogais nasais, por sua vez, são grafadas em final de palavra como vogal + <m> diante de <p> e , ou seja, diante de consoantes bilabiais, e como vogal + <n>, alhures. Ferraz faz uma ressalva quanto à escrita da palavra <ûa> ‘um, uma’. Neste caso, a vogal nasalizada, marcada com o diacrítico til, é uma ocorrência única e a nasalidade da vogal não pode ser representada com nenhuma consoante nasal.

No que diz respeito à representação das consoantes, Ferraz utiliza os mesmos grafemas empregados no Português, com pequenas modificações: o grafema <c> representa o fonema /tʃ/. Sua contraparte sonora, a consoante africada álveo-palatal sonora /dʒ/ é representada pelo grafema <dj>. Desta forma, a consoante fricativa alveolar sonora [ʃ] é representada por <j>. A consoante fricativa alveolar surda, por sua vez, é representada como <s> quando precedendo consoante na mesma sílaba e como <x> alhures. O grafema <nh>, usado em Português para representar o fonema //, é mantido para representar o fonema nasal palatal //. O fonema /k/, diferentemente das ortografias de inspiração lusitana, é grafado como <k>. Para os glides /w/ e /j/, Ferraz propõe o uso dos grafemas <w> e <y>. Segundo Ferraz (1979: 36), o fonema /ʎ/ não ocorre em Santomé, sendo incorporado como /y/ ou // nos exemplos de origem portuguesa. Porém, em seguida, Ferraz afirma que o fonema é raro e deve ser representado como <lh>.

Um apóstrofo, segundo Ferraz (1979), deve ser usado para indicar a elisão de uma vogal em junção de palavra, muito embora possa ser dispensado em alguns contextos. Todavia, Ferraz não especifica estes contextos. Por fim, em seu trabalho, há poucos exemplos de implementação de sua própria proposta ortográfica, uma vez que os exemplos de sua gramática estão representados de forma fonêmica.

Já o trabalho de Espírito Santo (1998, 2001) não se apresenta formalmente como uma proposta ortográfica, mas contém centenas de exemplos na língua Santomé. A ortografia adotada por Espírito Santo é baseada na ortografia do Português. E, por este motivo, esta ortografia se assemelha a várias outras empregadas idiossincraticamente por muitos autores são-tomenses.

Espírito Santo aplica um sistema no qual a diferenciação das vogais orais médias altas e baixas é feita através do uso de diacríticos: /e/ → <ê>, /ɛ/ → <é>, /ɔ/ → <ó> e /o/ → <ô>. Contudo, esta opção nem sempre é obedecida, ou seja, as vogais médias podem também aparecer sem nenhum diacrítico. A marcação de tonicidade, quando na sílaba tônica aparecem as vogais orais /i/, /a/ e /u/ é também feita através do uso de diacrítico grave (´), como ocorre em **clincatá** [klíkə'ta] ‘criança raquítica’, por exemplo. Portanto, o diacrítico é empregado para diferenciar as vogais médias e para marcar o acento prosódico. Com relação às consoantes, o sistema preserva inconsistências como no sistema português. A consoante oclusiva velar surda /k/, por exemplo, pode ser representada como <c>, <qu> e <k>, assim como no Português:

(7) Uso dos grafemas <c>, <qu> e <k> para o fonema /k/

/k/		
<c>		
<i>Forma fonética</i>	<i>Forma ortográfica</i>	<i>Glosa</i>
[make'ke]	<maquêquê>	‘jurubeba brava’
[ũa'kwatu]	<ũa quatu>	‘um quarto’
[ka'ki]	<caqui>	‘caqui’
[ˈfina lekele'ke]	<fina lequé lequé>	‘boníssimo’
[li'keza]	<liqueza>	‘riqueza’
[ˈkwātu]	<quantu>	‘quanto’
[ke'bladu]	<quebladu>	‘quebrado’
<k>		
<i>Forma fonética</i>	<i>Forma ortográfica</i>	<i>Glosa</i>
[ˈkɛ]	<ké>	‘casa’
<qu>		
<i>Forma fonética</i>	<i>Forma ortográfica</i>	<i>Glosa</i>
[ˈblāku]	<blancu>	‘branco’
[ˈkalu]	<cálu>	‘calulú’
[toka'do]	<tocado>	‘músico’
[ka'ki]	<caqui>	‘cáqui’
[kuku'nu]	<cucunú>	‘abaixar-se’
[ˈkuma]	<cuma>	‘comadre’
[kle'kle]	<clecle>	‘extremidade da palmeira’

A consoante fricativa alveolar surda, /s/, por sua vez, pode ser representada por quatro grafemas, <s>, <ss>, <ç> e <c>, como em (8). A consoante fricativa pós-alveolar surda, /ʃ/, é representada, na proposta de Espírito Santo, pelos grafemas <x>, como em **vivenxa** [vi'vêʃa] 'amante', <ch>, em **tudachi** [tu'daʃi] 'todo' e <s>, como em **stlijón** [ʃtli'zõ] 'curandeiro'. Portanto, algumas vezes, sons diferentes são representados pelo mesmo símbolo.

A fidelidade ao sistema português pode ser observada na aplicação da ortografia de forma generalizada. A consoante oclusiva velar sonora, /g/, por exemplo, é representada como <g> antes de /a/, /o/ e /u/, enquanto diante de /e/ e /i/ este fonema é representado por <gu>. A consoante fricativa pós-alveolar sonora, /ʒ/, pode ser representada tanto como <g> como <j>, porém o autor não explicita qualquer regra para clarificar a utilização de um grafema ou outro e, na própria obra, ora emprega um, ora emprega outro, como em [lizi'mêtu] grafado **ligimentu** e **lijimentu** 'regime alimentar'. A consoante africada álveo-palatal sonora, /dʒ/, é representado por <dj>, como em **djambi** [dʒã'bi] 'rito sincrético taumatúrgico', enquanto a consoante africada álveo-palatal surda /tʃ/ é grafada <tx>, como em **txoco** [tʃoko] 'pouco'. Por fim, na lista dos fonemas inexistentes no Português, Espírito Santo, emprega a combinação de grafemas <ng> para representar a consoante nasal velar sonora, /ŋ/, porém, ao mesmo tempo, como <ngue> [ŋge] 'pessoa'.

(8) Uso dos grafemas <s>, <ss>, <ç> e <c>

/s/		
<s>		
<i>Forma fonética</i>	<i>Forma ortográfica</i>	<i>Glosa</i>
[sãto'pe]	<santopé>	'centopeia'
[sape'li]	<sapelin>	'guarda-chuva'
[sa'ta]	<sata>	'saltar'
[sêple]	<séplé>	'sempre'
[sêbe]	<sebe>	'saber'
[sobe]	<sobe>	'chover'
<ss>		
<i>Forma fonética</i>	<i>Forma ortográfica</i>	<i>Glosa</i>
[musu'a]	<mussuá>	'armadilha para camarões'
[ba'sola]	<bassola>	'vassoura'
[bisu]	<bissu>	'animal'
[vesu]	<véssu>	'provérbio'
[usua]	<ussua>	'vinho de palma'
[deva'sô]	<devassón>	'amuleto'

<ç>		
<i>Forma fonética</i>	<i>Forma ortográfica</i>	<i>Glosa</i>
[po'sõ]	<poçón>	‘cidade’
[ˈtasu]	<taçu>	‘tacho’
[ˈkoso]	<coço>	‘coxa’
[ˈlɔsa]	<loça>	‘roça’
[ˈmosu]	<moçu>	‘rapaz’
[oko'so]	<ocoço>	‘albino’
<c>		
<i>Forma fonética</i>	<i>Forma ortográfica</i>	<i>Glosa</i>
[nãse]	<nance>	‘nacer’
[sɛdu]	<cédu>	‘cedo’
[fitʃi'selu]	<fitxicelu>	‘feiticeiro’
[fle'se]	<flece>	‘oferecer’

A escolha de uma ortografia lusitanizada tem a vantagem de ser conhecida da maioria do público-alvo, via escolarização em Português. Além disso, não é necessário memorizar um novo sistema. Por outro lado, há fonemas específicos do Santomé não existentes em Português. Por isso, soluções *ad hoc* são sempre necessárias. Ademais, qualquer sistema baseado na ortografia portuguesa deve considerar as inconsistências e as soluções etimológicas incorporadas ao longo de mais de 500 anos. A ortografia portuguesa apresenta um alto grau de inconsistência. Assim, em contextos semelhantes, um grafema representa mais de um fonema e vice-versa. Isso gera grande dificuldade no aprendizado. A base de emprego da ortografia parece ser uma conexão etimológica com a ortografia portuguesa, muito embora esta conexão seja impossível nas palavras de origem não-portuguesa ou nas palavras cujo elo etimológico não são mais visíveis.

Fontes (2007) organiza um dicionário bilíngue Santomé-Português e, simultaneamente, propõe uma ortografia para o Santomé. Em grande parte, Fontes segue o modelo proposto por Ferraz. Segundo Fontes, o sistema fonológico do Santomé dispõe, com poucas diferenças, da quase totalidade dos fonemas do Português, a língua lexificadora, porém com alguns fonemas ou processos fonológicos diferentes. O autor, por exemplo, também citando Ferraz (1979: 25), oferece a seguinte definição para o processo fonológico de harmonia vocálica: “*Em são-tomense a harmonia vocálica consiste em uma tendência da mesma vogal ocorrer em duas sílabas consecutivas dentro de um morfema*”. Fontes (2007) postula que se o falante tomar ciência deste processo, ele poderá atribuir o mesmo grau de abertura às vogais de uma palavra,

basta que este grau de abertura de uma dessas vogais seja identificada com um diacrítico, preferencialmente a tônica, e o falante atribuirá este grau para as demais vogais. Assim, a palavra **dotôlo** ‘médico’, tendo recebido a marca na sílaba tônica (representada pelo acento circunflexo e também definido o grau de abertura da vogal) seria realizada foneticamente [do^htolo], de forma transparente para o falante treinado, ao invés de ser realizada com vogais discordantes, do ponto de vista da altura. Portanto, para Fontes, as vogais médias, e apenas essas, são grafadas com um acento circunflexo. Adicionalmente, nas palavras com mais de uma sílaba, apenas a tônica é marcada, uma vez que, o processo de harmonia vocálica é altamente produtivo na língua e indica a qualidade das vogais átonas a partir da vogal tônica. Com relação aos pares de vogais contrastivos /o/ e /ɔ/ e /e/ e /ɛ/, Fontes propõe o emprego de um sinal diacrítico, diferentemente de Ferraz. As vogais orais médias seriam, portanto, grafadas /e/ → <ê>, /ɛ/ → <e>, /o/ → <ô> e /ɔ/ → <o>. Já em relação às vogais nasais, o autor diz adotar uma proposta anterior (Alcântara e Hagemeyer 2001), na qual a nasalidade destas vogais, em fim de palavra, é representada com ‘n’ após a vogal. Por isso, Fontes não emprega diacríticos para marcar a nasalidade dessas vogais, incluindo as que pertençam às sílabas tônicas. Portanto, em relação à nasalidade nas vogais, é proposto que seja representada com ‘n’ ou ‘m’, de acordo com o ponto de articulação da consoante seguinte. Mas assim como Ferraz (1979), Fontes afirma que a única exceção à esta regra é a palavra **ũa** ‘uma, um’, por se tratar de um arcaísmo do Português que permaneceu no Santomé.

Os dois glides do Santomé são representados pelos grafemas <w> e <y>¹⁰. Com relação às consoantes, excluindo os grafemas comuns, são empregados os seguintes: /ʃ/ → <ch>, /tʃ/ → <tch>, /ʒ/ → <j>, /dʒ/ → <dj>, /ŋ/ → <ng>, /l/ → <nh>, /r/ → <r>. Sobre a consoante fricativa pós-alveolar surda, /ʃ/, Fontes discute o fato de este fonema poder ser representado na ortografia portuguesa de diversas formas diferentes: como <x>, na posição de onset, ‘xícará’ [ʃikare]; <ch>, também na posição de onset, como em ‘chave’ [ʃavi]; <s>, na posição de coda, em ‘mais’ [maɪʃ], e também como <c>, como em ‘cinco’ [ʃiku], como ocorre no dialeto de Lisboa. Reflete que este mesmo problema poderia ocorrer no Santomé, optando por representar este fonema como <ch>, assim como sugere Hagemeyer (2000:16). O argumento para esta escolha é evitar uma possível confusão com a representação utilizada pelo IPA (International Phonetic Alphabet) para a consoante fricativa velar surda, [x] do Anobonense, língua crioula de base portuguesa falada na Guiné Equatorial. Esta confusão seria improvável nas línguas de STP, mas possível na comparação destas com o Anobonense. Por outro lado, esta justifi-

cativa não se aplica ao mundo Santomé, no qual a utilização do alfabeto fonético pela população-alvo da ortografia praticamente é nula. Fontes também propõe que o fonema /ʃ/, quando ocorrer na posição de coda, seja representado por <s>. Segundo Fontes, a consoante vibrante alveolar /r/, antes realizada apenas em empréstimos do Português, vem sendo cada vez mais utilizada como variante livre em relação à consoante /l/. Assim, a opção por /r/ ou /l/ depende do grau de domínio do Santomé e/ou do Português por parte do falante, um fator correlacionado à idade, ao meio social e cultural predominante, e ao contexto de comunicação em que este falante está inserido.

Com relação às ligações entre palavras, Fontes (2007) segue novamente a sugestão dada por Alcântara e Hagemeyer (2001), em que o uso do apóstrofo é aconselhável nas contrações entre verbos e pronomes, entre as preposições *di* e *ni* e outras categorias sintáticas, quando efetivamente ocorrem, excetuando os pronomes pessoais, os demonstrativos e os advérbios de lugar, o que permite, segundo ele, evitar a confusão com os outros casos (Cf. Fontes 2007: 22). Por fim, o uso do hífen é proposto nos nomes compostos, assim como nos casos de reduplicação com origem no superstrato, cujas bases tenham autonomia morfológica e semântica. Os exemplos do substrato em que as bases possuem autonomia morfológica e semântica são raros, pois são constituídos, em sua maioria, por reduplicações, como os ideofones, em que as bases não funcionam autonomamente. Nesses casos, não é sugerido o uso do hífen, com exceção dos casos de hiato: **ũa-ũa** ‘cada qual’, e a variante **din-in-in** do ideofone **din** ‘completíssimo’.

4.2 *Principense (Lung’ie)*

Há poucos documentos sobre a língua principense e o uso de ortografias idiossincráticas é limitado, não havendo documentos produzidos pela população local. Nesta seção, serão comentadas as ortografias das gramáticas de Ribeiro (1888), Günther (1973) e a de Maurer (2009)¹¹.

A gramática de Ribeiro é o primeiro documento sobre a língua Principense. Ribeiro afirma que ‘se deve considerar o dialecto da ilha do Príncipe como uma corrupção da lingua portugueza’ (cf. Maurer 2009: 262). Desta forma, a escolha para um determinado grafema é fortemente influenciada pelo uso dos grafemas na ortografia da língua portuguesa que emprega múltiplos grafemas para o mesmo som e vice-versa. Se, por um lado, há uma clara conexão etimológica com a ortografia das palavras portuguesas, como é o caso de **cé** [‘se] ‘céu’, por outro, Ribeiro, consciente das diferenças na pronúncia, provocadas pela assimetria dos quadros fonológicos do Principense e do Português, precisa criar um sistema ortográfico próprio, com o uso de combinações de grafe-

mas do Português como as consoantes álveo-palatais /tʃ/ <tx> (segundo Ribeiro ‘t forte tch’), como em <txá> [tʃa] ‘tia’, e <dg> para /dʒ/, como em **médge** ?[médʒe] ‘mês’. Embora, a palavra ‘tio’ seja também grafada <ti>, sem palatalização. Ainda para representar as consoantes, Ribeiro emprega ora <gh> para [g], como em **ghêza** ‘igreja’, ora <g> como em **migo** ‘amigo’. No que diz respeito à representação da nasalidade, Ribeiro utiliza, consistentemente, uma vogal marcada com o diacrítico til na palavra **ûa**. Nos demais casos, ele emprega uma consoante nasal na coda silábica ou até mesmo uma vogal com til. Sua marcação da nasalidade é inconsistente, pois uma mesma palavra, como ‘pão’ aparece grafada como <upã>, <upam> e <upan>. Outra palavra, a forma do pronome pessoal primeira pessoal é grafada como <û> ou como <un>. Portanto, a inconstância na aplicação dos grafemas é uma característica notável na ortografia de Ribeiro.

A ortografia de Günther (1973) emprega, basicamente, o alfabeto IPA modificado. Günther marca os tons com diacríticos, sendo o tom baixo *default*, não marcado. O tom alto é marcado com o diacrítico agudo (´) e o tom decrescente é marcado com o diacrítico circunflexo (^). O autor usa os símbolos recomendados pela Associação Fonética Internacional, exceto o símbolo da consoante álveo-palatal surda /tʃ/ e do glide /j/, para os quais Günther emprega os grafemas <c> e <y>, respectivamente. Portanto, a sua ortografia é científica e, devido ao fato de o seu trabalho ter sido escrito em alemão, pouco influenciou os principenses.

A ortografia empregada por Maurer (2009) é de base científica, porém com uma série de adendos, sobretudo para lidar com a questão da representação das vogais médias, de algumas consoantes, do tom e da nasalidade. A vogal média /ɛ/ é representada pelo grafema <e>, enquanto a vogal média /ɔ/ é representada por <o>. As vogais médias-altas /e/ e /o/ são representadas, respectivamente, por <ê> e <ô>. A consoante fricativa palatal surda /ʃ/ é representada por <x>. Por isso, o grafema <tx> representa a consoante álveo-palatal surda /tʃ/. De forma semelhante, a consoante fricativa palatal sonora /ʒ/ é representada por <j>. Ao passo que, para representar o glide /j/, Maurer emprega o grafema <y>. A consoante álveo-palatal sonora /dʒ/ não ocorre como fonema no Principense, porém as sequências [d + j] são representadas com os grafemas <dy>. As consoantes lábio-velares /kʰ/ e /gʱ/ são representadas com os grafemas <kp> e <gb>, respectivamente. Quanto à representação da nasalidade, Maurer emprega as consoantes <n> e <m>, seguindo a vogal nasalizada. O grafema <m>, em coda, é sensível à presença da consoante homorgânica bilabial. O grafema <n> é usado alhures. Os tons e o acento lexical não são representados na ortografia de Maurer.

4.3 Angolar (Ngola)

O Angolar é a única língua crioula de STP surgida em uma comunidade de escravos fugidos das roças ou quilombo (cf. Ferraz 1976, Seibert 2007) e, por isso, apresenta propriedades linguísticas que o distanciam do CST e do CP, sobretudo na realização das consoantes, nos processos fonológicos e em seu aporte lexical. Das línguas abordadas neste trabalho, o Angolar é aquela com o menos expressivo uso da escrita (não há, por exemplo, gramáticas publicadas na época da colonização portuguesa), porém, há duas gramáticas descritivas científicas: Maurer (1995) e Lorenzino (2000)¹², fazendo do Angolar uma das mais bem descritas línguas de STP. Contudo, apesar da disponibilidade deste material, a população angolar não possui um sistema ortográfico usado amplamente.

Na proposta ortográfica de Maurer (1995) para o Angolar, não há representação dos tons, as vogais médias /e/ e /o/ são representadas com grafemas com o diacrítico circunflexo, <ê> e <ô>, respectivamente, ao passo que /ɛ/ e /ɔ/ são representados por <e> e <o>. A consoante fricativa palatal surda /ʃ/ é representada por <x>, embora em começo de sílaba, em onsets complexos, Maurer também emprega o grafema <s>, como na variação entre **staka** e **xtaka**. Paralelamente, o grafema <tx> representa a consoante álveo-palatal surda /tʃ/. De forma semelhante, a consoante fricativa palatal sonora /ʒ/ é representada por <j> e o grafema <dj> é usado para representar a consoante álveo-palatal sonora /dʒ/. Para representar o glide /j/, Maurer emprega o grafema <y>. As consoantes /θ/ e /ð/ são representadas ortograficamente por <th> e <dh>, respectivamente. Há, no Angolar, uma ocorrência mais notável de consoantes pré-nasalizadas, representadas por Maurer, com o grafema <n> na posição inicial. Assim, tem-se <nd>, <ndj>, <nk> e <ng>. As consoantes pré-nasalizadas com segundo elemento bilabial são representada com 'm' inicial <mp> e <mb>, exceto <nf>, representada com 'n' inicial. Maurer (1995: 28) menciona a existência do fonema implosivo /ɓ/. No entanto, alhures (1995: 29), Maurer descreve este fonema como não-implosivo /b/.

5 O ALUSTP

O anteprojeto do *Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe* (ALUSTP), apresentado ao Governo de STP por uma Comissão formada por acadêmicos e intelectuais, é uma proposta para se representar alfabeticamente as línguas Santomé, Angolar e Principense. A Comissão, no preâmbulo do anteprojeto do Decreto, declara que embora as línguas sejam mutuamente ininteligíveis, *partilham um número substancial de propriedades lexicais e gramaticais, justificando, assim, uma ortografia unificada*. Portanto, os cognatos lexicais juntamente com

o compartilhamento de propriedades gramaticais justificam a adoção de um alfabeto unificado.

O alfabeto adotado é de base fonético-fonológica, em detrimento de um alfabeto lusitanizado, pois o léxico de origem portuguesa sofreu ‘profundas alterações fonológicas’, há grande porcentagem de cognatos compartilhados pelas três línguas e não há tradição escrita. O item 6 do Artigo 5º do anteprojeto do Decreto sugere que o princípio da univocidade entre um fonema e sua representação gráfica (um grafema) esteja refletido na proposta, contudo este princípio não é seguido integralmente na proposta.

O anteprojeto propõe um alfabeto com trinta e um grafemas: cinco vocálicos <a, e, i, o, u>; e vinte e seis consonantais: <b, d, dh, dj, e, f, g, gb, j, k, kp, l, lh, m, n, nh, p, r, s, t, th, tx, v, w, x, y, z>.

Todavia, todas as três línguas possuem sete fonemas vocálicos e, desta forma, utilizando-se somente cinco grafemas, não se pode representar estes sete fonemas sem recorrer ao uso de diacríticos. Neste caso, o ALUSTP representa as vogais médias-altas /e, o/ com o diacrítico circunflexo <ê, ô> e as vogais médias-baixas /ɛ, ɔ/ sem diacrítico <e, o>, respectivamente. As vogais longas do Angolar e do Principense são representadas por uma sequência de vogais idênticas, como em <teela> ‘estrela’ do Principense, ou <dooba> ‘dobra (moeda nacional)’. Embora alguns autores (Ferraz 1979, Maurer 1995, Maurer 2009, entre outros) apontem a existência de vogais nasais nas línguas de STP, o estudo de fonologia experimental de Araujo e Agostinho (2010) mostrou que não há vogais fonologicamente nasais nessas línguas, sendo a nasalidade bifonêmica. Não obstante, o anteprojeto do ALUSTP defende a existência de vogais nasais e as representa como bifonêmicas. Assim, as ‘vogais nasalizadas são representadas no final de sílaba inicial ou medial com os grafemas vocálicos seguidos por <n>, porém, antes das consoantes <p> e , usa-se o grafema vocálico, seguido por <m>’. Deste modo, tem-se, em Santomé <tambôlô> ‘tambor’, em Principense <kompwe> ‘compadre’ e <kampu> ‘campo’ em Angolar, porém, em Santomé <tamen> ‘grande’ e em Principense, <kôndê> ‘esconder’. Excepcionalmente, a representação do numeral e determinante <ũa> ‘um, uma’, em todas as línguas, e dos ideofones com repetição de vogal nasalizada, como no Santomé <pya sũũũ> ‘olhar fixamente’, deve ser feita com o diacrítico nasal. Neste caso, a razão provém do fato de serem formas lexicalizadas.

A representação ortográfica das vogais nas três línguas viola o princípio de univocidade da ortografia, uma vez que um fonema pode ser representado por mais de um grafema. Além disso, a nasalidade fonética é idêntica ou similar em todos os ambientes, porém o ALUSTP mantém um elo etimológico com a ortografia lusitana ao preservar a notação do

grafema <m> antes de <p> e , e <n> em outras posições. Trata-se de uma escolha polêmica, pois atrela o alfabeto ao comportamento da ortografia de uma outra língua, o Português, muito embora em vários outros aspectos a ortografia proposta se distancie da ortografia portuguesa. Além disso, este alfabeto defende a existência de vogais intrinsecamente nasais, ao passo que sua representação ortográfica 'bigrafêmica' opõe-se diretamente à existência de vogais nasais.

A variação linguística é natural em todas as línguas vivas do mundo, contudo, normatizar uma língua e propor um sistema ortográfico necessariamente envolvem a eleição de uma variante linguística como padrão. O ALUSTP propõe ortografias alternativas para casos de 'variação vocálica'. Isso pode trazer consequências indesejadas para o aprendizado. O anteprojeto cita três exemplos de variação ortográfica de cada língua: Santomé <stluvisu> ~ <stlivisu> 'trabalho'; <bomu> ~ <bamu> 'vamos', <nanta> ~ <nantan> 'jamais'; Angolar <bi> ~ <bu> 'vir', <fibika> ~ <fubuka> 'beber com atenção', <lumo> ~ <lumon> 'irmão'; Principense <tem> ~ <ton> 'até', <ôzên> ~ <uzên> 'joelho' e <kumi> ~ <kumin> 'lugar'. Não fica estabelecido, no entanto, se a variação ortográfica poderá ocorrer somente nas palavras listadas no anteprojeto ou em todas as palavras com variação linguística ou casos similares. Caso a segunda hipótese seja válida, haveria muita variação na ortografia e somente a publicação de instrumentos linguísticos (vocabulários ortográficos ou dicionários) favoreceria a fixação de um padrão.

No que diz respeito ao sistema consonantal, as três línguas compartilham quase todos os elementos, graças à origem influenciada pelo superstrato português e à presença ostensiva dos colonizadores portugueses nos anos iniciais do século XVI, período de formação destas línguas. O fato de o Angolar ser uma língua de quilombo (Ferraz 1979, Maurer 1995, cf. Arends 1995) e de ter sofrido uma influência menor do superstrato português é visível em seu quadro consonantal, diferenciado em relação ao Santomé e ao Principense. Portanto, as diferenças consonantais podem ser atribuídas às diversas influências das línguas do substrato e da dinâmica colonial de acesso à língua do superstrato.

A representação das consoantes no ALUSTP distancia as três línguas da ortografia portuguesa. Enquanto esta contém grafemas que representam vários fonemas e vice-versa, aquela pretende manter, ao máximo, o princípio de um fonema, um grafema, muito embora nem sempre consiga.

Cada uma das três línguas de STP possui vinte e uma consoantes na posição de início de sílaba (onset), sendo que as consoantes interdentais (ð, θ) ocorrem somente no Angolar (grafadas como <dh> e <th>, respectivamente) a oclusiva álveo-palatal sonora ($\underset{\sim}{d}z$) não ocorre no Prin-

cipense (grafada como <dj> no Santomé e no Angolar), a oclusiva velo-labial sonora (\widehat{gb}) ocorre no Santomé e no Principense (grafada como <gb>), a oclusiva velo-labial surda (\widehat{kp}) ocorre somente no Principense (grafada como <kp>) e a oclusiva palatal sonora (\wedge) não ocorre no Angolar (grafada como <lh> no Santomé e no Principense), como pode ser observado na tabela 1.

Na posição de coda, as ocorrências são limitadas nas três línguas: no Principense e no Angolar, somente o grafema nasal, representado por <m> ou <n>, ocupará esta posição; no Santomé, tem-se o grafema nasal, como em <mpón> e a fricativa palatal surda <x>, como em <mlax.ka> ‘máscara’.

Tabela 1: fonemas e grafemas na posição do onset silábico.

Fonema	Grafema	<i>Santomé</i>	<i>Principense</i>	<i>Angolar</i>
/b/ oclusiva bilabial sonora		<ô.bô> ‘floresta’	<ba.la> ‘bala’	<ku.bi> ‘cobrir’
/p/ oclusiva bilabial surda	<p>	<o.pe> ‘pé’	<pe.pe.lu> ‘papel’	<ka.pa.ta.zi> ‘capataz’
/m/ oclusiva nasal bilabial sonora	<m>	<mo.su> ‘rapaz’	<u.mun.du> ‘mundo’	<maa.ku> ‘macaco’
/d/ oclusiva alveolar sonora	<d>	<du.mu> ‘pisar’	<da.man> ‘amigo’	<dê.lu> ‘dinheiro’
/t/ oclusiva alveolar surda	<t>	<ta.son> ‘sentar’	<tu.ban> ‘tubarão’	<tam.ba> ‘pescar’
/n/ oclusiva nasal alveolar	<n>	<no.vu> ‘novo’	<u.nu> ‘nu’	<ne.ni> ‘anel’
/dʒ/ africada álveo-palatal sonora	<dʒ>	<djê.lu> ‘dinheiro’		<pan.dji> ‘padrinho’
/tʃ/ africada álveo-palatal surda	<tʃ>	<ki.txi.ba> ‘banana prata’	<i.din.txi> ‘dente’	<txi.ba> ‘banana’
/ð/ oclusiva interdental sonora	<dh>			<dhu.ga> ‘atirar’
/θ/ oclusiva interdental surda	<th>			<po.tho> ‘cidade’

/v/ fricativa lábio-dental sonora	<v>	<vô.lô> 'zangar'	<vo.zu> 'voz'	<u.vwa> 'nove'
/f/ fricativa lábio-dental surda	<f>	<fla> 'falar'	<sô.fê> 'sofrer'	<fia> 'folha'
/g/ oclusiva velar sonora	<g>	<be.ga> 'barriga'	<gô> 'chorar'	<di.gô> 'fumo'
/k/ oclusiva velar surda	<k>	<fa.ka> 'faca'	<ku.di> 'responder'	<ka.thô> 'cão'
/gb/ oclusiva velolabial sonora	<gb>	<gbê.gbê> 'espécie de caracol'	<i.gbê> 'corpo'	
/kp/ oclusiva velolabial surda	<kp>		<i.kpê> 'grão, semente'	
/l/ oclusiva lateral sonora	<l>	<lem.bla> 'lembrar'	<u.la.du> 'lado'	<lon.ga> 'gamela'
Fonema	Grafema	<i>Santomé</i>	<i>Principense</i>	<i>Angolar</i>
/ʎ/ oclusiva palatal sonora	<lh>	<a.lha> 'areia'	<mi.lho> 'melhor'	
/ɲ/ oclusiva nasal palatal	<nh>	<fa.nha> 'farinha'	<gi.nha> 'galinha'	<nga.nha> 'galinha'
/r/ tepe vibrante alveolar	<r>	<ka.ru> 'carro'	<ra.nha> 'rainha'	<ku.ru> 'cru'
/z/ fricativa alveolar sonora	<z>	<o.ze> 'hoje'	<foo.za> 'ferrugem'	<za.zi> 'trovão'
/s/ fricativa alveolar surda	<s>	<se.la> 'cheirar'	<po.san> 'cidade'	<sin.gô> 'pescoço'
/ʒ/ fricativa palatal sonora	<ʒ>	<ja> 'dia'	<ji.ne.la> 'janela'	<ji> 'fazer'
/ʃ/ fricativa palatal surda	<ʃ>	<na.xi> 'ainda não'	<xin.ku> 'cinco'	<xi.ri.ga> 'mentira'

Quanto à variação, o ALUSTP define como ‘grafias elegíveis’ todas as variantes, certamente no intuito de não se posicionar sobre matéria tão sensível. Este tema é complexo, pois, uma vez que toda língua possui variantes (no Português, por exemplo, há muita variação fonética, como podemos ver nos pares lei[tʃ]e e lei[t]e, porém, ambos são grafados como **leite**) o papel da ortografia, é muitas vezes, neutralizar essa variação, sob pena de tornar a aplicação da ortografia inviável ou complexa demais para o aprendiz (cf. Cagliari 1994). Ainda não há como medir a influência que o não estabelecimento de um padrão para as variantes terá nas ortografias de cada língua, porém, esta é uma questão que deverá ser abordada no futuro. No anteprojeto do ALUSTP, são mencionadas algumas variantes fonéticas consonantais.

No Santomé (9), há uma variação previsível entre a consoante africada álveo-palatal e a fricativa palatal sonora, em começo de palavra. O fato de a variação ser previsível, torna a opcionalidade ortográfica desnecessária. Os demais casos de variação, ambos em começo de palavra, ocorrem em situações de consoantes complexas. Há variação entre a fricativa alveolar surda e a palatal sonora, como primeiro elemento de onset complexo, embora dados (ver Araujo 2007) sugiram uma preferência pela fricativa palatal surda, seria necessária uma investigação sociolinguística sobre este ponto. As consoantes pré-nasalizadas, em começo de palavra, variam com suas contrapartes orais. Portanto, em Santomé, a variação está limitada ao início de palavra, uma posição na qual comumente consoantes complexas variam com elementos consonantais semelhantes.

(9) Santomé

- a. Consoante africada álveo-palatal sonora e fricativa palatal sonora
[dʒ] ~ [ʒ]
<dj> ~ <j>
<dja> ~ <ja> ‘dia’
- b. Consoante fricativa alveolar surda e fricativa palatal surda, como primeiro elemento de onset complexo
[s] ~ [ʃ]
<s> ~ <x>
<skola> ~ <xkola> ‘escola’
- c. Consoantes pré-nasalizadas em início de palavra
[ŋg] ~ [g], [m̃p] ~ [p], [ñd] ~ [d] etc.
<ng> ~ <g>, <mp> ~ <p>, <nd> ~ <d> etc.
<ngembu> ~ <gembu> ‘morcego’

No Principense, há uma variação entre consoantes complexas, pré-nasalizadas e consoantes velo-labiais, e os segundos elementos destas

consoantes. Diferentemente do Santomé, a variação não se limita ao início de palavra. Além disso, a variação nas consoantes pré-nasalizadas envolve a epêntese da vogal [i], ao invés da eliminação da parte nasal inicial do elemento complexo.

(10) Principense

a. Consoantes velo-labiais e labiais

[k̠p̠] ~ [p], [g̠b̠] ~ [b]
<kp> ~ <p>, <gb> ~
<ukpaku> ~ <upaku> ‘pele’
<igbê> ~ <ibê> ‘corpo’

b. Consoantes pré-nasalizadas, em início de palavra, variam com vogal [i] nasalizada.

[n̠d̠] ~ [ind]; [m̠b̠] ~ [b]
<nd> ~ <ind>; <mb> ~ <imb>
<ndala> ~ <indala> ‘folha de palmeira’;
<mbasa> ~ <imbasa> ‘costela’

O quadro de variação mais complexo é encontrado no Angolar. Nesta língua, ocorre variação tanto no início como no meio da palavra. A variação ocorre com as consoantes alveolares sonoras orais, velares (sonora e surda), interdentais (sonora e surda) e fricativas alveolares (sonora e surda). O Angolar também apresenta variação entre as consoantes pré-nasalizadas e as consoantes oclusivas (parte oral da pré-nasalizada) no começo de palavra. Contudo, o Angolar tem uma particularidade: nesta mesma posição, há exemplos de variação entre a pré-nasalizada e a fase nasal consonantal, ou seja, de forma imprevista, o elemento oclusivo oral é apagado.

(11) Angolar

a. Alveolares sonoras (orais)

[d] ~ [r] ~ [l]
<d> ~ <r> ~ <l>
<dêlu> ~ <rêlu> ~ <lêlu> ‘dinheiro’

b. Velares

[k] ~ [g]
<k> ~ <g>
<vutuka> ~ <vutuga>

c. Interdentais e fricativas alveolares

[ð] ~ [z], [θ] ~ [s]
<dh> ~ <z>, <th> ~ <s>
<dhuga> ~ <zuga> ‘atirar’
<thun> ~ <sun> ‘senhor’

d. Consoantes pré-nasalizadas em início de palavra

[m̃b] ~ [b], [m̃p] ~ [p] etc.

<mb> ~ , <mp> ~ <p>, <mb> ~ <m> etc.

<mpêzi> ~ <mêzi> 'lua, mês'

<mbambu> ~ <bambu> 'bambu'

Como representar estes tipos de variação na escrita? Há, basicamente, quatro opções: eleger a variante mais complexa ou a mais comum (estatisticamente) como a básica, escolher aleatoriamente ou ainda representar todas as variantes. No primeiro caso, a consoante pré-nasalizada, por exemplo, é representada com os grafemas nasais e orais. Assim, a variação ocorre com o apagamento de um dos elementos, tornado o grafema menos complexo. Portanto, a ortografia torna-se intuitiva para o usuário. No segundo caso, a escolha do grafema se dá por um critério estatístico, porém é necessário avaliar se há tendências de mudança em curso. No terceiro caso, uma escolha aleatória (que muitas vezes envolve escolhas baseadas no prestígio) promove uma determinante variante considerada mais culta ou mais 'correta.' Por fim, representar todas as variantes tem a desvantagem de tornar a aplicação da ortografia inviável ou complexa demais para o usuário, pois, sem o auxílio da escolarização na língua ou de instrumentos linguísticos normativos, poderá decidir ora por um ora por outro grafema, gerando inconsistências no sistema.

Araujo & Agostinho (2010) afirmam que há três tipos de nasalidade em Santomé e em Principense (não obstante, a nasalidade em Angolar não foi investigada a fundo). O estudo indicou que a nasalidade é bifonêmica, ou seja, a fonte da nasalidade vocálica é oriunda de espalhamento do traço nasal de uma consoante nasal na coda silábica. Posteriormente, processos fonológicos apagam a consoante e somente o traço de nasalidade permanece. Por isso, a duração das vogais nasalizadas em Santomé e em Principense é maior do que a duração das vogais orais e menor do que a duração das vogais longas do Principense. O segundo tipo de nasalidade é fonético, resultante de um processo opcional de espalhamento de nasalidade da coda da sílaba tônica para a sílaba pré-tônica. Desta forma, o composto /ke + ŋglandzi/ é realizado foneticamente como [kẽ¹ŋglãdzɪ] 'casa grande'. O terceiro tipo de nasalidade é a existência de consoantes complexas pré-nasalizadas, com uma fase nasal e outra oral¹³. No começo de palavra, ocorre variação entre as consoantes complexas pré-nasalizadas e sua fase oral, ou seja, sua parte simples, isto é, a segunda parte da consoante pré-nasalizada. Destarte, trata-se de um processo fonético de apagamento ou ressilabificação da nasalidade: em Santomé, ocorre

frequentemente o apagamento. Portanto, /mpon/ pode ser realizado como [l^mpõ] ou [l^hpõ] ‘pão’. Já no Principense e no Angolar (Maurer 1995: 26), pode ocorrer a inserção de uma vogal epentética no começo da palavra, seguida do espalhamento da nasalidade e rerssilabificação: /mbasa/ pode ser realizado como [l^mbasa] ou como [i^hl^mbasa] ‘costela’. A inserção da vogal epentética neste contexto não ocorre no Santomé. Além disso, Maurer (1995) e o anteprojeto do ALUSTP mencionam a existência de consoantes nasais silábicas, grafadas com um apóstrofe, quando seguidas por outra consoante nasal, como em <n’na> ‘criança’, <m’me> ‘comer’ e <m’ma> ‘eu como’. Contudo, Maurer não apresenta argumentos para qualificar a consoante nasal como silábica e, dados os exemplos, parece se tratar de uma interpretação para a parte nasal das consoantes complexas pré-nasalizadas. Contudo, uma investigação específica sobre este ponto deverá ser tema de um trabalho futuro.

Além da representação das vogais e das consoantes, o ALUSTP representa as vogais na margem do núcleo silábico ou ‘ditongos’ com os grafemas <w> e <y>, o primeiro para a vogal posterior alta arredondada [u] e o último para a vogal anterior alta não-arredondada [i]. Desta forma, as vogais na margem do núcleo diferem-se das vogais nucleares em núcleo distintos (hiatos) na ortografia. Assim, em Santomé, <fya> [f^hɣia] ‘folha’ difere de <fi.a> [fi^hˈa] ‘esfriar, fiar’ ou <bwê> [b^hwɛ] ‘gado bovino’ distingue-se de <buê> [bu.^hɛ] ‘querido(a)’.

A posição do acento ou as diferenças tonais não são marcadas com diacríticos no sistema ortográfico. Além das vogais médias <ê> e <ô>, somente a partícula <ka> (e sua variante de primeira pessoa <ga> recebem diacrítico contrastivo: <ka> e <ga> para as formas tempo-aspectuais e <ká> e <gá> para os morfemas condicionais, como nos exemplos do Santomé:

(12) Bô ka ba xkola, ê ka ba ke.

‘Tu vais para a escola e ele vai para casa.’

Bô ká ba xkola, ê ká ba ke.

‘Se fosses para a escola, ele iria para casa.’

O anteprojeto do ALUSTP propõe que os seguintes casos de *sandhi* sejam gravados com apóstrofe quando ocorrer:

(13) (Exemplos do Santomé)

a. em verbos e pronomes:

de + e	→ <d’e>	‘dá-lhe’
ê lige + inen	→ <ê lig’inen>	‘ele os levantou/levantou-os’

b. em preposições (<di> e <ni>) seguidas por palavra começada por vogal:

zamluku di + iya	→ <zamluku d'iya>	'inhamo da ilha (do Príncipe)'
ni + ôtlo	→ <n'ôtlo>	'em outro/a/s, noutra/a/s'

Por fim, emprega-se o hífen (a) quando vocábulos reduplicados têm função semântica distinta da forma não-reduplicada, como em <kôlé> 'correr' e <kôlé-kôlé> 'correr continuamente'; e (b) em palavras compostas <bega-kolé> 'diarréia'. Não se emprega o hífen para formas inerentemente duplicadas, como é o caso dos ideofones: <dana kotokoto> 'estragar-se por completo'.

6 O caso do Papiamentu e as perspectivas para as línguas de STP

O Papiamentu é uma língua crioula de base ibérica falada em Aruba, Curaçao e Sint Maarten (São Martinho) e nas cidades-ilha de Bonaire, Saba e Saint Eustatius (São Eustáquio). Aruba, Curaçao e Sint Maarten são países independentes, ao passo que Bonaire, Saba e Saint Eustatius são municipalidades da Holanda. Essas ilhas formam, juntamente com a Holanda, o Reino dos Países Baixos. No Reino, há quatro línguas oficiais: o Holandês, o Papiamentu, o Frísio e o Inglês. Em Aruba, Bonaire e Curaçao, o Papiamentu é, ao lado do Holandês, a língua mais usada. Em Saba, Saint Eustatius e Sint Maarten, o Inglês é a língua mais falada, ao lado do Holandês e do Papiamentu. Além disso, o Papiamentu é também falado na Holanda, sobretudo pelos imigrantes antilhanos e seus descendentes. Em Aruba, há cerca de 100 mil habitantes¹⁴. Em Curaçao, a população é de cerca de 175 mil pessoas. Sint Maarten possui cerca de 35 mil habitantes. Bonaire conta com cerca de 14 mil habitantes. Saint Eustatius possui por volta de 2.300 habitantes, enquanto Saba, a menor das ilhas em termos populacionais, possui umas 1.500 pessoas¹⁵.

O Papiamentu está presente em todas as instâncias da sociedade, sendo falada tanto pela elite assim como pelas classes menos economicamente favorecidas. Isso a difere, por exemplo, do Santomé, uma das línguas de São Tomé e Príncipe, pouco usado pela elite lusófila em contextos formais. Além de língua oficial, o Papiamentu é amplamente empregado na vida quotidiana, na mídia e na escolarização. Há rádios que transmitem somente em Papiamentu, assim como canais de televisão em cada uma das ilhas.

A origem do Papiamentu é controversa. Lipski (2008: 546-7) afirma que há basicamente três hipóteses: a primeira hipótese defende que o Papiamentu pode ser a relexificação de um protocrioulo afro-português (como defendido por Martinus 1996, Lenz 1928, entre outros). A segunda hipótese defende que o Papiamentu era originalmente um crioulo de

base portuguesa, formado em Curaçao graças ao influxo de judeus sefarditas lusofalantes oriundos do nordeste do Brasil e exilados em Curaçao no final do século xvii (cf. Smith 1999, entre outros). Por fim, a terceira hipótese sustenta que o Papiamentu é essencialmente um crioulo de base espanhola, cujos elementos portugueses foram introduzidos pelos judeus sefarditas (cf. Munteanu 1996, entre outros). McWhorter (1995), por sua vez, afirma que não há crioulos de base espanhola no Atlântico e, por isso, o Papiamentu não pode possuir tal base, pois os espanhóis, limitados pelo Tratado de Tordesillas, não puderam criar as condições sociohistóricas para o florescimento de línguas crioulas no Atlântico ibérico. Lipski (2008) contrapesa os argumentos e assume que a influência atual do espanhol no Papiamentu dificulta uma investigação completa sobre a fonte dos elementos portugueses no Papiamentu. No entanto, este estudo pode ser feito.

Kouwenberg & Muysken (1995: 218) afirmam que, embora o Papiamentu seja uma língua bastante conhecida e relativamente bem descrita, 'there is no standard work in English that deals with the full complexity of the language. Maurer (1988) deals with tense, mood, and aspect in great detail. Dijkhoff (1993) is a detailed study of nominal morphology, Kouwenberg & Murray (1994) is a useful general sketch.' Faraclas, Severing & Weijer (2008) é o trabalho mais recente sobre o Papiamentu e, dos treze artigos, contém dois sobre estudos sobre padronização da língua.

O Papiamentu possui basicamente nove vogais (fato que o distingue das línguas crioulas de base portuguesa da África). No entanto, as suas vogais arredondadas, [ø] e [y], são quase sempre encontradas em palavras de origem holandesa. Por isso, o estatuto do quadro vocálico do Papiamentu é controverso na literatura, pois alguns autores desconsideram essas vogais arredondadas (cf. Lenz 1928, Harris 1951, Dijkhoff 1993, Lipski 2008). No que diz respeito às consoantes, o Papiamentu se assemelha ao português arcaico: /p, b, t, d, k, g, f, v, s, z, ʃ, ʒ, tʃ, dʒ, x, h, m, n, ɲ, ɲ, l, r, j, w/, com poucas diferenças, marcadas em itálico. O acento pode, segundo Kouwenberg & Muysken (1995: 208), recair na penúltima ou na última sílaba. As palavras terminadas em vogal e em -er, -el, -en apresentam acento pré-final, embora existam algumas exceções, como [do'lo] 'dor', ao passo que as palavras com as demais terminações possuem acento final, exceto alguns verbos com três ou mais sílabas, como <kumindá> 'cumprimentar'. Além disso, o Papiamentu também apresenta controvérsias na descrição do seu sistema prosódico. Para Harris (1951), trata-se de um sistema com dois tons. Smith (2008) fala em um sistema de pitch-accent, no qual os tons altos e baixos coincidem com o padrão de acento tônico e átono, com poucas exceções.

(5) Exemplos do Papiamentu

[kor ^l da]	‘lembrar’
[ekibo ^l ka]	‘equivocar-se’
[ku ^l minda]	‘comida’
[mu ^l hɛ]	‘mulher’
[^l hende]	‘gente’

A gramatização do Papiamentu é o exemplo mais bem sucedido entre todas as línguas crioulas de base ibérica, isto é, portuguesa e espanhola (cf. Martinus 1990, Joubert 2002, Garret 2008, Severing & Weijer 2008, entre outros). Atualmente, além de ocupar uma posição de prestígio nas sociedades das ilhas de Aruba, Curaçao e Bonaire, o Papiamentu é ensinado nas escolas, nas universidades e usado como língua veicular escrita na imprensa e no dia-a-dia, além de ser empregado na televisão, no rádio e na internet.

Embora o Papiamentu seja escrito (com ortografia ‘holandesa’) desde o século XIX, a sua padronização se iniciou em meados da década de 1980. Os governos das ilhas de Curaçao e Bonaire adotaram uma ortografia de forma oficial em 1975, ao passo que o Governo Autônomo de Curaçao a oficializou em 1983 (Joubert 2002: 150, nota 10). No começo da década de 1980, o Governo de Curaçao estabeleceu a *Komishon pa Maneho di Papiamentu* (Comissão para a Gestão do Papiamentu) (cf. Severing & Weijer 2008: 251), ao lado do *Instituto Lingwístico Antiano*. Em 18 de fevereiro de 1984, o Governo das Antilhas Holandesas (que, na época, incluía Aruba, Curaçao, Bonaire, Saba, Eustáquia e São Martinho) fundou a *Komishon Standarisashon di Papiamentu* (Comissão para a Padronização do Papiamentu) com o objetivo de estabelecer regras a nível lexical e publicar as palavras padronizadas (Joubert 2002: 150). A *Komishon* funcionou até 1997. Em 1986, o Papiamentu se tornou disciplina obrigatória nas escolas básicas e, em 2003, todas as escolas de ensino primário e secundário de Curaçao eram obrigadas a ensinar a língua. Em março de 1998, o governo de Curaçao estabeleceu a *Fundashon pa Planifikashon di Idioma* (Fundação para a Planificação do Idioma) cujo objetivo é administrar a política linguística oficial e promover o uso e preservação da língua. Desde 1950, a Organização das Nações Unidas, através da UNESCO, sugere que a escolarização inicial de crianças seja feita em sua própria língua materna (cf. Martinus 1990: 143).

Contudo, os esforços do Governo seriam de pouca utilidade se não houvesse o envolvimento da sociedade civil, representada tanto por aqueles envolvidos diretamente no ensino, bem como aqueles que falavam e escreviam a língua. Portanto, tornar o Papiamentu língua vernacular veicular demandou vontade política de diferentes governos e

a participação da sociedade civil. Não se pode esquecer, contudo, que há e houve na sociedade antilhana holandesa sentimentos mistos em relação ao papel da língua Holandesa e do Papiamentu, manifestos em questionamentos sobre o ensino de língua materna, o uso em ambientes formais e na mídia (ver Joubert 2002: 163 e seguintes).

Desnecessário lembrar da complexidade de um sistema ortográfico e dos problemas de sua implementação. Todavia, após a aprovação do decreto, é fundamental que o governo de São Tomé e Príncipe, via Ministério da Educação e Cultura ou de alguma instituição (fundação) criada para um fim específico, invista na produção de materiais didáticos para todas as fases da escolarização nacional, promoção de outros instrumentos linguísticos (dicionários, vocabulários ortográficos, gramáticas pedagógicas, literatura etc.) nas três línguas e manutenção do acervo cultural e linguístico do país.

O percurso do Papiamentu de uma língua ágrafa para uma língua escrita, de uso generalizado na mídia (canais de televisão, jornais impressos e internet) e na escolarização incluiu uma série de etapas. As línguas de São Tomé e Príncipe não precisarão, necessariamente, passar pelas mesmas etapas para atingir o mesmo grau de prestígio e garantir que suas línguas nacionais sejam utilizadas por suas comunidades de fala. Contudo, para que a experiência bem sucedida do Papiamentu seja repetida em São Tomé e Príncipe, alguns passos são necessários:

(14) Oficialização das línguas

Oficialização da ortografia (ALUSTP)

Criação de fundações para a promoção de políticas linguísticas

Publicação de instrumentos linguísticos

Produção de materiais didáticos e paradidáticos

Essas medidas formam a base do sucesso da padronização do Papiamentu (cf. Martinus 1990; Joubert 2002; Faracías, Severing & Weijer 2008). No caso das línguas de STP, o primeiro passo é tornar oficiais as línguas nacionais. O Governo também poderia estabelecer um prazo (dez anos) para que os documentos oficiais ficassem disponíveis também nas línguas nacionais. Desta forma, o prazo poderia estimular os esforços de implementação de políticas linguísticas. O passo seguinte é oficializar uma ortografia. Mesmo que isso gere alguns problemas iniciais, a padronização ortográfica poderá inspirar a intelectualidade local a escrever obras literárias nas línguas nacionais. Além disso, um padrão ortográfico pavimentaria o percurso para a produção de materiais linguísticos diversos.

A criação de fundações para a promoção de políticas linguísticas, como as fundações para planificação dos idiomas ou fundações para

a criação de materiais escolares diversos, permitiria a concentração de esforços dos linguistas e da sociedade civil para uma política nacional para as línguas. Além disso, essas fundações promoveriam a vinculação entre recursos humanos e financeiros focados nos programas prioritários da política linguística. Vários linguistas, profissionais e amadores, se dedicam à produção de material científico sobre as línguas de STP. São profissionais aptos a produzirem também instrumentos linguísticos (dicionários monolíngues e bilíngues, gramáticas descritivas e pedagógicas, vocabulários ortográficos etc.). Muitos destes pesquisadores trabalham de forma isolada. As fundações poderiam juntá-los e coordenar a publicação destes materiais.

Em seguida, o Governo, com o apoio de organizações internacionais, poderia promover a produção de materiais didáticos para a escolarização oficial. Neste sentido, o intercâmbio com a *Fundashon Material pa Skol* (Fundação para a Criação de Materiais Didáticos) de Curaçao poderia ser estimulante. Ao mesmo tempo, seria necessário apoiar a criação de materiais paradidáticos (literatura técnica, artística, científica, oficial etc.) para uso na sociedade e na escola.

7 Considerações finais

Em resumo, o anteprojeto do ALUSTP propõe um sistema descolado da ortografia portuguesa, com exceção da representação da nasalidade vocálica. O ALUSP marca qualidade da vogal média, em detrimento de uma marcação no sistema prosódico e não marca as variações tonais. Contudo, o sistema se beneficia das sinergias dos quadros fonológicos convergentes das três línguas.

Do ponto de vista de sua coerência interna, o ALUSTP é um avanço em relação às ortografias lusitanizantes. Contudo, há ainda problemas pontuais que poderão ser resolvidos com o uso cotidiano do sistema ortográfico, por uma alteração antes da promulgação do decreto ou, futuramente, via reforma ortográfica. Os principais problemas são a possibilidade de grafias concorrentes para casos de variação fonética e ausência de estudos sobre áreas-chave como os sistemas tonais e acentuais, e a questão da nasalidade. No entanto, a aprovação da legislação e o uso da ortografia resolverão todas estas pequenas divergências.

Ao mesmo tempo, a criação de uma política linguística para as línguas crioulas de base portuguesa de STP garantiria às crianças e às novas gerações o direito de serem alfabetizadas em seus próprios idiomas maternos e contribuiria para a preservação de vários aspectos culturais das ilhas, unicamente refletidos no uso das línguas nacionais.

Notas

1 A realização deste trabalho foi possível graças ao financiamento da Pró-Reitoria de Pós-graduação da Universidade de São Paulo. Agradecemos aos comentários e sugestões das pessoas presentes no Simpósio *Linguas Crioulas de Base Portuguesa na África* do 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, realizado em Lisboa, Portugal, em 2010. Os erros que permanecem neste texto são de nossa responsabilidade. Email: g.antunes@usp.br, ana.agostinho@yahoo.com

2 Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo.

3 Holm e Madeira (2009) discutem os nomes das línguas crioulas de base portuguesa da África.

4 <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tp.html>

5 http://www.ine.st/files_pdf/STP_numeros_2006.pdf, página 6.

6 http://www.ine.st/files_pdf/Tema_Educa%E7%E3o.pdf, páginas 48-52.

7 http://www.ine.st/files_pdf/Tema_Educa%E7%E3o.pdf, página 14.

8 Neste texto, as representações fonológicas são representadas com barras inclinadas, / /, as fonéticas são representadas com colchetes, [], e as grafemáticas com diples < >. Os exemplos de representações grafemáticas em negrito foram retirados dos autores em questão, ou do anteprojeto da ALUSTP e os em fonte normal foram inferidos a partir do sistema da ALUSTP.

9 Cf. Hagemeyer 2009, para informações sobre panfletos apócrifos escritos em Santomé contra o Governo Colonial Português ao longo do século xx.

10 Na história dos trabalhos sobre o Santomé, todos os autores que afirmam empregar o Alfabeto Fonético Internacional usam o símbolo 'y' para representar o glide aproximante palatal [j]. No entanto, a *International Phonetic Association* recomenda o símbolo /j/ para o glide aproximante palatal. O símbolo /y/ é empregado para a vogal posterior alta fechada arredondada.

11 Conferir também Valkhoff (1966) e Rougé (2004).

12 Este material é semelhante a Maurer (1995) e, por isso, não será aqui discutido.

13 O Angolar também possui consoantes complexas pré-nasalizadas.

14 Fonte: *Central Bureau of Statistics*: <http://www.cbs.aw/cbs/manageDocument.do?dispatch=view&id=817>

15 Fonte: *Central Bureau of Statistics*:

http://www.cbs.an/population/population_b2.asp

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, A. L. (Em preparação). Gramática pedagógica do principense. Universidade de São Paulo.

AGUIAR, M. R. (2007). **As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica, lingüística e ideológica.** *Filologia e Linguística Portuguesa* 9: 11-26.

ALCÂNTARA, C; HAGEMEIJER, T. (2001). Proposta Ortográfica para o Santomé. Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais, S. Tomé.

- ARAUJO, G. (2010). Onsets complexos e consoantes com dupla articulação nas línguas crioulas do Golfo da Guiné. No prelo.
- ARAUJO, G. (2007). Empréstimos recentes do português, variação fonética e a sílaba na língua são-tomense da Ilha de São Tomé. *Papia* 17: 55-66.
- ARAUJO, G; AGOSTINHO, A. L. S. (2010). Fonte da nasalidade no são-tomense e no principense. Universidade de São Paulo, inédito.
- ARENDS, J. (1995). The socio-historical background of creoles. In: ARENDS, J; MUYSKEN, P; SMITH, N. *Pidgins and creoles: an introduction*, p. 15-24. Amsterdam: John Benjamins.
- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: EDUNICAMP.
- BARROS, J. (1540 [1971]). *Gramática da língua portuguesa; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilar, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão BUESCU. Lisboa: Faculdade de Letras.
- BAXTER, A. (2004). The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In ESCURE, G; SCHWEGLER, A. (eds.). *Creoles, contact and language change: Linguistics and social implications*, 97- 126. Amsterdam: John Benjamins.
- CARDOSO, M. 2007. *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- CAGLIARI, L. C. (1994). Algumas Reflexões sobre o Início da Ortografia da Língua Portuguesa. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 27: 103-111.
- CAMÕES, L. (1572 [2002]). *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto Camões.
- DIAMOND, J. (1997). *Armas, Germes e Aço*. São Paulo: Record.
- DIJKHOFF, M. B. (1993). *Papiamentu Word Formation*. University of Amsterdam, PhD Dissertation.
- ESPÍRITO SANTO, C. (1998). *A Coroa do Mar*. Lisboa: Cooperação.
- ESPÍRITO SANTO, C. (2001). *Enciclopédia Fundamental de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Cooperação.
- FARACLAS, N; SEVERING, R.; WEIJER, C. (2008). *Linguistic Studies in Papiamentu*. Willemstad: Fundashon pa Planifikashon di Idioma.
- FERRAZ, L. I. (1976). A origem e o desenvolvimento de quatro crioulos portugueses do Golfo da Guiné. *Revista Brasileira de Linguística* 3 (2): 70-76.
- FERRAZ, L. I. (1979). *The Creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- FIGUEIREDO, C. (2009). *A Configuração do SN do Português Restru-*

- turado da Comunidade de Almoxarife - São Tomé. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 1: 28-55.
- FONTES, C. (2007). Estudo do léxico do são-tomense com dicionário. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GARRET, H. (2008). 'Language use, language attitude and identity among Papiamentu speakers.' In FARACLAS, N; SEVERING, R; WEIJER, C. (eds.). *Linguistic Studies on Papiamentu*, 27-46. Willemstad: Fundashon pa Planifikashon di Idioma.
- GÜNTHER, W. (1973). *Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe*. Marburg am der Lahn: Im Selbstverlag.
- HAGEMEIJER, T. (2000). Serial Verb Constructions. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- HAGEMEIJER, T. (2009). As Línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 1: 1-27.
- HARRIS, C. C. (1951). *Papiamentu Phonology*. Ithaca, N.Y., Cornell University Ph. D. Dissertation.
- HOLM, J; MADEIRA, S. (2009). À propos des noms de variétés du portugais restructuré em Afrique. In: *Le nom des langues III. Le nom des langues en Afrique sub-saharienne : pratiques, dénominations, catégorisations. Naming Languages in Sub-Saharan Africa: Practices, Names, Categorisations* (sous la direction de C. de FÉRAL), BCILL 124, 2009, p. 109-118. Louvain-la-Neuve: Peeters.
- HOSKEN, M. (2003). Creating an Orthographic Description. Disponível em http://scripts.sil.org/cms/scripts/render_download.php?site_id=nrsl&format=file&media_id=OrthographyDescPaper&filename=OrthographyDescPaper.pdf. Consultado em 04 de março de 2010.
- INE/Instituto Nacional de Estatísticas. (2001). *III Recenseamento Geral da População e da Habitação: Características Educacional da População*. São Tomé: INE.
- JOUBERT, S. (2002). 'La estandarización de una lengua creolla: el papiamentu'. In Perl. MATTHIAS; Klaus PÖRTL (eds.) *Estudios de lingüística hispano-americana, brasileña y criolla*, 149-168. Frankfurt am Main et al.: Peter Lang.
- KOUWENBERG, S; MUYSKEN P. (1995). Papiamentu. In: ARENDS, J; MUYSKEN P; SMITH N. *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins.
- KOUWENBERG, S; MURRAY, E. (1994). *Papiamentu*. München: Europa.
- LENZ, R. (1928). *El Papiamentu: la lengua criolla de Curazao*. Santiago de Chile: Balcells & Cia.

- LIPSKI, J. (2008). *Spanish-Based Creoles in the Caribbean*. In: KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. (eds.): *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*, 543-564. Oxford: Wiley-Blackwell.
- LOPES, N.; BAXTER, A. (2011). A concordância verbal variável no português dos tongas. *Papia* 21(1): 39-50.
- LORENZINO, G. (2000). *The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: its grammar and sociolinguistic history*. Munique: LINCOM Europa.
- MARTINUS, F. (1990). 'Papiamentu: the road to emancipation.' In: FODOR, I.; HAGÈGE, C. (eds.) *Language Reform*, 127-149. Hamburg: Helmut Buske Verlag.
- MARTINUS, F. (1996). *The kiss of a slave: Papiamentu's West-African connections*. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam.
- MARTINIUK, Nathaschka. 2010. Os clíticos pronominais no português vernacular são-tomense. In: 17 SIICUSP/Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP, 2009, São Paulo.
- MAURER, P. (1988). *Les modifications temporelles et modales du verbe dans le papiamentu de Curaçao*. Hamburg: Buske.
- MAURER, P. (1995). *L'Angolar: Un créole afroportugais parlé à São Tomé; Notes de grammaire, textes, vocabulaires*. Hamburg: Helmut Buske Verlag.
- MAURER, P. (2009). *Principense*. London: Battlebridge.
- MCWHORTER, J. (1995). The scarcity of Spanish-based creoles explained. *Language in society* 24: 213-244.
- MUNTEANU, D. (1996). *El papiamentu, lengua criolla hispánica*. Madrid: Gredos.
- NEGREIROS, A. de A. (1895). *História Ethnográfica da Ilha de São Tomé*. Lisboa.
- OLIVEIRA, F. (1536 [1975]). *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PONTÍFICE, J.; ALCÂNTARA, C.; AFONSO, B. C.; HAGEMEIJER, T.; MAURER, P. (2010). Alfabeto Unificado para a Escrita das Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe (ALUSTP). Inédito.
- RIBEIRO, M. F. (1888). Dialecto da ilha do Príncipe. MS número 11.23.12, Schuchardt Archive da Universidade de Graz, Áustria.
- ROUGÉ, J. L. (1992). *Les langues des Tonga*. In: D'ANDRADE, E.; KIHM, A. (org.) *Actas do Colóquio sobre Crioulos de base lexical portuguesa*, 171-76. Lisboa: Colibri.
- ROUGÉ, J. L. (2004). *Dictionnaire étymologique des creoles portugais d'Afrique*. Paris: Karthala.
- ROUGÉ, J. L.; SCHANG, E. (2010). The origin of the liquid consonant in Sãotomense Creole. Inédito, Université d'Orléans/CORAL.

- SEIBERT, G. (2007). Angolares of São Tomé island. In HAVIK, P.; NEWITT, M. (eds.) *Creole societies in the Portuguese colonial empire*, 105-126. Bristol: Bristol University Press.
- SEVERING, R.; WEIJER, C. (2008). The Fundashon pa Planifikashon di Idioma: Language Planning and Language Policy in Curaçao. In FARACLAS, N.; SEVERING, R.; WEIJER, C. (eds.). *Linguistic Studies on Papiamentu*, 247-260. Willemstad: Fundashon pa Planifikashon di Idioma.
- SMITH, N. (1999). Pernambuco to Suriname 1654-65? The Jewish slave controversy. In: HUBER, M; PARKVALL, M. (eds.) *Spreading the word: the issue of diffusion among Atlantic creoles*, 251-298. London: University of Westminster Press.
- VALKHOFF, M. (1966). *Studies in Portuguese and Creole*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

Palavras-chave: Línguas crioulas de base portuguesa, política ortográfica, fonologia

Key-words: Portuguese-based Creole languages, orthographic policy, phonology

A PRODUÇÃO DO SABER SOBRE A LÍNGUA: UM ESTUDO DO DICIONÁRIO CUIABANÊS

Joelma Aparecida Bressanin
UNEMAT

RESUMO: *Este artigo examina a constituição de um saber metalinguístico no Dicionário Cuiabanês, de William Gomes. A autora analisa no prefácio as condições de produção do discurso e da posição do lexicógrafo e apresenta uma amostragem de verbetes para discutir algumas regularidades discursivas do dicionário presentes no modo de construir os exemplos. A análise permite compreender o dicionário de Gomes como um gesto de descolonização linguística, não em relação a outros países, mas ao Estado brasileiro, pela afirmação de uma identidade regional.*

ABSTRACT: *This article examines the constitution of a metalinguistic knowledge in the “Dicionário Cuiabanês” (Dictionary of the Language of Cuiabá (the capital of Mato Grosso-Brazil)), by William Gomes. The author analyzes in the preface the conditions of production of the discourse and of the position of lexicographer and presents a sampling of articles to discuss some of the discursive regularities present in the way the dictionary builds its examples. The analysis allows us to take Gomes’s dictionary as a gesture of linguistic decolonization, not in relation to other countries, but to the Brazilian State, by the affirmation of a regional identity.*

Neste texto, temos por objetivo investigar como o dicionário produz o saber sobre a língua e os diferentes modos de produzir o conhecimento sobre ela em determinadas conjunturas históricas. Tomamos como objeto de estudo o Dicionário Cuiabanês, de William Gomes.

Os estudos em História das Ideias Linguísticas (HIL), articulados à Análise de Discurso (AD), tornam possível considerar o dicionário como um objeto de análise e como um instrumento linguístico. Nessa

perspectiva, o dicionário ocupa um lugar importante na história das ciências e compreender o seu funcionamento implica considerar as suas condições de produção, ou melhor, implica tomá-lo não apenas como fonte de consulta, mas como objeto discursivo que circula em um espaço temporal e que modifica as relações dos sujeitos com a língua.

Propomos refletir sobre o dicionário em razão de as análises feitas sobre esse objeto se aterem a críticas ao método de elaboração, organização e apresentação de itens lexicais, atribuindo-lhe uma valoração. Ao contrário disso, queremos compreender o lugar que o dicionário ocupa na sociedade e na história, considerando sua singularidade.

A gramatização e os dicionários

Os dicionários são definidos por Auroux (1992, p.65) como tecnologias de gramatização. Segundo o autor, por gramatização deve-se entender “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Ao descrever as línguas, os dicionários, assim como as gramáticas, produzem um prolongamento do saber linguístico do falante, que não apenas o estende, mas o transforma e, na medida em que isso se dá como produção de uma normatividade sobre a língua na vida social, constitui uma questão de ética e de política linguística, ou seja, são instrumentos de uma política de regulação das línguas.

Conhecer como o processo de gramatização ocorreu no Brasil nos permite compreender o aparecimento do objeto dicionário na história do país, no período de formação dos estados nacionais, segundo Nunes (2007). Em trabalhos anteriores (Nunes, 2002, 2006a), o autor mostra como se dá a constituição dos dicionários brasileiros, ou seja, como eles aparecem, como se transformam e como circulam. E mais: afirma que podemos também estudar o modo como os dicionários portugueses são introduzidos no país, como eles são lidos, como eles servem de referência para uma produção local e, finalmente, como eles deixam de ser utilizados e são adaptados ao contexto nacional.

Esse último processo diz respeito ao que Orlandi (2007) chama de processo de descolonização linguística, ou seja, “tanto a colonização como a descolonização são fatos da relação entre a unidade necessária e a diversidade concreta em um mesmo território, na constituição de uma sociedade, de uma nação, de um Estado” (Orlandi, 2009, p.172). Para a autora, o português do Brasil elabora, por meio da sua gramatização, o seu direito à universalização, garantindo a unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade. Entretanto, não se pode ignorar suas variedades: a relação com as línguas indígenas, africanas etc. “Esse reco-

nhecimento é parte da constituição da unidade do português brasileiro, portanto da nossa unidade nacional” (ibidem, 2002, p.30).

Nesse sentido, podemos pensar a caracterização de dicionários e/ou glossários regionais como o registro dessas variedades, que se apresentam como parte da cultura local de um grupo social específico. Variedades que se manifestam tanto no campo fonológico e morfossintático como lexical, sendo este último um terreno fértil para o surgimento de dicionários regionais, como por exemplo, o Dicionário do baianês, o Dicionário do gauchês, o Dicionário do cuiabanês e outros, elaborados com diferentes propósitos, dentre eles, o de divulgar uma variedade linguística particular. Assim, selecionamos, para nossa reflexão, o Dicionário Cuiabanês, de William Gomes. Esse dicionário apresenta palavras, termos e expressões da fala dos habitantes da chamada Baixada Cuiabana¹.

As condições de produção do Dicionário Cuiabanês

O Dicionário Cuiabanês teve sua primeira edição publicada em 2000 (sem editora), com cerca de 5000 verbetes e foi posto à venda em livrarias e bancas de revistas da cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso. Uma segunda edição está prevista para ser lançada em 2010, acrescida de um número maior de palavras, por volta de 12000 verbetes (cf. Jornal Diário de Cuiabá, 2010).

Antes da análise do prefácio e da apresentação de verbetes que compõem o dicionário, é imprescindível que apresentemos uma breve descrição das suas condições de produção, isto é, dos acontecimentos socioculturais mais recentes, que antecedem sua publicação e que dizem respeito à política de ocupação da região Centro-Oeste, conhecida como a “Marcha para o Oeste”, que teve início no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Em um primeiro momento o objetivo era ocupar e desenvolver o interior do país. Posteriormente, na segunda metade do século XX, a ocupação da região se intensifica consideravelmente, em razão de incentivos e projetos do governo militar, cujo objetivo era expandir as áreas agrícolas e proteger as fronteiras do país, promovendo dessa forma a “onda colonizadora”.

Inicialmente, o processo histórico de formação do território mato-grossense revela a vinda de migrantes de toda parte do Brasil, principalmente, de São Paulo. Conforme Almeida (2005), o falar cuiabano pode ser resultado do contato entre o dialeto caipira, trazido pelos bandeirantes paulistas no início do século XVIII, recheados de elementos próprios do português arcaico, e as línguas faladas pelos povos indígenas que habitavam a região. Esse dialeto paulista conviveu por algum tempo com as línguas indígenas nativas e, mais tarde, com as variedades

linguísticas de outros migrantes do país que vieram para Mato Grosso em busca de terras e de oportunidades de trabalho.

Cabe ressaltar que a vinda desses migrantes, especialmente no período mais intenso, pôs em evidência o falar local, uma variedade linguística distinta e incomum a muitos brasileiros. Tomamos o termo “variedade” conforme Bisinoto (2009, p.55), como o conjunto de especificidades de uma língua, constituído e afetado por movimentos históricos e políticos. Para a autora, a noção de variedade linguística, comumente vinculada ao conceito antropológico de cultura de grupos, impõe limitações à Linguística, pois “apaga o caráter ideológico das relações linguísticas, que são dessa forma naturalizadas nos hábitos e costumes, ou etnicizadas pela herança e pela tradição”.

Dentre os vários estudos sobre essa variedade linguística falada pelos cuiabanos, citamos: Drummond (1978/1995), Palma (1984), Almeida (2000) e Dettoni (2003). Destacamos que o trabalho ao qual o Dicionário Cuiabanês se assemelha é o da professora Maria Francelina Drummond, intitulado “Do falar cuiabano”, publicado pela primeira vez em 1978, pelo então secretário de Cultura da Prefeitura de Cuiabá, Carlos Rosa, inserido nos Cadernos Cuiabanos, nº 5, na seção de Linguística. Foi reeditado em 1995 pelo Grupo Gazeta de Comunicação, com o acréscimo de um glossário de expressões. Na ocasião, o jornal A Gazeta festejava seu quinto aniversário e vinha apresentando aos domingos a coluna Nhara Komenta, de Liu Arruda, reacendendo o debate acerca do que é e do que não é falar cuiabano. O objetivo de reeditar em livro a pesquisa da professora Maria Francelina, de acordo com o Grupo Gazeta (*apud* Drummond, 1995, p.4), foi o de “resgatar um importante componente da cultura mato-grossense: o linguajar da população ribeirinha da Baixada Cuiabana”.

É nesse período que a defesa das tradições locais começa a ganhar impulso. O processo de migração iniciado na década de 1940 e que se intensifica na década de 1970, marca profundamente o espaço social de Mato Grosso. Em Cuiabá, dos anos 70 aos 80, o número de habitantes dobrou, segundo o censo oficial (IBGE), gerando uma tensão que nem sempre foi percebida como positiva pelos cuiabanos natos, que se sentiam invadidos pelos migrantes.

Essa ocupação teve um “efeito de choque” sobre as estruturas socio-culturais e políticas da região, de acordo com Bisinoto (2007, p.63). Em seu estudo sobre o falar cacerense, a autora mostra que na perspectiva do nativo, o processo migratório trouxe, paradoxalmente, o “progresso” e a “destruição”. Os nativos mostram ter consciência da exploração compulsória, entretanto, não negam os encantos do progresso. E esse paradoxo parece ter desencadeado os demais conflitos e contradições,

dentre eles “as relações conflituosas dos nativos com sua própria linguagem e o preconceito do imigrante, a estigmatização, a pressão pela anulação da variedade linguística local”. Além disso, o sentimento de invasão passou a provocar manifestações de hostilidade ao migrante, por parte do nativo, e autorrejeição, quando ele eventualmente nega a sua origem, recusa-se a admitir as diferenças, envergonha-se de seu falar.

Diante de tantas contradições, os discursos do multiculturalismo e do multilinguismo passam a circular nos meios sociais como uma forma de defesa da minoria da população tradicional. Surgem movimentos isolados de preservação da cultura regional. Em Cáceres, surge a Fundação Cultural, criada na década de 80, com o objetivo de proteger as raízes e alguns grupos de danças típicas e centros de tradição. Do mesmo modo, em Cuiabá, ocorre a criação do Museu de Arte e Cultura Popular, na Universidade Federal de Mato Grosso, surgem grupos teatrais, musicais e outros, na tentativa de se “preservar as identidades”.

É nesse contexto político que o falar cuiabano vai conquistando seu espaço nas mídias: nos programas de rádio e de televisão e nos textos impressos. Vale ressaltar que, muitas vezes, por falta de ações efetivas que valorizem a sua linguagem, a imitação indevida do jeito de falar, seja nas representações teatrais cômicas, seja na música, comuns na região, torna-se uma forma de deboche e acaba provocando a rejeição a esse linguajar.

Em síntese, é nessa conjuntura sócio-histórica que ocorre o surgimento do Dicionário Cuiabanês, que atualiza uma memória discursiva de resgate, que reproduz e silencia sentidos. Na memória do falante, a sua variedade linguística foi apagada pelo migrante colonizador. O sentido do verbo “resgatar” é: recuperar algo cedido a outrem, algo usurpado; no caso, resgatar o seu espaço que foi ocupado, invadido. Estabelece afinidade semântica com o verbo “preservar” que significa: proteger de algum dano futuro; defender, resguardar, conservar. Daí o discurso de militância que promove essas campanhas em prol à preservação da cultura local.

O prefácio do dicionário

Nesse estudo, selecionamos para análise, o prefácio da primeira edição, escrito pelo próprio autor Gomes, que se inicia com as seguintes palavras:

Estou ciente que é muita pretensão chamar este trabalho de dicionário. Esta palavra trás (*sic*) por si só, em todos os sentidos, uma responsabilidade imensa. Desde 1.991, mantenho na Rádio Cultura de Cuiabá, programa diário, um quadro denominado:

Dicionário Cuiabanês. Nesse espaço são colocadas palavras, termos locais e expressões usadas na região. Assim sendo, esse nome fica sendo, uma extensão daquilo que é apresentado sem conter as especificações, características e funções de um dicionário, na realidade é um glossário.

A primeira observação que fazemos diz respeito ao modo como o autor caracteriza seu trabalho. Ao assumir que está ciente de sua pretensão ao chamar de “dicionário” o que, na realidade, considera um “glossário”, esclarece que não se trata de um dicionário como aqueles de autores clássicos, vinculados a uma tradição de escrita. Trata-se de uma extensão do que é apresentado no quadro denominado Dicionário Cuiabanês, que mantinha na Rádio Cultura de Cuiabá.

As palavras iniciais de Gomes mostram que sua preocupação em explicar a natureza do seu dicionário deve-se ao imaginário que, necessariamente, faz parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz e “não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (Orlandi, 1999, p.42).

A imagem que se tem do lexicógrafo é a de alguém que deve contribuir para a produção do saber científico, apresentando especificações, características e funções dos vocábulos e expressões. E isso exige uma “responsabilidade imensa”, pois requer domínio de técnicas específicas da área lexicográfica, que prescrevem a forma padrão da palavra, como grafá-la, como pronunciá-la, sua classificação gramatical e sua definição, bem como os aspectos morfosintáticos e etimológicos. Essa imagem que o autor tem do lexicógrafo se constitui no confronto do simbólico com o político, isto é, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas construídas historicamente e colocadas em jogo no processo discursivo.

E a imagem que se tem do dicionário é de que este deve seguir regras convencionais para organização e apresentação dos verbetes, das definições, das formas de entrada, das informações gramaticais, dos exemplos ilustrativos e outros, bem como, contribuir para assegurar e manter a unidade da língua.

Um breve percurso histórico sobre a produção do dicionário nos mostra que este passou por um longo processo até se constituir no formato tal como o conhecemos hoje. Primeiramente surgiram listas de palavras, encontradas três milênios antes da nossa era, entre os babilônios (Auroux, 1992). De acordo com Dias e Bezerra (2006, p.27), essa prática, comum entre os povos antigos, de listar palavras (que, posteriormente, viriam a constituir glossários e dicionários) obedecia a uma

ordem convencional (normalmente a alfabética) e se destinava a trazer informações sobre a língua que “podem ter contribuído para a própria ideia de língua, que depois daria origem à linguística”. Para os autores, a necessidade de elaboração do dicionário nem sempre foi a de conservação e de imposição da variedade dita “cultura”, mais difundida no século XVII, mas foi, antes disso, uma preocupação cultural em registrar o uso de algumas línguas em extinção, em facilitar a aprendizagem de algumas línguas estrangeiras, em difundir uma doutrina religiosa.

As nomeações de obras dessa natureza – lista, glossário, vocabulário, dicionário – embora designem estudos sobre palavras, não podem ser tomadas como sinônimos. Segundo Dias e Bezerra (2006, p.30), para uma obra ser considerada “dicionário” ela deve buscar “atender aos critérios da completude (o que não se espera de lista, glossário e vocabulário) e da normatização”.

O funcionamento do dicionário (e não apenas a sua função pedagógica) na relação do sujeito com a língua inclui sua relação com a memória discursiva e produz o efeito de completude. Em nosso imaginário, consideramos que o dicionário assegura “a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que um dicionário contenha (todas) as palavras da língua” (Orlandi, 2002, p.103). E esse efeito de completude não aparece no Dicionário Cuiabanês, que se configura como uma divisão do trabalho lexicográfico, no sentido de se apresentar como um glossário de “palavras, termos locais e expressões usadas na região”, e não como um dicionário de língua.

E por não se embasar tecnicamente em nenhum estudo lexicográfico, Gomes opta por chamar seu trabalho de “glossário” e pode ser entendido como um trabalho não especializado. Um trabalho empírico. Em seguida, ele apresenta o seu propósito principal:

Este DICIONÁRIO CUIABANÊS, tem como propostas básicas, ajudar no processo de resgate dos nossos traços culturais e servir de instrumental para fonte de consulta, da forma mais prática possível.

Contendo palavras, termos, expressões e ditados, que em parte considerável, o tempo, assim como outras variáveis, contribuíram para o esquecimento, ou ao limitado uso.

Uma parcela desse vocabulário ainda resiste, mantendo de certa forma vivo em alguns segmentos com força destacada.

O estudo dos dicionários explicita os diferentes agenciamentos entre a unidade e a diversidade linguística e, de acordo com Orlandi (2002), essa oposição é uma relação necessária e dinâmica, pois, apesar de os

dicionários apresentarem uma unidade imaginária, há inscrita neles a relação entre línguas.

No prefácio em questão, o autor apresenta a diversidade como “nossos traços culturais” e trabalha a oposição *apagamento x manutenção* do cuiabanês. Coloca seu dicionário como um instrumento que pode ajudar no processo de resgate dessa diversidade e como fonte de consulta.

Observamos que os verbetes do cuiabanês são apresentados como uma variedade em que “parte considerável” é de “limitado uso” ou caiu no “esquecimento” e, ao mesmo tempo, uma parcela desses traços “resiste”, mantém-se “vivo” no vocabulário de alguns segmentos da sociedade “com força destacada”. Uma boa parte dos verbetes não é mais usual entre os falantes, mas se faz presente na memória dos habitantes. Isso ocorre em razão do tempo, assim como “outras variáveis”, de acordo com Gomes.

É importante ressaltar que a imagem de língua do dicionário é a de uma língua imaginária, construída de acordo com determinados objetivos e recortes do dicionarista (Orlandi, 1999). Entretanto, ela tem sua eficácia, uma vez que funciona no processo de constituição dos sujeitos na relação com a língua nacional ou com outras representações de línguas, como por exemplo, a língua popular, língua regional etc.

Assim, em nosso imaginário, um dicionário procura apresentar uma visão completa da língua (ainda que não consiga reunir todo o saber sobre ela) e, no prefácio do Dicionário Cuiabanês, a palavra “língua” nem sequer aparece. Gomes informa que a obra contém “palavras, termos, expressões, ditados” sem atribuir a esse conjunto uma relação explícita com a língua, o que nos leva a entender que há um silenciamento dessa noção, uma vez que o trabalho enfatiza o falar cuiabano e não opera com o imaginário de completude da língua.

Em suma, no jogo entre a unidade e a diversidade, os dicionários regionais se caracterizam de maneira distinta dos dicionários tradicionais, pois se apresentam como uma tentativa de se resgatar a variedade linguística para a afirmação da identidade de uma minoria, efeito ideológico do multiculturalismo que se coloca em um determinado momento sócio-histórico.

Nos trechos que seguem, Gomes descreve como obteve as informações apresentadas em seu dicionário, suas fontes. Vejamos:

As informações aqui contidas, foram obtidas em sua expressiva maioria, por anotações do autor, memória do mesmo, pesquisas bibliográficas, acompanhamento dos jornais, entrevistas radiofônicas, conversas com populares e contribuição de ouvintes de rádio/AM.

Sou grato a todas as fontes.

Nesse trecho há uma mudança no processo discursivo, ou seja, há um distanciamento do autor com o seu discurso, pois ele escreve “anotações do autor” e “memória do mesmo”. Esse distanciamento nos chama a atenção porque não ocorre em outras partes do prefácio e pode ser entendido como o registro da memória dos moradores da região e não especificamente da sua memória, pois convém dizer que Gomes é de origem mineira, é um migrante que se estabeleceu em Cuiabá, tornou-se radialista e professor universitário. Isso explica a maneira como ele coletou a fala do cuiabano, por meio de anotações feitas ao longo de seu convívio com os falantes natos, principalmente por meio de seu trabalho como jornalista.

Assim, o autor trabalha com a alteridade. É a voz do outro que ele faz ecoar. No parágrafo que segue, retoma o uso da primeira pessoa para agradecer a contribuição de todos aqueles em nome de quem ele fala: “Sou grato a todas as fontes”.

Observamos também, nas palavras finais da apresentação de Gomes, que o leitor é inserido no processo de resgate e de manutenção cultural que ele propõe:

Mesmo assim, com certeza, muitos verbetes foram esquecidos, mas serão lembrados por você, ao folhear este livro. Isso fatalmente irá acontecer e servirá como prova concreta da riqueza do nosso gostoso jeito de falar cuiabano.

Gomes faz uma ressalva: “muitos verbetes foram esquecidos” e afirma “mas serão lembrados por você, ao folhear este livro”. O pronome “você” se refere ao leitor, tomado como interlocutor e, ao mesmo tempo, como falante ou conhecedor desses verbetes.

Vemos o jogo imaginário atuando novamente, a imagem que autor faz do seu leitor. Para Nunes (2006b, p.163), a história do dicionário nos fornece exemplos do direcionamento a um ou outro tipo de leitor e, por conseguinte, de sociedade. Assim, uma obra pode ser direcionada aos especialistas em um determinado assunto, aos estudantes, aos eruditos, aos trabalhadores, ao povo etc, pois, “configurar o perfil desse leitor virtual, por meio de antecipações imaginárias, é também orientar para o modo de delimitação da nomenclatura, de formulação das definições e de preparação do corpo de exemplos”.

Destacam-se, novamente, as relações contraditórias presentes na oposição *apagamento X manutenção* das especificidades da região, enfatizadas pelas expressões adverbiais “com certeza” e “fatalmente”, no trecho “muitos verbetes com certeza foram esquecidos, mas serão fatalmente lembrados pelo leitor”, servindo como “prova concreta da ri-

queza do nosso gostoso jeito de falar cuiabano”. O discurso apresenta a imagem que se tem do falar cuiabano que está sujeito ao processo de mudança: a necessidade de inovação, de ressurgimento, frente ao esquecimento, no contato com outras culturas que não cessam de aportar e estabelecer seus domínios no Estado.

Trata-se de um discurso político, carregado de ideologia, funcionando como discurso ufanista. Chamam a atenção as palavras “riqueza” e “gostoso” qualificando o falar cuiabano. E o leitor é explicitamente conclamado a fazer parte desse processo de militância, com o incentivo e a colaboração do autor, que se isenta do lugar de invasor, ocupado pelos migrantes como ele, e fala de um outro lugar, o do nativo: “nossos traços culturais” e “nosso gostoso jeito de falar”. Daí a necessidade de se resgatar e de divulgar essa variedade linguística, pois se trata de um elemento da identidade cultural que precisa ser preservada.

O léxico do falar cuiabano

Embora o falar cuiabano tenha sido estudado nos últimos anos sob diversos pontos de vista, estudos sobre o léxico ainda são bastante escassos, devido à dificuldade de se identificar o que é específico de cada região e o que é de domínio geral da língua portuguesa falada no Brasil (Aguilera, 2005, p.125). Para se distinguir brasileiro de regionalismo, teríamos, de acordo com a autora, de “contar com glossários ou vocabulários elaborados todos com uma só metodologia, e realizados ao mesmo tempo para que não houvesse interferência da variável temporal nos resultados da coleta”.

Segundo Aguilera, pelo menos no nível do léxico, o falar cuiabano que se assemelha ao falar paulista, se explica pela história da ocupação da região pelos bandeirantes paulistas a partir do século XVIII. Essa base paulista miscigenou-se com os diversos habitantes indígenas, e mais tarde, no século XX, com os migrantes de todos os pontos do país, resultando “uma fala que conserva traços do falar rural não só paulista, mas do falar rural brasileiro”, observável no uso de lexias comuns a todas as regiões (ibidem, p.134).

De maneira geral, os verbetes apresentados no Dicionário Cuiabânês não vêm acompanhados de classificações gramaticais comuns a dicionários de autoridades nem tampouco acompanhados de citações de autores clássicos. Vale mencionar que, embora os exemplos pautados nos “bons autores” da literatura continuem a funcionar no nosso imaginário, estes foram perdendo espaço desde a segunda metade do século XX. Observa-se, de um lado, uma maior autonomia do lexicógrafo, que passou a criar seus exemplos e, de outro, a incorporação de exemplos diversos provenientes de discursos cotidianos, da mídia, da música po-

pular, e outros. Além disso, nas últimas décadas, a lexicografia vem se desenvolvendo com base em diferentes teorias linguísticas e as consequências desse fato podem ser observadas na participação de linguistas em alguns dicionários, com base na descrição e na leitura de corpora (Nunes, 2006b).

Selecionamos aleatoriamente alguns verbetes para melhor ilustrar o modo como o trabalho está organizado e, a seguir, transcrevemos exemplos apresentados no dicionário em ordem alfabética:

Caçoano

Perturbando outra pessoa, gozando com a cara de alguém, brincando.

“Esse cara fica só caçoano de quem passa.”

Pongoiό

Pessoa bόba, gente besta.

“O cara que veio aqui hoje, 6 um pequeno pongoiό.”

Observamos uma tentativa de padronizaçāo na forma de apresentaçāo dos verbetes, das definiçōes e, em seguida, dos exemplos marcados pelas aspas. 6 interessante destacar que o uso do termo “cara” aparece na maioria dos exemplos, demonstrando um esforço do autor em legitimar a fala como manifestaçāo corrente, popular e atual. Tamb6m 6 muito recorrente o uso de nomes prόprios, de pronomes e de termos gen6ricos atuando como o sujeito gramatical da frase. Vejamos:

Caçoadas

Gozaçāo, perturbando outra pessoa, brincadeira.

“Chica Bonita fica sό fazendo caçoada.”

Cabuloso (a)

Pessoa chata, impertinente.

“A menina 6 cabulosa.”

Pindura

Situaçāo financeira ruim, sem dinheiro.

“Pagά como, se ele tά na pindura.”

Entendemos que esses exemplos, embora provenham de frases formuladas no uso cotidiano dos falantes, nāo se configuram como citaçōes. Hά uma regularidade no modo de apresentaçāo dos exemplos, pois as frases sāo transformadas em exemplos didáticos e seguem uma

sintaxe regular. Dessa forma, é possível considerar que há um discurso gramatical didático implícito no dicionário, observável no modo de tratar os exemplos, o que nos permite considerar que há um trabalho de autoria quando Gomes assume a posição de lexicógrafo. Isso pode ser ilustrado no modo de listar as palavras e expressões (ordem alfabética), de defini-las, de colocar em cena os exemplos e tratá-los como enunciados modelares etc.

Notamos também que alguns termos empregados, tanto no masculino como no feminino, são apresentados com a indicação de flexão. Outros são apresentados já flexionados, geralmente quando são verbos, marcados pelo “ô” [o] no tempo passado e pelo “ã” [a] no infinitivo:

Caçô
Procurou, buscou, provocou.
“O cara apanhou, porque caçô.”

Cascudeá
Dar cascudo em alguém.
“Padre Remetter não gosta de cascudeá ninguém.”

Algumas expressões são escritas de maneira a representar os traços fonéticos da fala típica do cuiabano com alterações gráficas:

Catchorrada
Doce de leite azedo.
“No Bar de Seror tem catchorrada.”

Cuiabano de Tchapa e Cruz
Expressão para designar pessoa que nasceu e batizou em Cuiabá.
“Indica também quem nasceu e morrerá em Cuiabá.”

Esse acervo vocabular apresentado como traços do cuiabanês constitui, na maior parte, especificidades fonéticas. As expressões são grafadas de maneira a chamar a atenção mais para a pronúncia das palavras do que para os aspectos léxico-semânticos.

O falar cuiabano aparece no discurso do dicionário como a fala de um outro, representada como tradição oral, por isso Gomes escreve “catchorrada” e “tchapa”, para que o leitor identifique, por meio de uma forma gráfica, a especificidade linguística. Entretanto, a fala do lexicógrafo, que aparece nas definições, apresenta-se com a norma oficial da tradição escrita (apesar de algumas vezes não atender à norma padrão no que diz respeito à grafia e à construção sintática, como a falta de

paralelismo, por exemplo), isto é, Gomes fala de oralidade a partir da posição da tradição escrita.

No que diz respeito ao léxico, verificamos, conforme mencionamos, que boa parte dos verbetes constitutivos nesse dicionário apresenta realizações fonéticas de vocábulos de uso generalizado por todo o país, o que demonstra não se tratar de regionalismo específico de Cuiabá, mas sim de um registro da linguagem oral, conforme descreve Aguilera (2005). Entretanto, mesmo que essas marcas também se manifestem na fala de pessoas de outras regiões do país, as palavras registradas no dicionário são tomadas pelo autor como exclusivas da região, ou seja, podemos dizer que o dicionário representa um falante que considera certas expressões como suas, ainda que não sejam só dele. Esse imaginário de língua exclusiva é compartilhado pela população nativa. Desse modo, vemos nos verbetes a imagem de um grupo social que vem tentando se projetar no contexto social de Cuiabá nos últimos anos, produzindo essas identificações linguístico-culturais.

Considerações finais

Considerando que “as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia” (Orlandi, 1999, p.41), é possível compreender o dicionário em seu funcionamento, na relação entre a unidade imaginária e a diversidade concreta no campo da linguagem.

O discurso de Gomes (2000), que se propõe como um processo de resgate de traços culturais, põe em evidência os embates vividos pelos cuiabanos, pois as mudanças sociais, econômicas e culturais na história recente de Mato Grosso afetam as relações de força entre os falantes natos, ditos “cuiabanos de chapa e cruz”, e os novos cuiabanos, ditos “paus-rodados”².

Nesse sentido, o Dicionário Cuiabanês se constitui num espaço em que a memória discursiva de resgate de identidades se apresenta frente ao multilinguismo (mesmo que de forma ilusória) e modifica as relações do falante com a língua. O trabalho se constitui como um saber sobre o uso linguístico, que registra palavras, expressões e significados que poderão, no decorrer do tempo, ser esquecidos, atualizados, transformados, reivindicados. Adquire mais um caráter de inventário de formas linguísticas (muitas já desaparecidas) do que propriamente um glossário, pois se propõe como um exercício de um saber (*empeiria*) já estabelecido na tradição oral. Difere do dicionário de língua, que procura apresentar uma visão completa desta, produzindo uma forma de conhecimento (*tékhné*) sobre ela. Enquanto objeto simbólico, tais instrumentos produzem sen-

tidos outros, de acordo com as condições em que funciona a memória linguística. Enquanto nos dicionários gerais brasileiros, especialmente os produzidos no final do século XIX, o esforço era pela independência de uma língua nacional, nos dicionários ou glossários regionais o clamor é pela resistência de especificidades linguísticas.

O discurso apresentado no prefácio se configura como um gesto de exaltação e de resgate da variedade linguística local. Destacam-se a textualização do político e o trabalho da ideologia. Gomes propõe recuperar uma língua que está sendo apagada pelo migrante colonizador. E o referente dessa língua não é a sociedade de hoje, mas a de ontem. Podemos dizer que se trata de uma tentativa de descolonização linguística (Orlandi, 2009) ocorrendo no interior do Brasil. Não a descolonização em relação a outros países, mas a afirmação de uma identidade regional em relação ao Estado brasileiro.

Enfim, esse estudo nos permitiu compreender o modo como o dicionário significa numa conjuntura sócio-histórica delimitada e nos mostrou como a HIL, trabalhando com AD, nos possibilita compreender a construção do imaginário social de um saber sobre a língua e a produção de instrumentos linguísticos que a configuram, por meio da relação indissociável entre a história, a ideologia e o político.

Notas

1 A Baixada Cuiabana compreende a região formada pelos municípios e comunidades que se originaram às margens do rio Cuiabá e seus afluentes. A constituição do falar cuiabano está diretamente relacionada à história de formação sociocultural do povoamento dessa região.

2 Compara-se o migrante aos galhos que descem pelas águas do rio.

Referências Bibliográficas

- AGUILERA, V. (2005). “Léxico regional, léxico rural ou vocabulário de curiosidade? Um olhar sobre aspectos lexicais em Cuiabá”. In: ALMEIDA, M. M. S; COX, Maria Inês Pagliarini. (Orgs.) *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*, p.115-136 Cuiabá: Catedral Publicações.
- ALMEIDA, M. (2000). *Aspectos fonológicos do Português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*, 2000. 319p. (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.
- _____. (2005). “Para a história do português brasileiro: lote cuiabano”. In: ALMEIDA, M.; COX, M. I. (Orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*, p.21-28. Cuiabá: Catedral Publicações.
- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

- BISINOTO, L. S. J. (2007). *Atitudes sociolinguísticas: efeitos do processo migratório*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores.
- _____. (2009). *Migrações internas, norma e ensino de língua portuguesa*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores.
- DETTONI, R. (2003). *A concordância de gênero na análise pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da Baixada Cuiabana*. Mato Grosso, 256p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. (2006). “Gramática e Dicionário”. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*, p.11-37. Campinas, SP: Pontes Editores.
- DRUMMOND, M. (1995). *Do falar cuiabano*. 2 ed. Cuiabá: Grupo Gazeta.
- GOMES, W. (2000). *Dicionário cuiabanês*. Sem editora.
- MORAIS, O. *Nova edição do Dicionário Cuiabanês*. Ed. nº 12614. 16/01/2010/2010. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2010.
- NUNES, J. H. (2002). “Dicionarização no Brasil: condições e processos”. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, p. 99-120. São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes.
- _____. (2006a). *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: Fapesp – São José do Rio Preto, SP: Faperp.
- _____. (2006b). “Lexicologia e lexicografia”. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*, p. 147-172. Campinas, SP: Pontes Editores.
- _____. (2007). “Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário”. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*, p. 163-181. Campinas, SP: Pontes Editores.
- _____. (2008). “Os dicionários portugueses e a descolonização linguística”. *Línguas e instrumentos linguísticos*, p. 25-39. Campinas-SP, nº 20, Pontes Editores.
- ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (Org.). (2001). *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres: Unemat.
- _____. (2002). *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2007). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes.

- _____. (2009). *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG.
- PALMA, M. (1984). *Variação fonológica na fala de Mato Grosso: um estudo sociolinguístico*. Cuiabá: EdUFMT.

Palavras-chave: lexicografia, descolonização lingüística, história das idéias

Key-words: lexicography, linguistic decolonization, history of ideas

ARGUMENTAÇÃO: EM BUSCA DE UM CONCEITO

Débora Massmann
Univás

*Étudier l'argumentation n'est ni commode ni sans risque.
La difficulté essentielle consiste à déterminer de quel
domaine "disciplinaire" une telle étude pourra relever.
(Vignaux)*

Considerações iniciais

Compreendida como um componente dos sistemas lógicos, retóricos e dialéticos, até o final do século XIX, a argumentação era vista com certo descrédito pois seu estudo estava atrelado às figuras de estilo. A situação muda a partir da década de 1950¹ quando o interesse pelas técnicas de persuasão se renova e, com isso, um pensamento mais autônomo sobre a argumentação começa a ser construído. Isso acontece justamente no período pós-guerra, um momento político delicado, em pleno auge da guerra fria. Em uma época em que as disputas, os conflitos e o embate de opiniões são inevitáveis, a argumentação encontrou terreno fértil para se desenvolver. Ela ressurgiu como uma prática linguageira essencial à vida em sociedade: é a força do simbólico – o poder da palavra – que se sobrepõe à força física e ao autoritarismo – o poder da violência. A fertilidade do contexto histórico-social e ideológico em que os estudos da argumentação são refundados é inegável. O período pós-guerra constitui um verdadeiro divisor de águas para os estudos da argumentação.

O retorno da argumentação para o centro das reflexões nas ciências humanas traz consigo a retomada dos postulados aristotélicos sobre retórica clássica. Esse movimento de revitalização produziu resultados muito expressivos e possibilitou o surgimento de diferentes formulações teóricas, como, por exemplo, os estudos realizados no contexto da psi-

cossociologia que se interessam pelas práticas languageiras da sociedade moderna, mais precisamente, pela produção e circulação de discursos persuasivos no domínio político e publicitário; e também os trabalhos de cunho lógico-filosóficos e lógico-linguísticos desenvolvidos por autores como Ducrot, Grize e Perelman, entre outros.

A partir da segunda metade do século XX, assiste-se, portanto, ao desenvolvimento de diversas teorias e modelos que se dedicam a explicar a argumentação e seu funcionamento. Toda essa efervescência dos estudos sobre a argumentação tem sido caracterizada pela heterogeneidade teórica, metodológica e terminológica. Consciente disso, neste texto, meu objetivo é compreender como a argumentação é descrita em três teorias distintas, a saber, o *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958)², a *Teoria da Argumentação na Língua*, de Anscombre e Ducrot (1983) e o *Modelo Cognitivo da Argumentação* de Vignaux (1988). Os autores selecionados para fundamentar minha reflexão inscrevem-se em domínios disciplinares muito distintos. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) inserem-se em uma abordagem retórica. As práticas argumentativas, que têm como fim conquistar a adesão de um determinado auditório e persuadi-lo, são compreendidas pelos autores como uma arte que deve ser ensinada, adquirida e treinada. Já Anscombre e Ducrot (1983) adotam uma perspectiva linguística, ou seja, eles tratam da argumentação com base nos elementos da língua que possibilitam o seu funcionamento. Vignaux (1988), por sua vez, emprega uma abordagem cognitivista e, a partir dela, ele investiga os processos de esquematização e as operações cognitivas mobilizadas na produção de textos argumentativos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca: o tratado da argumentação

Publicado em 1958, o *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* constitui uma verdadeira ruptura com a tradição cartesiana, que vinha influenciando a filosofia ocidental. Na concepção lógico-cartesiana, a evidência, a prova e a busca da verdade constituíam o cerne da argumentação e da deliberação. Tudo o que fosse apenas verossímil era considerado falso. Estabelecendo-se como a marca da razão, a evidência era vista “como sinal de verdade daquilo que se impõe por ser evidente. (...) Toda prova seria redução à evidência e o que é evidente não teria necessidade de prova” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p.4).

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, o desenvolvimento de uma teoria da argumentação só seria, efetivamente, possível quando se questionasse e se criticasse a ideia da evidência como uma marca da razão. Eles acreditavam que uma teoria argumentativa não poderia ser fecunda se toda prova fosse reduzida à evidência. Ao adotar essa posição, os autores

rompem com a tradição cartesiana e propõem um conceito de argumentação sem recorrer à noção de verdade: o campo da argumentação é o “do verossímil, do plausível e do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p.1).

Dispensando a noção de verdade e tomando como referência a noção de verossimilhança, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) dedicam-se à elaboração de uma proposta teórica inovadora que se concretizou no *Tratado de Argumentação: A Nova Retórica* (TA). Nessa obra, os autores dão início a sua reflexão partindo da oposição aristotélica entre demonstração e argumentação. A primeira está relacionada ao domínio dos raciocínios analíticos, dos sistemas formais, como, por exemplo, a lógica e a matemática, que se interessam pelo exame dos meios de prova demonstrativos e a eles se limitam; seu objetivo é provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas (Perelman, 1977). A segunda, a argumentação, está relacionada à noção de aceitabilidade e de verossimilhança; ela se refere a todas as possíveis modalidades de persuasão e seu objetivo “é o de transferir para a conclusão a adesão acordada às premissas” (Perelman, 1977, p.35).

Ao retomarem essa distinção, os autores pretendem elucidar a sua posição no que concerne à teoria da argumentação que propõem. Para isso, eles explicitam que a demonstração está diretamente ligada à noção de verdade e de evidência, que, para eles, tem de ser questionada, enquanto a argumentação está relacionada à noção de verossimilhança e de aceitabilidade, como já foi mencionado acima. Além disso, implicitamente, os autores mostram que existe uma noção de temporalidade subjacente a essa distinção: o tempo exerceria uma função importante no desenvolvimento da argumentação. Tendo seu ponto de partida no campo do possível, do verossímil, a argumentação está sujeita a inúmeras variantes que podem surgir ao longo do processo de apresentação dos argumentos; além disso, ela solicita uma adesão por parte do auditório. O mesmo não acontece no que se refere à demonstração, pois, tomando como ponto de partida uma verdade ou uma evidência incontestável, a demonstração se desenvolve numa sequência em que nada de novo é acrescentado. Essa sequência conduz a uma conclusão prevista. Enquanto a demonstração é compreendida como um sistema lógico, formal e fechado, a argumentação é entendida como um fenômeno flexível, como uma atividade dinâmica, suscetível a variantes, a modificações, a ampliações e, principalmente, à intervenção dos interlocutores envolvidos no processo argumentativo. É nessa perspectiva que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) concebem a argumentação. Para eles, argumentar significa empregar diferentes técnicas discursivas a fim de

motivar e/ou influenciar, *pelo* discurso, a adesão de um auditório. De-preende-se daí o objetivo de toda argumentação que é

provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos crie neles uma disposição para a ação que se manifestará no momento oportuno. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p.50)

Compreendendo que a meta da argumentação é agir eficazmente sobre os espíritos, os autores destacam ainda a importância das condições psíquicas e sociais na realização e na consolidação do ato de argumentar. Sem estes elementos (psíquicos e sociais), “a argumentação ficaria sem objeto e sem efeito, pois *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contrato intelectual*” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p.16). Apontado como um elemento fundamental para o desenvolvimento da argumentação, esse contrato intelectual deve se estabelecer entre o orador e o auditório a fim de que as condições prévias da argumentação sejam elucidadas e definidas. Essas condições prévias referem-se ao acordo sobre a existência de uma linguagem comum, sobre a divergência de opiniões em relação a uma questão determinada, sobre a disposição de ouvir e de aceitar um ponto de vista, sobre quem está autorizado a argumentar, sobre a formação de uma comunidade efetiva de espíritos e sobre a adaptação do orador a essa comunidade, ou melhor, ao auditório.

As condições prévias são fundamentais para que a argumentação se consolide. No entanto, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) ressaltam que sua proposta teórica não pretende tratar de tais condições, já que elas estão subjacentes à argumentação. Os autores salientam que sua proposta é investigar as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos.

Tomando como base a reflexão proposta pelos autores, entende-se que argumentar é um ato de persuasão que se origina e se consolida na interação entre orador e auditório. Na teoria perelmaniana, orador e auditório se constroem, dialeticamente, *na e pela* argumentação e tem sua relação marcada pela disputa de interesses, de influências e de poder. Uma vez instaurado o embate de posições, que cria as condições necessárias para que a argumentação aconteça, orador e auditório têm características próprias e desempenham funções específicas: de um lado, é função primordial de todo orador conhecer aqueles a quem o seu dis-

curso se dirige: sua percepção sobre o auditório, sua postura discursiva e suas atitudes têm consequências diretas no andamento da argumentação; de outro lado, cabe ao auditório homologar ou refutar a argumentação através de suas reações às teses apresentadas a seu assentimento.

Nessa perspectiva teórica, orador e auditório estão na base da argumentação. Na prática, orador, auditório e argumentação constituem o retorno dos três componentes da persuasão já designados por Aristóteles sob o nome de: *ethos* (imagem do enunciador), *pathos* (as paixões do auditório) e *logos* (discurso). Esses três polos podem ser descritos muito mais pela sua complementaridade do que pela sua concorrência, já que eles estão presentes em qualquer movimento argumentativo. Conscientes dessa complementaridade, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.22) reafirmam-na, destacando que “cada *orador* pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o *auditório* ao qual se dirigem seus *discursos*”³. Retomando, portanto, estes três elementos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) engendram um conceito e uma teoria que, no contexto atual, apresenta-se como uma das principais referências para os estudos da argumentação.

Anscombe e Ducrot: a teoria da argumentação na língua

Deslocando o estudo da argumentação do campo da retórica para o campo da linguística, a *Teoria da Argumentação na Língua* (ADL)⁴, engendrada por Anscombe e Ducrot, em meados da década de 1970, e reformulada nas décadas seguintes, também pode ser considerada inovadora. Nela, os autores postulam que a argumentação não é constituída apenas de construções retóricas, de técnicas e de figuras; para Anscombe e Ducrot, a argumentação é constituída pela própria língua e por suas estruturas linguísticas. Eles trabalham com a hipótese de que a argumentação está inscrita, estruturalmente, na língua, isto é, que “os encadeamentos argumentativos possíveis em um discurso estão ligados à estrutura dos enunciados e não somente às informações que eles veiculam” (Anscombe & Ducrot, 1988, p.9).

Deve-se esclarecer que a proposta dos autores não remete a toda e qualquer estrutura linguística, mas especificamente àquelas que estão subjacentes ao dito: são estruturas que, apresentando-se sob o dito, podem provocar sentido graças aos fenômenos de pressuposição, de interrogação e de negação. Para empreender o estudo de tais fenômenos, os autores recorreram fundamentalmente à análise linguística. Isso explica, em parte, o deslocamento que eles propõem. Outro elemento que contribuiu para esse deslocamento foi a corrente estruturalista⁵, com seu princípio da imanência e da autonomia da língua, em vigor naquele período.

As modificações no campo de estudo da argumentação trouxeram algumas consequências que de modo algum podem ser ignoradas. Na perspectiva linguística, a atividade argumentativa é compreendida como coexistente à atividade de fala: ao falar já se está argumentando (Plantin, 1990). Outra consequência que deve ser destacada é o fato de o estudo normativo, que vigorava nas teorias precedentes, ter dado lugar a uma prática descritiva da argumentação que foi fundamentada em um novo quadro teórico-metodológico, situado no domínio dos estudos semânticos. O sentido dos enunciados passou a ter um papel fundamental na apreensão da sua intenção argumentativa. Isso acontece porque o sentido de um enunciado comporta,

como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que se chama a força argumentativa. Significar, para um enunciado, é orientar. De modo que a língua, na medida em que contribui em primeiro lugar para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados no qual se elabora a argumentação. (Anscombe & Ducrot, 1988, *Avant-propos*)

Ao estabelecer essa relação entre argumentação e sentido do enunciado, os autores inscrevem o estudo da argumentação exclusivamente na esfera linguística: caberia, pois, à semântica descrever e analisar o valor e a força argumentativa dos enunciados. Nessa perspectiva semântica, a atividade languageira é vista como uma atividade intencional. O sentido de um enunciado é definido em relação às intenções (argumentativas) expressas linguisticamente pelo locutor. De acordo com Anscombe e Ducrot (1988), apreender o sentido de um enunciado implica reconhecer uma determinada intenção, uma orientação enunciativa.

Desse modo, tomando como base a produção de um único enunciado, é possível imaginar sua sequência. Isso acontece porque o sentido não orienta para um raciocínio ou para uma realidade, ele orienta para a sequência do discurso. A argumentação é vista assim como um traço constitutivo de inúmeros enunciados que não podem ser empregados sem a pretensão de orientar o interlocutor “em direção a certo tipo de conclusão (pelo fato de que se exclui um outro tipo de conclusão): é necessário dizer então, quando se descreve um enunciado desta classe, qual orientação ele traz consigo – ou ainda [...] em favor de quê ele pode ser argumento” (Anscombe & Ducrot, 1988, p.30).

De acordo com a ADL, estudar a argumentação implica, portanto, estudar as capacidades projetivas dos enunciados que podem ser apreendidas através da orientação argumentativa inscrita na superfície linguística. Orientar argumentativamente um enunciado significa “empre-

gar A *em favor* da conclusão C”, quer dizer “*apresentar* A como devendo levar o destinatário a concluir C, [ou seja] *dar* A como uma razão de crer C” (Anscombe & Ducrot, 1988, p.28). Compreende-se assim que orientar argumentativamente é apresentar o conteúdo de A como uma intenção que deve fazer o interlocutor concluir o conteúdo de C. De acordo com Guimarães (2002, p.25), “o que leva à conclusão é o próprio A. Ou seja, é tomado como uma regularidade do sentido do enunciado a representação de sua enunciação como orientada argumentativamente”. Trabalhando nessa perspectiva, Anscombe e Ducrot (1988) descartam formulações do tipo: dizer A para que se pense C; ou dizer A para que se conclua C. Além disso, os autores excluem a possibilidade de a argumentatividade ser confundida com a semântica lógica “que define o sentido de um enunciado como o conjunto de suas consequências” (Anscombe & Ducrot, 1988, p.28).

Para descrever e interpretar semanticamente essa orientação argumentativa cumpre observar determinadas marcas, as marcas linguísticas da argumentação, que aparecem explicitamente na própria estrutura do enunciado. Para Ducrot (1981), o valor argumentativo de um enunciado não pode ser visto como uma consequência exclusiva das informações expressas por ele, visto que o enunciado “pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além do conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa aos enunciados, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção” (Ducrot, 1981, p.178).

Os “morfemas, expressões ou termos” a que se refere o autor constituem as marcas da argumentação que se configuram, principalmente, sob a forma de operadores argumentativos. Além de fazer as devidas conexões entre as palavras e os argumentos do texto, os operadores argumentativos têm a função de indicar a força argumentativa dos enunciados, isto é, apontar o sentido para o qual eles se direcionam. Ademais, de acordo com Plantin (1990), cabe aos operadores argumentativos colocar a informação do texto a serviço da intenção argumentativa global do locutor veiculada ao longo do texto, ou seja, são os operadores que determinam o valor argumentativo dos enunciados e orientam a direção da argumentação.

A fim de mostrar que a “utilização argumentativa da língua, longe de lhe ser sobreposta, está nela inscrita, [ou seja] é prevista em sua organização interna”, Ducrot (1981, p.180) estabeleceu duas noções basilares: as classes e as escalas argumentativas. Por classe argumentativa, compreende-se um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão. Ou seja, havendo argumentos que apontam para uma mesma direção (e não em direções discursivas contrárias), seus elementos encadeiam-se e conectam-se, formando,

assim, as classes argumentativas. Por escalas argumentativas, entende-se uma relação de força ou de ordem que se estabelece entre os argumentos. Nesse caso, os elementos apresentam-se organizados de forma hierárquica. Essa hierarquia interna tem por objetivo orientar o interlocutor para uma determinada conclusão, selecionando ora o argumento mais forte, ora o mais fraco. Uma escala argumentativa representa, na realidade, uma classe argumentativa “em que se configura uma relação de força maior (ordem ascendente) ou menor (ordem descendente) dos conteúdos enunciados” (Guimarães, 2002, p. 28).

Ao longo do tempo, a teoria da ADL passou por numerosas adaptações e reformulações. Um exemplo disso é o caso dos operadores argumentativos. Atribuía-se a eles a função de definirem os encadeamentos de um argumento do discurso com suas possibilidades de conclusões; a relação argumentativa era vista de forma binária. No entanto, Anscombe e Ducrot (1988) perceberam que um mesmo argumento poderia se encadear com conclusões opostas. Isso fez com que os operadores argumentativos fossem redefinidos e a relação argumentativa passasse a ser representada de forma triádica, na teoria dos *topoi*.

De acordo os autores, o *topos*, visto como um princípio argumentativo⁶, possui determinadas propriedades constitutivas: ele é universal, no sentido de ser compartilhado por uma comunidade linguística que deve incluir, pelo menos, o locutor e seu alocutário; ele é geral, no sentido que se apresenta como um princípio aplicável a inúmeras situações análogas; e ele é gradual, no sentido que estabelece uma relação gradual entre duas escalas argumentativas (Anscombe & Ducrot, 1988; Ducrot, 1993).

Em versões mais atuais da ADL, os autores adeptos dessa proposta teórica parecem deixar de lado o conceito de *topos* e passam a interessar-se pelo conceito de bloco semântico⁷, que pode ser descrito como um único objeto semântico que se encadeia argumentativamente de forma gradual. Deve-se esclarecer que, apesar de todas essas reformulações, a importância da ADL para o estudo da argumentação é inquestionável. Ao longo dessas décadas, nas diferentes versões, a ADL tem sustentado sua ideia central e inicial de que a argumentação está presente no sistema da língua constituindo-se como o principal elemento para apreender o sentido dos enunciados.

Vignaux: um modelo cognitivo da argumentação

Adotando uma perspectiva diferente daquela seguida pelos autores descritos anteriormente, Vignaux (1988) propõe um modelo para o estudo da argumentação que se inspira, de um lado, na lógica natural e, de outro, nas ciências cognitivas e ciências da linguagem. Desse modo, o

autor pretende contemplar não só os fenômenos linguísticos, mas também os fenômenos cognitivos mobilizados na produção do discurso argumentativo. Sua escolha teórica híbrida justifica-se pelo fato de que a lógica lhe oferece ferramentas para descrever somente o modo como se formam os raciocínios ditos naturais. Para o autor, isso não é suficiente. Ele quer compreender também quais são os processos cognitivos que estão subjacentes ao funcionamento da linguagem. Dito de outra forma, ele pretende investigar como a linguagem pode constituir “um “sistema” efetivamente portador de regras, mas também de manipulações dessas regras, umas impostas (a gramática, a sintaxe), e outras oferecidas à liberdade de cada um, conforme o discurso que se deseja produzir” (Vignaux, 1988, p.6). Além das ciências cognitivas, o autor destaca que a linguística, através dos trabalhos de Culioli, também contribuiu de forma decisiva no desenvolvimento de seu modelo. Assim, sua proposta teórica foi formulada embasando-se em três domínios – enunciação, argumentação e cognição – que, segundo Vignaux (1988), atuam conjuntamente e podem, portanto, ser investigados como domínios complementares.

Por fundamentar-se em domínios disciplinares heterogêneos, Vignaux (1988) preocupa-se em apresentar os problemas teóricos relacionados ao conceito de argumentação. Tomando como ponto de partida a ideia de que argumentar é defender um ponto de vista, ou melhor, é escolher as palavras apropriadas e organizá-las discursivamente com a intenção de convencer e de persuadir um interlocutor, o autor percorre diferentes definições, formuladas por filósofos, linguistas, enciclopedistas e dicionaristas, entre outros. Ao longo de sua busca, ele observou que, dentre os elementos necessários para definir a argumentação, o discurso e o sujeito que o expressa constituem elementos fundamentais:

não se pode imaginar [...] a argumentação, sem o discurso que a expressa e a sustenta, nem mesmo, sem consideração ao sujeito que a enuncia. Isso quer dizer que toda argumentação se caracterizará, primeiramente, através do tipo de argumentos que o discurso expressa e, em seguida, se identificará diante daquele que a produz conforme tal ou tal circunstância histórica ou conjuntural. (Vignaux, 1988, p.21)

É nestas duas bases, a saber, no discurso e no sujeito que o enuncia, que Vignaux encontra os subsídios necessários à elaboração de um *Modelo Cognitivo da Argumentação* (MCA) no qual ele considera que todo o discurso é constituído por um conjunto de estratégias linguístico-cognitivas engendradas por um sujeito que age *na* língua e *pela* lín-

gua. Essas estratégias configuram-se em escolhas (referentes a noções, atores, processos, situações, acontecimentos e imagens) realizadas por cada sujeito para construir *no* e *pelo* seu discurso um modo subjetivo de ver o mundo.

O propósito de Vignaux (1988) é, portanto, construir um modelo teórico que auxilie a compreender essas estratégias linguísticas e cognitivas colocadas em prática pelo sujeito enunciador. O autor quer mostrar que a atividade discursiva, fonte incontestável de trocas argumentativas, pode se modelizar “em termos de encadeamentos compreensivos se organizando em esquemas de percursos cognitivos e que para fazer isso [a atividade discursiva] serve-se do linguageiro como fundador” (Vignaux, 1988, p.19). Em outros termos, Vignaux investiga os processos de *representação*⁸ e de *esquematisação*⁹ que, necessariamente, estão implicados na produção do discurso argumentativo.

No quadro teórico do MCA, todo discurso pode ser considerado argumentativo na medida em que traduz a necessidade de um sujeito de (se) expressar e (se) afirmar (através de) um saber, uma impressão ou uma visão do mundo. Nessa perspectiva, toda argumentação é compreendida como a construção de uma representação pessoal do mundo e

como “construção de um sujeito”: aquele que enuncia e se refere então a um universo de conhecimento ou de opinião que ele constitui para apoiar o seu dizer. Cada discurso [...] tem pretensão e ambição de se apresentar como “micro-mundo” de sentido, “esquematisando” (Grize, 1982) uma representação determinada, conforme os procedimentos de elaboração que testemunham o emprego de processos essenciais às nossas cognições. (Vignaux, 1988, p.197)

O discurso constitui assim um lugar de formulação e de projeção de visões de mundo: é o espaço em que as relações entre palavras e entre frases constroem, a cada enunciação, um modo diferente de apreender a realidade, de representá-la e de verbalizá-la. A cada enunciação, portanto, um novo esquema de significações e de *representações*, um novo microuniverso conceitual é expresso. Nessa perspectiva, o autor compreende que toda a argumentação, ao expor um ponto de vista, uma opinião ou uma tese, expressa uma visão de mundo pessoal, um modo subjetivo de perceber a realidade e de enunciá-la.

Nesse sentido, o discurso e a argumentação constituem o lugar em que cada sujeito constrói, representa e expressa o seu modo de perceber e de categorizar a realidade. Discurso e argumentação apresentam-se

como atores do mundo. Através deles, as diferentes visões de mundo são construídas e representadas discursivamente de forma distinta a cada enunciação.

Considerações finais

A revitalização dos estudos sobre a argumentação, a partir da segunda metade do século XX, trouxe consigo a heterogeneidade teórica, metodológica e terminológica. No contexto atual, os estudos que tratam da argumentação inscrevem-se em domínios epistemológicos distintos. Consciente disso, neste texto, procurei mostrar como a argumentação é descrita e compreendida em três importantes teorias.

Como se pôde perceber, cada grupo de estudiosos, orientados por abordagens filosóficas, lógicas, cognitivistas ou linguísticas, apresenta uma visão distinta a respeito da argumentação e do seu funcionamento. Na verdade, como objeto de estudo, a argumentação revela múltiplas faces: argumentação jurídica, argumentação política, argumentação publicitária, argumentação do cotidiano e argumentação escolar, entre outras. Como vimos, ao longo deste texto, cada perspectiva teórica elege um conceito particular de argumentação, organiza um modelo próprio que dê conta de seus questionamentos, descreve e analisa a maneira como a argumentação se organiza em função dos diferentes domínios discursivos em que é formulada e, principalmente, em função das diferentes cenas enunciativas. Entende-se assim que cada teoria recorta o seu objeto de estudo e define-o de forma distinta.

Independentemente do ângulo em que a argumentação é descrita, o espaço em que ela se enuncia é aquele em que coabitam paixões, interesses e valores. Em um universo discursivo em que se instaura o embate de perspectivas diferentes movidas pelo anseio de influência e de poder, busca-se, através da argumentação, fazer prevalecer um determinado ponto de vista. Em outras palavras, é no espaço da controvérsia que a argumentação se consolida à medida que se estabelece a interação entre os interlocutores, ou seja, à medida que se considera o outro como um sujeito capaz de reagir e de interagir discursivamente pelo exercício da negociação e do entendimento através do debate.

Notas

1 Duas obras, publicadas quase que simultaneamente no ano de 1958, instauram-se como os marcos desse processo de revitalização das teorias da argumentação: na Inglaterra, *The uses of argument*, de Toulmin e, na Bélgica, *Le traité de l'argumentation. La nouvelle Rhétorique*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

2 As datas referem-se à data de publicação das obras.

3 Grifos meus.

4 A abreviação (ADL) tem origem no nome em francês, “*Argumentation Dans la Langue*”.

5 Cumpre lembrar que os estruturalistas tentavam descrever, analisar e explicar o funcionamento da língua sem recorrer aos elementos exteriores a ela.

6 Para mais informações, confira: Ducrot (1993).

7 Para mais informações, confira Carel e Ducrot (2005).

8 A *representação* constitui um modo de estruturação e de desenvolvimento dos conhecimentos de mundo. Essa é uma noção que é “indissociável daquela de “comunicação” no sentido de “ação simbólica” sobre o mundo e sobre *outrem*” (Vignaux, 1988, p.207). Em sua essência, uma *representação* sempre visa a “assegurar a relação entre dois sistemas de objetos reais ou mentais, um representando o outro” (Vignaux, 1988, p.207). Nesse sentido, construir a *representação* de um objeto significa então “figurar de forma estruturada uma certa “ideia” ou “forma” [desse objeto que está sendo representado], de forma a poder, em seguida, memorizá-lo, manipulá-lo, evocá-lo, transmiti-lo” (Vignaux, 1988, p.206-207). À medida que uma *representação* é construída, constrói-se também uma *esquemática*, isto é, uma figura reduzida do mundo, um micro-universo “coerente e estável apresentado ao interlocutor como uma imagem da realidade” (Plantin, 2005, p.31).

9 A *esquemática* pode ser definida como um “discurso que constrói um mundo coerente e estável, apresentado ao interlocutor como uma imagem da realidade: “esquematar é um ato semiótico: é dar a ver” (Grize, 1990, p.37)” (Plantin, 2005, p.32).

Referências bibliográficas

ANSCOMBRE, J. C. & DUCROT, O. (1988). *L'Argumentation dans la langue*. 2. ed. Bruxelles: Mardaga.

BERTRAND, D. (1999). *Parler pour convaincre*. Paris: Gallimard.

CAREL, M. y DUCROT, O. (2005) *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Tradução: Maria Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Ediciones Colihue.

DUCROT, O. (1993). Les topoi dans la “Théorie de l’argumentation dans la langue”. In Plantin, C. (org.). *Lieux Communs, topoi, stéréotypes, clichés*. Paris : Éditions Kimé. p. 233-248.

— (1987). *O Dizer e o Dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes.

— (1981). *Provar e dizer*. Tradução de Maria Aparecida Barbosa et al. São Paulo: Global editora.

GUIMARAES, E. (1987). *Texto e argumentação. Um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 2002, 3ed.

MOSCA, L.S. (org.) (2004). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP.

PERELMAN, C. (1997). *Retóricas*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

— (1977). *Logique juridique*. Paris: Dalloz.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. (2002). *Tratado de Argumentação: A nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

- PLANTIN, C. (2005). *L'argumentation: histories, théories et perspectives*. Paris: PUF.
- (org.). (1993). *Lieux communs, topoï, stéréotypes, clichés*. Paris : Kimé.
- (1990). *Essais sur l'argumentation*. Paris: Kimé.
- VIGNAUX, G. (1988). *Le discours acteur du monde: énonciation, argumentation et cognition*. Paris : Ophrys.

SÉRIOT, Patrick. *Structure et totalité : les origines intellectuelles du structuralisme en Europe Centrale et Orientale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, 353 pp.

Structure et totalité versa sobre a tradição e a especificidade epistemológica local, nacional na constituição de uma ciência. Haveria uma episteme culturalmente localizada? É por esta via que Patrick Sériot problematiza o estruturalismo do Círculo de Praga, no período entre-guerras, em face especialmente do trabalho dos russos R. Jakobson, N. Troubetzkoy e P. Savickij, cujas noções centrais que desenvolvem, a de estrutura ligada à totalidade e, por sua vez, ao orgânico, são postulados que não podem ser meramente considerados como elos intermediários na história da linguística, em evolução linear à Saussure. Disso decorre um descentramento do Estruturalismo, uma vez que este não se resume a Paris nos anos 60, tal como preconiza Dosse (2003), por exemplo.

A obra não tem, contudo, o objetivo de fazer uma epistemologia comparada, e sim mostrar que o discurso científico é matéria de eventuais diferenças culturais e, do mesmo modo, que o diálogo científico entre Rússia e Ocidente é permeado de interferências, recobrimentos, mal-entendidos e reinterpretações recíprocas. Tudo isso em prol do alerta de que o mundo eslavo não é um mundo de pintores cassados e mal-ditos, mas um espaço de intensa atividade científica.

Sériot põe em foco a questão do paradigma em linguística. Seria possível datarmos o nascimento de uma teoria em linguística, e mesmo o seu término? Para o autor, a história da linguística é o contrário da concepção do paradigma kuhniano que, aliás, não se aplica à linguística, uma vez que fazendo parte das ciências humanas, ela se encontra em fase de maturação científica. Qualquer teoria em linguística jamais anula os trabalhos anteriores, e sim desloca as problemáticas, o que visa a mostrar que a ideia do estruturalismo não veio pronta de Jakobson e que, se o quadro das ciências humanas na Europa assim o considera, ele não é somente incompleto como também incompreensível, pois não dá conta do que se passa na parte central e oriental do mundo.

Sériot dá continuidade à reivindicação de especificidade científica do Estruturalismo de Praga, com base nas duas maneiras de se conside-

rar a noção chave, a estrutura: totalidade ontológica ou sistema de relações; objeto real ou objeto de conhecimento. O Círculo de Praga seria saussuriano em seu saber? Qual é a natureza da linguística na Rússia? Essas são questões que denotam referências, demarcações e filiações, para as quais Sériot emprega a expressão *air du temps*, designando essa partição de saber que se impõe a uma comunidade científica e que seria constituída de variantes locais. Haveria esse *air du temps*, que constituiria um 'ar de família' às produções intelectuais de um mesmo país, de uma mesma cultura?

A obra apresenta uma relação entre ciência e ideologia para considerar o domínio que o autor aborda, ou seja, o de uma teoria linguística em suas condições históricas de produção, avaliando as interações existentes entre as teorias vizinhas ou entre os campos discursivos contemporâneos, restituindo o *air du temps* e o *air du lieu* nos dispositivos de pensamento em que se inscreve essa teoria. *La double hélice*, nesse sentido, apresenta, enfim, a formulação da possibilidade de duas teses sobre o Estruturalismo, no jogo da história externalista e internalista em linguística, cuja oposição, não estática, representa dois modos de se construir o objeto de conhecimento para os linguistas.

O propósito de Sériot procura mostrar que a noção de estrutura derivada do trabalho dos russos de Praga adquire uma nova inteligibilidade de se põe em foco a ideia basilar do movimento eurasista que, pela insistência sobre a noção de sistema e de totalidade organizada, constitui o quadro ideológico mais imediato. O eurasismo, de acordo com Sériot, é uma corrente que reúne os espíritos mais brilhantes entre os exilados russos do período entreguerras, autênticos cientistas que recusavam, de todo modo, a cultura romano-germânica. Priorizando a categoria de totalidade, definiram o movimento eurasista como uma ruptura radical e uma nova visão de mundo, marcada pela nova definição geográfica e histórica da Rússia e do mundo, em virtude da Eurásia, o continente do meio.

Sériot nos mostra que a teoria eurasista repousa sobre dois tipos de raciocínios: as considerações geopolíticas, a partir de estudos como os de Savickij, e as de tipo histórico cultural e linguístico, cujas referências são, respectivamente, Troubetzkoy e Jakobson. Assim, enquanto um se interessa pela cultura, outro insiste na natureza e outro, na definição linguística de Eurásia, de tal modo que todos se conjugam no/pelo esforço de compreender cientificamente a teoria eurasista.

Os membros do movimento eurasista acreditavam que a Rússia não fazia parte nem da Europa nem da Ásia, mas que formava um terceiro continente, a Eurásia, situado ao leste da Europa e ao norte da Ásia, possuindo uma cultura própria, com afinidade de alma com a Rússia.

Nesse sentido, negando a ideia de cultura universal, Troubetzkoy, por exemplo, entende que qualquer empréstimo cultural só não tem efeito negativo se puder ser assimilado organicamente pelas culturas receptoras. Isso porque a Eurasia constituía uma unidade geopolítica natural, com características geográficas, geofísicas, culturais, históricas, étnicas, antropológicas coincidentes: assim é que se forma uma totalidade orgânica harmoniosa. Tal reflexão fundamenta a ideia de que uma cultura deve ser nacionalmente limitada, o que requer que ela seja *ela mesma*. Essas culturas “separadas” são chamadas de entidades ou totalidades orgânicas e constituem o que Savickij e Troubetzkoy referendaram como sistema.

Conforme Sériot, a base da explicação desses dois mundos incompatíveis, a Eurasia e a Europa, está em uma hipertrofia de oposição religiosa entre ortodoxos e católicos. Essa é a verdadeira fronteira, fronteira simbólica do discurso, fronteira exacerbada pelas perdas territoriais da Rússia após a 1ª Guerra Mundial, fronteira que justifica o discurso sobre o território. O fundamento ortodoxo, pilar do movimento eurásico, levou, assim, à rejeição ao mundo ocidental, ao desgosto pela noção de democracia. Isso porque o egoísmo, tendência individualista do homem ocidental de defender seus direitos pessoais, contrapõe o amor fraterno e a solidariedade entre os membros da comunidade (não sociedade) e mostra que o homem ocidental, isolado diante de um Estado, é incapaz de entender a categoria de totalidade. Em oposição à democracia, Troubetzkoy propôs, então, um estado ideocrático.

Sériot aponta que um objetivo comum aos eurasistas era o de provar a existência natural e orgânica da Eurasia, evidenciando os pontos de semelhanças adquiridas entre pessoas e línguas e entre línguas e Eurasia, em detrimento das ligações que essas mesmas pessoas pudessem ter com seus homólogos no exterior do território eurasista. Além disso, a ideia da totalidade repousava no princípio da autarcia, tanto na questão econômica de uma entidade quanto para sustentar a costura dos sistemas. No caso da Eurasia, na concepção de Savickij, um sistema de *steppes*, um conjunto de características de clima continental que se distingue da Europa e da Ásia. Assim é que o eurasismo é certamente um dos meios que pode explicar a história intelectual russa, por autores inscritos no próprio debate europeu que foi a Primeira Guerra. Participar do *air du temps*, do clima intelectual da época. A Rússia não é um outro planeta.

O motivo primeiro que faz Sériot se interessar pelo movimento eurasista é que este suscita em seu seio um intenso trabalho linguístico. De acordo com o autor, a linguística eurasista configura-se por ser uma espécie de “elo perdido” da história do estruturalismo, isto porque enten-

de que muito de seus temas continuaram sendo tratados em trabalhos posteriores de linguistas, tanto da Rússia como do Ocidente.

Sériot traz à luz considerações sobre um artigo de Troubetzkoy, datado de 1923, o qual aborda a questão dos limites das línguas e a coloca em termos teológicos (Torre de Babel), e postula que uma cultura universal seria impossível. E, logo contrapõe o pensamento de Jakobson que se afasta desta concepção adotada por Troubetzkoy, e apresenta uma definição para a noção *união das línguas* na qual predomina o fator espaço. Sériot, todavia, aponta para uma reaproximação do pensamento destes dois autores sobre esta questão a partir do ano de 1931. Segundo o autor, ambos creem que os limites de extensão dos fenômenos fonológicos não coincidem sempre exatamente com os limites das línguas e permeiam muito suavemente o domínio de uma língua de tal maneira que os limites de extensão não podem ser estáveis a não ser para uma pesquisa fonológica dialetal. Entretanto, precisa ficar claro que *Troubetzkoy não fala de língua mista nem de língua misturada e sim em desenvolvimento paralelo e afinidades adquiridas.*

A obra ainda destaca que a novidade trazida por Jakobson e por Troubetzkoy não é ter posto em discussão o modelo dos neogramáticos e nem ter questionado a noção de união das línguas e/ou fronteiras entre línguas, mas sim ter criado outros modelos ainda mais insuperáveis. Buscando também mostrar como estes referidos estudos se articulam para tratar da questão das fronteiras dialetais e conduzem para a derrubada das certezas neogramaticistas.

A história da linguística é colocada em cena, por meio de um panorama que apresenta esta disciplina desde o início do século XIX até o final deste mesmo século. Para ele, é no final deste século que o modelo organicista representava em linguística uma *concepção essencialista* - corrente da Biologia do século XIX, segundo a qual cada espécie é caracterizada por sua essência invariável e separada de todas as outras espécies por uma descontinuidade radical - a qual é progressivamente abandonada, sem que, no entanto, a ideologia positivista deixasse de ser debatida, mesmo que deixasse transparecer uma crise cada vez mais aguda onde suas certezas desmoronavam dia a dia.

Tal panorama evidencia que, durante a primeira guerra mundial, a linguística é dominada pela corrente dos neogramáticos, os quais aplicavam aos fenômenos da linguagem o modelo das ciências naturais e tinham como objetivo estudar os fatos da evolução no interior das diferentes línguas. Isso, sem se preocuparem, tal como Schleicher, com a reconstrução de uma língua-mãe ou da tipologia ou da classificação, mas procurando colocar em pauta um método rigoroso, que pudesse ser válido tanto para línguas antigas quanto para dialetos modernos.

Nesta perspectiva, esforçavam-se em interpretar em termos de leis as mudanças fonéticas, para eles “conforme as leis inexoráveis da natureza, a língua evolui, sem considerar a vontade da humanidade, não existe nada irregular, nada fortuito, tudo é explicável” (p.118).

Outro tópico em destaque na obra de Sériot é o fato de que havia linguistas que não admitiam que os dialetos fossem construções puramente arbitrárias, o que se configurava em uma reação à oposição nominalista originada cedo na Europa. Sériot apresenta os estudos de linguistas na Alemanha (por meio da figura de Th. Frings), na França e a posição dos linguistas do Círculo de Praga, a partir do qual, referindo-se à ‘geografia moderna’, Jakobson reintroduz a noção de dialeto, mas não de maneira indutiva. Neste momento, Jakobson coloca uma solução estrutural que substitui as isoglossas (fonéticas) pelos isofones (fonológicas, por conseguinte sistêmicas), o que reencontra a noção de sistema e exige um novo exame de suas fronteiras. A linguística eurasista é descrita pelo autor como um realismo sofisticado, que se pode chamar de um essencialismo dinâmico, em que as essências não são eternas como em Platão, mas evoluem no tempo, permanecendo ao mesmo tempo idênticas a elas mesmas, como os organismos. A questão central da linguística eurasista seria: como saber onde passam as fronteiras verdadeiras? Esta é uma linguística que se constitui em um empreendimento fundamentalmente polêmico e um combate incessante para deslocar as falsas fronteiras das entidades, desmontá-las. Ela possui um gancho, assim como as outras com o fazer da biologia e da geografia, possui raciocínios essencialistas. E, lança a questão que Sériot buscará responder nos próximos capítulos desta obra: Em que a linguística eurasista é estruturalista?

A obra não deixa de considerar a questão tocante ao paradoxo da teoria eurasista, a qual é determinada pelo fato da cultura eurásiana ser composta de culturas abertas umas às outras. Aponta que os anos vinte são marcados por uma atmosfera geral de crise científica e a questão dos limites está em pauta. Nesta década, a linguística russa está ancorada nos debates europeus sobre o evolucionismo (os quais remetem às questões sobre as fronteiras entre as ciências naturais e as ciências sociais) e também apresenta o confronto entre duas correntes linguísticas surgidas depois da revolução: uma triunfante na URSS, a que se declarava a linguística oficial (referente ao marrismo) e uma linguística da emigração (referente ao eurasismo), que, mesmo colocando frente a frente às ideias de Marr e de Troubetzkoy e sendo correntes antitéticas, são correntes que têm muito em comum. Sériot conclui que os eurasistas participaram do nascimento do estruturalismo europeu.

O autor faz o apontamento de que tanto Jakobson quanto Troubetzkoy, cada um a sua maneira, trabalha a noção de *união das línguas*.

Esta, de acordo com Sériot, teria sido, primeiramente, proposta por Troubetzkoy em 1923, porém a introdução de tal noção na linguística foi realizada por Jakobson junto à noção de *convergência*. A questão da *união das línguas*, desse modo, seria um problema complexo de identidade, de diferença e de semelhança entre línguas que foram objeto de uma intensa atividade no Círculo Linguístico de Praga, não somente por Jakobson e Troubetzkoy, mas também por outros membros: Havránek, Skalicka.

Para tratar da questão *des affinités*, é evidenciado historicamente o conceito de afinidade em Linguística, apresentado como a possibilidade de dar um aporte sólido para compreender os fundamentos epistemológicos e culturais do mundo de Jakobson e Troubetzkoy. Ao abordar o conceito de afinidade passando pelo domínio da biologia, Sériot salienta que Jakobson e Troubetzkoy refutam o modelo de darwiniano, trabalhado por Schleicher. Um dos focos de interesses de Jakobson, de acordo com o autor, é a teoria do mimetismo entre organismos do mesmo meio e, é com a ajuda de Savickij, que ele vai elaborar a noção de *convergência das línguas*, base da teoria da *união das línguas*.

A partir de uma biologia anti-darwiniana de L. S. Berg - que, em 1922, publicou o livro *Nomogenez* - é fundamentada a noção de *convergência*, ou seja, *aquisição independente de características conjuntas por organismos não aparentados*. Tal noção, na abordagem de Jakobson, possibilitaria o trato de afinidade entre as línguas mesmo não sendo aparentadas.

Ao salientar que a postura desses russos não se coloca como propriamente contrária ao modelo naturalista de Schleicher, nem se resume ao anti-darwinismo, Sériot enfatiza que a proposta trazida neste livro *Structure e Totalité* trata-se somente de uma *outra* leitura da obra de Jakobson e Troubetzkoy, de um aspecto pouco explorado, que merece ser considerado e, em falta deste, o trabalho sobre a recepção do estruturalismo seria incompleto.

Isso estaria vinculado ao fato de que na época, por volta do início do século XX, era dominante a teoria do evolucionismo na Biologia. De acordo com Sériot, a teoria presente na obra de Darwin, *A origem das espécies*, publicadas na Grã-Bretanha, em 1859 e traduzidas na Rússia em 1864, teria sido aceita com entusiasmo (como uma visão total do mundo) por uma inteligência “radical” russa, que vai ao encontro de um anti-idealismo e um anti-romantismo russos. Darwin teria rejeitado toda uma visão teleológica, visando a uma explicação da evolução em termos de causalidade (luta pela vida, seleção natural, sobrevivência do mais forte).

Claro, afirma Sériot, que assim como em outros países europeus, uma manifestação antidarwiana se constituiu entre os milhares de teólogos, de filósofos ou de cientistas e em meio a essa efervescência, no período de Praga, é ainda pelo trabalho de Berg, apontado anteriormente, que Jakobson expõe uma noção de *conformidade* como sendo uma propriedade da vida. Nessa perspectiva, de acordo com Sériot, o que não oporia, mas distinguiria a proposta de Jakobson da de Schleicher, é que para este “as línguas *são* organismos vivos” (p.196) enquanto para aquele “nós podemos estudar a evolução das línguas *como* nós estudamos tais seres vivos” (p.196). Ou ainda, para Jakobson, “as línguas evoluem de maneira determinada porque elas são *como organismos vivos*” (p.201).

A posição de Jakobson se constitui, por um lado, por uma distinção em relação ao naturalismo de Schleicher (passagem necessária entre três estágios de evolução) e ao positivismo dos neogramáticos (definem um caráter rigoroso e sem exceção para as leis fonéticas), tratado na parte anterior. E, ainda, por outro lado, a partir da idéia de que os paradigmas científicos têm também uma dimensão espacial (ou seja, cultural).

Tal perspectiva expõe não mais a ideia de evolução passando entre estágios de crescimento (mineral, vegetal, animal) e sim a de um organismo vivo em simbiose com o meio. Portanto, segundo Sériot, ainda permanecemos nas ciências naturais, todavia, por esse viés, *esta ciência estaria naturalizada na cultura*.

Segundo Sériot, *La théorie des correspondances*, constitui-se como um exemplo particularmente esclarecedor do que Jakobson e Troubetzkoy pensavam ser uma nova ciência (e russa), à qual aderiram a partir do geógrafo P. N. Savickij. Este teria traduzido para o francês a noção de *lugar de desenvolvimento* à qual Jakobson fez numerosas alusões, o que leva o autor a colocá-la como um ponto de reflexão fundamental para a nossa compreensão das noções de *estrutura* e de *totalidade* pelos russos de Praga.

Um *lugar de desenvolvimento* e um conjunto de línguas, para Jakobson e Savickij, formam junto uma totalidade, onde as línguas se assemelham menos pelo fato de estarem em contatos mútuos (bilinguismo, por exemplo) do que pelo fato de se encontrarem juntas em um “mundo à parte”.

Segundo Sériot, Jakobson aborda a questão do *lugar de desenvolvimento* insistindo sobre dois fenômenos: de um lado, há entre línguas aparentadas elementos comuns que não pertencem ao mesmo ancestral e, por outro lado, há similitudes entre línguas não aparentadas. Trata-se, nos dois casos, sempre, da prova de que elementos (traços de *estrutura*) foram *adquiridos* juntos por duas línguas diferentes e tanto Jakobson

quanto Savickij insistem sobre a função do *território* por ele mesmo (ou mais precisamente: do lugar de desenvolvimento). Savickij, Jakobson e Troubetzkoy, no entender de Sériot, teriam uma ideia fixa: estabelecer a qualquer preço a *correspondência* entre duas coisas.

Para Sériot, na ciência estrutural constituída em Praga, onde estavam intimamente ligados um linguista (Jakobson) e um geógrafo (Savickij), o mais interessante é que ela repousa sobre uma visão platônica ou pitagórica do mundo, feita de ordem e harmonia, visão fortemente presente no pensamento russo do começo do século XX.

Nessa abordagem, a noção de “sistema” ou de “estrutura” corresponderia para eles à noção de ordem como que de uma recusa ao aleatório.

A noção de *simetria* presente na obra científica dos russos de Praga em torno das décadas de 1920 e 1930 visa a provar que a repartição das línguas distribuídas sobre o globo não é contingente, mas reflete uma ordem necessária. Tal noção, segundo Sériot, pode ser de dois tipos: *uma teoria da simetria* (um objeto existe ontologicamente porque ele tem uma estrutura simétrica) e *uma teoria das correspondências* (correspondências entre séries de objetos de origem diferentes).

No decorrer do estudo, o autor apresenta a proposta dos eurasistas sobre um modo de pensar a ciência: uma ciência sintética. Conforme esse autor, a expressão mais desenvolvida nesta ciência é a *personologie*, de Troubetzkoy.

Tratando da *Science analytique e science synthétique*, o autor refere que a proposta dos eurasistas vai ao encontro de uma ciência original, a partir de uma *méthode du liage*, entendido como uma ciência sintética. Esta ciência estaria relacionada a uma etapa superior no processo de conhecimento, qual seja, a síntese que, por sua vez, guarda estreita relação com a ideia de estrutura. Assim, estabelece-se um caráter de totalidade sintética nessa epistemologia eurasista, de modo que não se busca um método de conhecimento, mas a perspectiva sobre os fatos em si mesmos.

Nos ramos da ciência, segundo Sériot, a concepção analítica residiria no fazer científico da Europa do Ocidente, enquanto a Eurásia é caracterizada pela ciência sintética. Essa ciência proposta pelos russos apoia-se, profundamente, sobre a episteme da *Naturphilosophie* alemã, uma proposta de apreensão do universo na sua totalidade, a qual se coloca contra o espírito analítico do século XVIII.

O autor descreve que é por meio da relação não aleatória das línguas entre si, devido à descoberta de afinidades fonológicas entre as línguas da Eurásia, proposta pelos Russos de Praga, nos anos 30, que surge a ideia da Eurásia como um objeto natural, isto é, como uma totalidade orgânica. Todas essas questões remetem, segundo Sériot, ao que irá de-

limitar a Eurasia enquanto uma ciência diferenciada, definindo assim as fronteiras, as quais podem ser consideradas simbólicas, do oeste da Rússia. Com isso, os eurasistas, na visão de Sériot, diferenciam-se do pensamento de Saussure, pois propõem que o objeto de saber se define a partir de uma totalidade, de diferentes elementos estruturais que preexistem a toda investigação. Assim, o que caracteriza o estruturalismo de Jakobson e Troubetzkoy será a ideia *du lien*, a qual busca articular elementos aparentemente independentes uns dos outros.

Retomamos o título da obra para afirmarmos que, ao formular o questionamento sobre *Structure ou Totalité*, Sériot apresenta uma tese em relação ao estruturalismo pensado por Jakobson e Troubetzkoy, no qual afirma não constar um componente profundamente ontológico. Jakobson afirma que não se pode definir que o pensamento da ciência é apenas estruturalista, mas sim que a ciência trata de vários conjuntos de fenômenos e, portanto, é tarefa descobrir as próprias regras de cada sistema.

A partir disso, Sériot propõe que o pensamento holístico pode ser interpretado de duas maneiras: de um lado, segundo a concepção saussuriana de que “o ponto de vista faz objeto”; de outro, conforme pensamento oriundo do Círculo de Praga, logo, de Jakobson e Troubetzkoy, tem-se que a própria realidade é sistêmica. Jakobson, diferentemente da tradição da ciência que rejeita, exclui e distingue, pensa na totalidade e entende que a inclusão deve reger o pensamento científico.

A fim de caracterizar a diferença de mundo, já anteriormente apontada, Sériot coteja as concepções de língua para Saussure e para estudiosos de Círculo de Praga – e aí, em especial, Jakobson e Troubetzkoy – afirmando que, enquanto a ideia saussuriana trata de um sistema construído pelo linguista, a partir da ideia do ponto de vista, para os referidos cientistas russos a língua é um objeto ontologicamente estruturado, à espera de ser descoberto pelo linguista.

Enquanto a língua - objeto científico - para Saussure é construída, conforme aponta Sériot, a língua entendida por Jakobson e Troubetzkoy é uma norma que carrega a interligação de fenômenos como o contato com várias gerações e vários falantes, o que a constitui uma estrutura.

Pode-se pensar que a noção de estrutura não é específica do Oriente. Ela faz parte da cultura científica russa, a qual, por sua vez, está em uma cultura científica europeia, mesmo que injustamente esquecida. Sériot salienta que não se trata de uma “ciência russa” e de uma “ciência ocidental”, mas sim de um discurso social dominante que marca e direciona os pensamentos sobre e da ciência.

A Eurasia representa, com toda sua oposição à concepção científica romano-germânica, a ciência construída em coletivo, fundada na ideia

de que qualquer comunidade como um todo transcende os indivíduos. Nesse mesmo sentido é que se pode encontrar a noção de *convergência* em Troubetzkoy e Jakobson, consubstanciada nas alianças entre as línguas.

Sériot propõe que, mais relevante do que saber da existência ou não da Eurásia, cabe investigar as condições de produção desse discurso que apresenta essa nova ciência. Ao mesmo tempo, para o autor, mais importante do que perguntar que mundo e que ciência outra acontece nos estudos russos, é saber por que eles a defendem tão veementemente.

Trata-se de um modelo epistemológico construído de maneira distinta. Ao invés de representar um corte aberto, Sériot entende uma abordagem que considera os progressos, retrocessos, idas e vindas. Pode-se pensar em um pêndulo ligado por um mesmo ponto que ocupa níveis diferentes, como se em esferas de profundidade, e é dessa maneira que, segundo o autor, constrói-se o paradigma estruturalista. Mais do que pensar na complexidade do sistema, que para os eurasistas é fechado, a proposta da estrutura é de perceber a complexidade da realidade, já que “tudo é vinculado”.

Sériot encerra com a afirmação de que aquilo que realmente aconteceu na área da linguística difere de modo significativo do que, originalmente, Troubetzkoy e Jakobson tinham a intenção de fazer e finaliza dizendo: “Ao procurar as Índias, eles descobriram as Américas”.

*Carolina S. Lisowski, Caroline M. Schneiders,
Juciele P. Dias, Larissa M. Cervo, Taís S. Martins*
(PPGL/Laboratório Corpus - Universidade Federal de Santa Maria)